



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Marília

Vanusa Cristina de Oliveira

**Evo Morales e o Golpe de 2019**

Marília  
2024

Vanusa Cristina de Oliveira

## **Evo Morales e o Golpe de 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

Marília  
2024

O48e Oliveira, Vanusa Cristina de  
Evo Morales e o Golpe de 2019 / Vanusa Cristina de  
Oliveira. -- Marília, 2024  
97 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientador: Leandro de Oliveira Galastri

1. Bolívia. 2. golpe. 3. crise de autoridade. 4. Estado  
Plurinacional. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de  
Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Vanusa Cristina de Oliveira

## **Evo Morales e o Golpe de 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Ciências Sociais

Banca Examinadora

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri  
UNESP - Campus de Marília  
Orientador

Prof. Dr. Marcos Tadeu Del Roio  
UNESP - Campus de Marília

Prof. Dr. Deni Ireneu Alfaro Rubbo  
UEMS - Campus de Dourados

Marília, 23 de novembro de 2023

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília pela possibilidade em investigar e debruçar atenção a um tema de sumapertinência e atualidade.

Agradecimento ao professor e orientador deste trabalho, Dr. Leandro Galastri pelo acolhimento à temática, respaldo e paciência para realização da mesma - dentre outras também concluídas. Agradeço também aos professores Dr. Marcos Del Roio e Dr. DeniRubbo que prontamente aceitaram o convite para compor as mesas de qualificação e defesa de mestrado, cuja presença, indicações e leitura atenta foram absolutamente indispensáveis neste processo.

Agradeço imensamente à minha família pelo incondicional apoio e incentivo ao estudo como ferramenta emancipadora intelectual, pessoal e coletiva. Minha mãe estaria orgulhosa, acredito que está. Obrigada, dona Elizabete, por me acompanhar em todos os momentos da minha caminhada. Saudades eternas.

Aos amigos que incansavelmente acreditaram neste trabalho, mesmo nos momentos em que perdi a fé e que por vezes entristeci com o compromisso de fazer jus a todo incentivo recebido e especial prudência com o tema. Que nomes sejam (bem)ditos: Marília Machado, Vinicius Santos, Taísa Laviani, Larissa Barbosa, GabrielShimith, Evandro Braga, entre outros.

Devo graças ao trabalho técnico oferecido pela instituição e seus árduos funcionários que dedicam atenção e cuidado para que pesquisas sejam cumpridas com a máxima qualidade e respeito. Um Viva a Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal identificar as condições que propiciaram o golpe de Estado contra o ex-presidente Evo Morales em outubro de 2019. A hipótese primária baseia-se na formação histórica das crises ocorridas no país desde a transição democrática-burguesa na Revolução de 1952. Parte-se deste período para compreender a divisão de classes na Bolívia e visualizar a manutenção dos grupos dominantes e subalternos durante a gestão Evo-Linera. O fio condutor ampara-se na análise gramsciana acerca da crise de autoridade e do Estado aparente, teorias utilizadas por Zavaleta, Quijano, Luis Tapia, entre outros, para compreender a estrutura da formação social boliviana. A pesquisa intenta traduzir a histórica luta de classes com a formação do Estado Plurinacional como formas antagônicas de direção política, o que favoreceu a crise política entre 2018-2020, hipótese secundária da investigação. Finalmente, indicamos a atuação do Conselho Nacional de Ayllus e Markas de Qullasuyu (CONAMAQ), da Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e do Comitê Cívico de Santa Cruz de la Sierra enquanto grupos determinantes no processo.

**Palavras-chave:** Bolívia; golpe; crise de autoridade; Estado Plurinacional.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to identify the conditions that led to the coup d'état against former president Evo Morales in October 2019. The primary hypothesis is based on the historical formation of the crises that occurred in the country since the democratic-bourgeois transition in the Revolution of 1952. This period is used to understand the division of classes in Bolivia and visualize the maintenance of dominant and subordinate groups during the Evo-Linera administration. The guiding principle is based on Gramsci's analysis of the crisis of authority and the apparent State, theories used by Zavaleta, Quijano, Luis Tapia, among others, to understand the structure of the Bolivian social formation. The research attempts to translate the historic class struggle with the formation of the Plurinational State as antagonistic forms of political direction that favored the political crisis between 2018-2020, a secondary hypothesis of the investigation. Finally, we indicate the actions of the National Council of Ayllus and Markas de Qullasuyu (CONAMAQ), the Confederation of Indigenous Peoples of Bolivia (CIDOB) and the Civic Committee of Santa Cruz de la Sierra as key groups in the process.

**Keywords:** Bolivia; coup; authority crisis; Plurinational State.

## RESUMEN

El objetivo principal de este trabajo es identificar las condiciones que llevaron al golpe de Estado del expresidente Evo Morales en octubre de 2019. La hipótesis principal se basa en la formación histórica de las crisis que se han dado en el país desde la democracia burguesa. transición en la Revolución de 1952. Este período se utiliza para comprender la división de clases en Bolivia y visualizar el mantenimiento de los grupos dominantes y subordinados durante la administración de Evo-Linera. El principio rector se basa en el análisis de Gramsci sobre la crisis de la autoridad y el Estado aparente, teorías utilizadas por Zavaleta, Quijano, Luis Tapia, entre otros, para comprender la estructura de la formación social boliviana. La investigación intenta traducir la histórica lucha de clases con la formación del Estado Plurinacional como formas antagónicas de dirección política que favorecieron la crisis política entre 2018-2020, hipótesis secundaria de la investigación. Finalmente, señalamos las acciones del Consejo Nacional de Ayllus y Markas de Qullasuyu (CONAMAQ), la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) y el Comité Cívico de Santa Cruz de la Sierra como grupos clave en el proceso.

**Palabras-clave:** Bolivia; golpe; crisis de autoridad; Estado Plurinacional.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa da Bolívia e territórios cedidos.....	21
<b>Figura 2</b> - Presidentes Bolívia 1978-1982.....	24
<b>Figura 3</b> - A reconfiguração do petróleo na Bolívia.....	27
<b>Figura 4</b> - Avanços do saneamento na Bolívia.....	34
<b>Figura 5</b> - Eleições: Assembleia Constituinte 2009.....	70
<b>Figura 6</b> - Eleições: Assembleia Plurinacional 2014.....	70
<b>Figura 7</b> - Estratégia do Governo para industrializar o lítio.....	83
<b>Figura 8</b> - Projeção das demandas de lítio (2013-2025).....	85
<b>Figura 9</b> - Volume de mercado para veículos elétricos.....	86

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ASP</b>	Assembleia pela Soberania dos Povos
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para América Latina
<b>CIDOB</b>	Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia
<b>CNE</b>	Corte Nacional Eleitoral
<b>COB</b>	Central Obrera Bolivian
<b>COMIBOL</b>	Corporación Minera de Bolívia
<b>CONALCAM</b>	Coordinadora Nacional por el Cambio
<b>CONALDE</b>	Concejo Nacional Democrático
<b>CONAMAQ</b>	Conselho Nacional de Ayllus e Markas de Qullasuyu
<b>CONDEPA</b>	Consciencia de Patria
<b>CPE</b>	Constitución Política del Estado
<b>CSTB</b>	Confederação Sindical dos Trabalhadores Bolivianos
<b>CSUTCB</b>	Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
<b>EGTK</b>	Exército Guerrilheiro Tupac Katari
<b>FA</b>	Frente Ampla
<b>FAMA</b>	Frente Amplio de Masas Antiimperialista
<b>FMC</b>	Food Machinery Chemical Corporation
<b>FMLN</b>	Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional
<b>FSLN</b>	Frente Sandinista de Libertação Nacional
<b>IIELA</b>	Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estadística
<b>IPSP</b>	Instrumento Político pela Soberania dos Povos
<b>LITHCO</b>	Lithium Corporation
<b>LPP</b>	Lei de Participação Popular
<b>MAS</b>	Movimiento Al Socialismo
<b>MAS-IPSP</b>	Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos
<b>MNR</b>	Movimento Nacionalista Revolucionário
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OEA</b>	Organização dos Estados Americanos
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto

<b>POR</b>	Partido Obrero Revolucionário
<b>PSCh</b>	Partido Socialista do Chile
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PU</b>	Pacto de Unidade
<b>SNC</b>	Sindicato NacionalCampesino
<b>STE</b>	Supremo Tribunal Eleitoral
<b>TCO</b>	Terra Comunitária de Origem
<b>TIOC</b>	Territórios Indígena Originário Campesinos Titulados
<b>TIPNIS</b>	Território Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore
<b>UDP</b>	Unidad Democratica y Popular
<b>UJC</b>	Unión Juvenil Cruceñista
<b>UMSA</b>	Universidad Mayor de San Andrés
<b>UN</b>	União Nacional
<b>YPFB</b>	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 - LUTA DE CLASSES E DEMOCRACIA.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Formação social boliviana (século XX-XXI).....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 A Constituição de 2009 como projeto popular democrático.....</b>	<b>30</b>
<b>1.3 Frentes de atuação: CIDOB e CONAMAQ .....</b>	<b>36</b>
<b>CAPÍTULO 2 - AS DUAS BOLÍVIAS E O ESTADO PLURINACIONAL.....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 O expediente do nacional-popular e sociedade <i>abigarrada</i>.....</b>	<b>48</b>
<b>2.2 O multisocietal e pluralidade combinados.....</b>	<b>53</b>
<b>2.3 O <i>tawantisuyu</i> na Bolívia: considerações mariateguianas para luta de classes no país.....</b>	<b>56</b>
<b>2.4 O Estado aparente e o Estado integral.....</b>	<b>60</b>
<b>CAPÍTULO 3 - PODER EM DISPUTA: GOLPE EM 2019.....</b>	<b>65</b>
<b>3.1 Juan Evo Morales Ayma e hegemonia falida: características teóricas para diluição do equilíbrio consenso-coerção.....</b>	<b>67</b>
<b>3.2 O papel das Forças Armadas e da Polícia: disputa por poder.....</b>	<b>77</b>
<b>3.3 O ouro-branco como necessidade histórica.....</b>	<b>81</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>

## INTRODUÇÃO

A Bolívia reviveu nos meses de outubro e novembro de 2019 um dos maiores eventos de crise social, polaridade ideológica e violência devido à divulgação do resultado das eleições gerais de outubro naquele ano. Resultados que indicavam a vitória em primeiro turno e reeleição ao ex-presidente Juan Evo Morales Ayma e seu vice Álvaro García Linera.

As manifestações eclodiram e dividiram o país entre os que defenderam o resultado obtido através do voto democrático e os que denunciaram fraude por parte da contagem dos votos e tentativa de golpe por Morales. Após a veiculação do relatório desenvolvido pelo observatório internacional da Organização dos Estados Americanos (OEA) que sustentava haver irregularidade nas cédulas de votos (duplicação de identidades), bem como no processo de contabilização dos mesmos (a contagem foi interrompida na noite anterior da divulgação oficial) e ao suposto desaparecimento de caixas que continham mais cédulas, alegou-se a impossibilidade de validar o processo.

A repercussão internacional foi notória, enquanto, internamente, o país experienciava crises com violência nas ruas, momento que as Forças Armadas invademe reviram a casa do candidato Morales na “procura” de provas de fraude, seguindo, depois, para o Palacio Quemado (sede do governo em La Paz) e desafiando ameaças contra o mesmo caso este não renunciasse ao cargo.

Sob pressão militar e sem a possibilidade de realizar novas eleições, na noite de 10 de outubro, Evo faz o pronunciamento de renúncia ao cargo e à candidatura. Um mês depois com intensa instabilidade social, a ex-presidenta do senado boliviano, Jeanine Añez, se autoproclama presidenta interina da Bolívia até a convocação de novas eleições que viria ocorrer um ano após o descrito fato.

A Bolívia figura como um país com frequentes e históricas crises políticas. Neste momento em questão, elementos internos e externos fragilizam a acusação de uma fraude eleitoral e, ao contrário, fica evidente uma articulada e prévia intenção de impedir a reeleição do candidato ao cargo. Em primeiro lugar, as iniciativas repressivas do governo interino (institucional e militar) contra apoiadores e partidários ao Movimento ao Socialismo, bem como suas políticas de intervenção sobre o constituído programa de nacionalização dos recursos estratégicos e sua reversão para privatização.

Em segundo momento, o vir à tona de discursos racistas e atentados às comunidades indígenas relembra (ou melhor, reativa) um dos maiores problemas estruturais no país referentes à questão da raça e da terra. Fica evidenciado o projeto de restituir a oligarquia

fundiária como administração pública da elite branca.

Dito isto, o presente trabalho se debruçou investigar e esmiuçar a correlação de forças que pendeu e favoreceu a crise de 2019. A pesquisa recuou em relação à conjuntura e se dedicou a verificar a configuração estrutural e superestrutural que (re)forma a divisão de classes no país.

Deste modo, formamos um cronograma de estudos que se dedicou a verificar as marcas da colonização presentes na sociedade, seus principais atores e herdeiros. Neste momento, compreende-se que a formação da oligarquia remonta à um fio condutor de interesses fundiários extrativistas, sobreviventes e enunciadores de crises que sustenta a engrenagem e a distorção campesino-urbano.

A Revolução de 1952 revelou significativos elementos históricos, e demonstrou na organização político-partidário uma histórica aliança entre grupos populares e étnicos na emergência histórica pela e para acionar a democracia enquanto mecanismo de divisão dos poderes em conformidade ao caráter pluriétnico nacional.

Perpassado o período de ditaduras militares, o processo de democratização revivenovas crises no começo do século XXI, que revelam os mesmos elementos de interesse fundiário do tipo colonial. É então, na urgência da Guerra da Água e do Gás, que o começo dos anos 2000 descobre o âmago da sociedade boliviana: a luta e a defesa dos direitos étnicos, da soberania popular e da administração pública e democrática dos principais recursos energéticos em desenvolvimento sustentável para progredir a um projeto de nação.

Neste momento de pressão popular, o então ex-presidente Gonzalo Sánchez renuncia e seu vice, Carlos Mesa, assume em uma gestão que dura menos de um ano. Nas novas eleições nacionais, a campanha eleitoral promovida pelo partido Movimiento Al Socialismo (MAS) lança a candidatura do líder sindical dos cocaleros e indígena de etnia aimará, Juan Evo Morales Ayma, acompanhado do professor, militante e intelectual Álvaro García Linera sob a égide de retomar a soberania popular e construir um programa nacional para a Bolívia, o que é gradualmente desenvolvido nos catorze anos seguintes.

Isto posto, a pesquisa intenta analisar, no primeiro capítulo, a formação sócio-histórica boliviana, as ferramentas úteis e práticas para constituir o Estado Plurinacional e mudanças substanciais referentes à questão da terra e de classe. Dedicamo-nos a elencar os principais pontos que tenderam a possibilitar a autonomia dos povos bem como conciliar os conflitos de interesses da elite fundiária.

O item 1.3. apresenta a atuação de grupos no processo supracitado visando a partir destes com histórico apoio ao partido e ao candidato, estabelecer as margens políticas que os

afastaram e fracionaram durante o golpe de 2019. Destaca-se assim, a presença da CIDOB e do CONAMAQ enquanto organizações autóctones participantes ativamente na construção da Assembleia Constituinte, exercendo papel e função chave para garantir a proteção e seguridade burocrática para os povos, em ampliação das terras comunitárias para reprodução material e cultural dos mesmos.

Neste sentido, a pesquisa verifica alguns momentos históricos em que há fricções entre estes e a atuação do Estado Plurinacional. Dá-se espaço para verificar tais fissuras uma vez que não se aglutinam em defesa de Morales durante a crise de 2019. Desta forma, surge a pergunta: quais as razões para a base de apoio que elegeu e vigorou durante os anos de governo do MAS não o apoiar quando sofreu o golpe?

Também destacamos, neste ponto, a rearticulação da oposição promovida com as autonomias departamentais, as quais se reuniram em Comitês Cívicos e ampliados a partir da descentralização administrativa promovida em Constituinte. Uma hipótese que desponta trata de compreender que não haveria possibilidade em acertar a autonomia dos povos indígenas caso esta fosse suprimida. Do mesmo modo, que sua permanência reorganiza, a curto e médio prazo, elementos indispensáveis que proporcionam condições para a referida crise.

No capítulo 2, o aprofundamento teórico se dedica a resgatar concepções, experiências e teorias sobre a estrutura das crises na Bolívia. O debate, embora incipiente, retoma contribuições que visam a esclarecer a repetição destes elementos em momentos constitutivos (estratégicos) na história do país. O intuito é verificar a permanência e/ou a ocasionalidade de características da formação social boliviana: a saber, a Bolívia andina e a Bolívia ocidental.

Desta forma, o diálogo com autores dedicados a compreender tal dicotomia e fissura social é incontornável. Observa-se a história para visualizar o presente, debate apresentado especialmente no item 2.3. que apanha a contribuição zavaletiana de a crise como escola, isto é, nela se acentuam os fatores e atores encobertos e não evidentes/adormecidos na sociedade de classes.

Através da metodologia de leitura teórica e diálogo com autores atentos a analisar os processos e estruturas sociais e suas causas, no período e tema assinalados, a pesquisa intenta apresentar resultados que possam contribuir para o debate e a atualização de problemas históricos na América Latina e para o desenvolvimento do pensamento crítico referentes à luta de classes no bloco social em questão.

Por fim, no Capítulo 3, a pesquisa evidencia no ano de 2019 as forças que atuaram de forma direta ou indireta para a deposição de Evo. O item 3.1. estuda os elementos que trouxeram o partido e à frente Morales no poder executivo e como símbolo étnico de

resistência e de programa reformista a partir do MAS. Objetiva-se aqui reconstruir os principais movimentos para ascensão do político no início do século ao cargo.

Assim, o tópico 3.2. resgata a atuação das forças armadas com destaque para o exército boliviano em histórica relação conciliadora com o Estado. Seu papel perante a democracia coincide com a proporção do investimento recebido em estrita base de interesse de classe, o que nos auxilia a compreender seu apoio ao golpe de 2019. A saber: o governo de Morales já enfraquecido não havia mais o que oferecer à instituição tão logo se estabelece o apoio ao governo de Jeanine.

Neste ínterim, também recobra-se protagonistas primordiais no processo. Figuras como Luis Fernando Camacho ex-governador do departamento de Santa Cruz de La Sierra, a ex-presidenta do senado Jeanine Añez, o ex-general do exército Willians Kaliman, entre outros, de modo a conectar um interesse previamente construído para fortalecer o repúdio aos resultados eleitorais daquele ano e converter o patriotismo em discurso de ódio e racismo.

O tópico 3.3. evidencia a dependência extrativista baseada na exploração do lítio como promessa internacional de “novo” recurso energético para substituição dos combustíveis fósseis. O mundo em atual distúrbio ambiental progride em histórica ferramenta exploradora (especialmente nos países chamados periféricos) para obtenção do mesmo. As alianças se dão a partir de parcerias mistas, uma vez que a tecnologia e investimento para extração não se encontra no país.

É reforçado a histórica submissão dos países latino-americanos para interesses exploratórios dos países hegemônicos. O lítio revive na Bolívia a necessária emancipação do capital internacional e fortalecimento da indústria nacional. A Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos (YPFB) foi incumbida da reorganização de exploração, contudo, todo maquinário necessário não está disponível na produção local.

Assim, as alianças público-privadas iniciadas por Morales em 2019 encontra terreno contraditório entre seu programa de nacionalização das empresas e reafirma a subordinação ao mercado internacional recolocando o país em condição de dependência da exploração de matérias-primas e mão-de-obra questões caras para sua história.

E para concluir esboçamos o início do governo de Luis Arce (Lucho) e a reconquista da política hegemônica no país a partir do partido do MAS, ainda com conflitos internos entre seus membros o que nos pode indicar um cenário futuro de crises insurgentes e ao mesmo tempo profundas.

## CAPÍTULO 1 - LUTA DE CLASSES E DEMOCRACIA

Historicamente, as contradições para (re)produção material e intelectual da América Latina amparadas no eurocentrismo distorceram a viabilidade de percepção da nossa experiência histórico-social, de modo que a impedem de ser apreendidas conscientemente (QUIJANO, 2005a).

Efetivamente, os decorrentes e permanentes problemas sociais da historicidade latino-americana não puderam ter seu movimento autônomo e coerente, ao contrário, estão entrelaçados e convergidos em um movimento global que atualmente assedia não apenas a reprodução da vida material, mas viola os direitos à livre determinação dos povos, da (auto) regulamentação estatal, da proteção ambiental, entre outros.

A paulatina destruição física e simbólica, “provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento”, e a contínua repressão subjetiva aos sobreviventes do extermínio cultural “até submetê-los à condição de camponeses iletrados, explorados e culturalmente colonizados [...]”, caracteriza a atual referência racista e segregadora “principalmente nas regiões andino-amazônica, centro e norte-americanas” (QUIJANO, 2005b, p. 16).

Conforme investigado pelo renomado sociólogo peruano Aníbal Quijano, a herança da formação colonial na América Latina constituiu no bloco, os processos históricos de dependência estrutural “e deu lugar, no mesmo movimento, à constituição da Europa Ocidental como centro mundial de controle desse poder”, de modo a configurar os “novos elementos materiais e subjetivos que fundaram o modo de existência social que recebeu o nome de modernidade” (QUIJANO, 2005b, p. 9).

A constituição desse tipo de sistema de dominação teve como elemento fundador a questão da raça e “emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder[...] a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural”<sup>1</sup> (QUIJANO, 2005b, p. 17).

---

<sup>1</sup> Vale destacar “a destruição histórico-cultural e a produção de identidades racializadas teve também entre suas vítimas os habitantes sequestrados e traídos, do que hoje chamamos África, como escravos e em seguida racializados como “negros”. Eles provinham também de complexas e sofisticadas experiências de poder e de civilização (ashantis, bacongós, congós, iorubás, zulus etc.). E embora a destruição daquelas mesmas sociedades tenha começado muito mais tarde, e não tenha alcançado a amplitude e profundidade que alcançou na América (“Latina”), para esses sequestrados e arrastados para a América, o desenraizamento violento e traumático, a experiência e a violência da racialização e da escravidão implicaram obviamente em uma não menos maciça e radical destruição da subjetividade prévia, da experiência prévia de sociedade, de poder, de universo, da experiência prévia das redes de relações primárias e societárias” (QUIJANO, 2005b, p. 17).

Além do mais, em decorrência dessa prática, se foi configurando e definindo as instâncias da dominação também entre os gêneros. No modelo vertical e patriarcal, do qual os ibéricos eram por definição, superiores às mulheres, no da imposição de raça, toda mulher de raça *superior* tornou-se imediatamente superior a todo homem de raça *inferior*. Envolve-se aqui toda noção posterior à produção de novas identidades geoculturais: “brancos”, “negros”, “índios” e “mestiços”.

A classificação racial imposta pela colonização ibero-cristã foi de fundamental critério para estabelecer a ordem social e universalizá-la a todos os membros de nossa espécie nesse território. Paralelamente, emergiu um novo sistema de controle do trabalho, dos recursos naturais e produtos articulados em uma cadeia de produção de mercadorias para o mercado mundial necessariamente de caráter extrativista.

Ao longo dos séculos XVI ao XIX a questão da identidade e da modernidade persistiu nas sociedades latino-americanas como “densos fantasmas” e frustrou, conseqüentemente, as tentativas de solução eficaz dos nossos problemas fundamentais. Até o fim do século XIX, “muitos latino-americanos começaram a perceber que não era possível desalojar esses fantasmas de nosso mundo sem democracia, logo, sem moderno Estado-Nação” (QUIJANO, 2005b, p. 23). Na prática, as insurgências pelas Independências eclodiram para um *novo* modelo constitutivo de sociedade alicerçados pela *velha* sociedade de classes.

Surgida a proposta bolivariana de emancipação autóctone durante o século XIX, da integração regional e da unidade histórica, em paralelo à expansão do imperialismo estadunidense, sobretudo com o controle no norte do México, Porto Rico, Filipinas e Guiana, tudo isso “colocou de novo no imaginário latino-americano a questão da unidade e integração”, especialmente com os conflitos na Segunda Guerra Mundial que assentou nos países do bloco as bases de legitimação do neoliberalismo como novo instrumento de dominação social em momento histórico posterior.

Ainda segundo Quijano (2005b, p. 25), “a identidade latino-americana começou a ser, a partir daí, um terreno de conflito”, onde as noções de inferior-superior, branco-negro, etc., participaram ativamente no afastamento material e simbólico da formação e da diversidade sociocultural. Do mesmo modo, a Igreja teve papel fundamental na consolidação ideológica da racialização como manifestação do discurso eurocentrado, e posteriormente, reafirmado com o *modus* estadunidense de produção<sup>2</sup>.

Averiguada pelo economista brasileiro Celso Furtado, a formação da consciência

---

<sup>2</sup> No início do século XX, o modelo de organização do trabalho introduzido nas indústrias automobilísticas Ford, sistematizou e mecanizou a produção em massa iniciando um novo trabalhador e mercado consumidor.

*latino-americana* é demasiada recente como consequência direta do pós Segunda Guerra Mundial. Para o autor, os antecedentes e decorrentes problemas sociais advindos com o conflito militar redefiniu as linhas da divisão internacional do trabalho nestes países. A dependência de abastecimento dos produtos importados, “dieron origen a un comercio más diversificado en la región, el cual modificó los patrones de intercambio tradicionales” (FURTADO, 2001, p. 16).

A partir de então, a formação da consciência *regional* desenvolveu-se através das intrínsecas relações com os Estados Unidos, fato estritamente ligado às limitações de industrialização e à dependência perante a nova hegemonia mundial. O controle “de gran parte de las fuentes de materias primas regionales, de servicios públicos y de actividades comerciales”, a rápida penetração do capital norteamericano (promovido através dos regimes militares) configurou “una clara situación de dominación económica en la región [...] lo que vino a ampliar y profundizar la tradicional dominación política” (FURTADO, 2001, p. 16).

Efetivamente, na América Latina, o programa de substituição de importações construído a partir da criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) em 1948, coexistiu com o controle político-cultural norteamericano, e “concibieran para la región un estatuto propio, que implicaría un control más directo y ostensible y al mismo tiempo requeriría una creciente cooperación entre los países de la zona” (FURTADO, 2001, p. 17).

Neste imbróglio, o bloco social latino-americano foi palco e fruto de experiências de dominação política, simbólica e materiais que constituíram, na *consciência* e na *prática*, a formação de classes e de interesses antagônicos. As revoluções durante o século XX (destaque para a Revolução Chinesa em 1949 e para a Revolução Cubana em 1959), favoreceram o surgimento de novos modelos de caráter anti-imperialistas e anticapitalistas, além de mobilizar a emergência de atores coletivos na defesa da constituição dos direitos democráticos burgueses.

Isto posto, serão abordados adiante, na organização histórico-social boliviana, os principais desdobramentos políticos e conflitos étnicos que mediaram a transição democrática-burguesa em acirrada luta de classes no país. Busca-se compreender a partir da configuração étnico-demográfica, a elaboração de um Estado-nação no marco da Revolução de 1952, a fim de identificar naquela vivência os elos e condições que mantém a sociedade boliviana dividida em classes e etnias.

### 1.1 Formação social boliviana (século XX-XXI)

A Bolívia, país central na América do Sul, com pouco mais de 10 milhões de habitantes (último censo de 2012<sup>3</sup>, contabiliza em 10.059.856 hb) faz fronteira com cinco países do cone-Sul: Brasil, Argentina, Peru, Chile e Paraguai. Sua localização estratégica com abundância em recursos energéticos (especialmente a mineração, o lítio e derivados de hidrocarbonetos) entra na disputa econômica local, regional e internacional - de modo permanente - para a exploração e mercantilização dessas matérias-primas.

Na época (do censo), o regime de propriedade privada nacional, alcançava os 69,72% sendo a maior parte na área rural com 88,38%, e na urbana com 59,73%. A maior concentração de titulação estava nos departamentos de Cochabamba, Chuquisaca e La Paz: 71,19%, 72,80% e 73,88%, respectivamente.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) também revelaram, no ano de 2013<sup>4</sup>, o Primeiro Censo Agropecuário, que apontava, em relação a essas regiões, a maior produção agrícola em Chuquisaca: Zona produtiva: nos Valles e Chaco, Superfície total em hectares: 5.082.418,93 com maior produção agrícola, pecuária e florestal; Cochabamba: zona produtiva: nos Yungas, Chapare, Valles e Altiplano, superfície total em hectares: 5.709.414,31, com maior produção agrícola, pecuária e florestal; e, La Paz, zona produtiva: Yungas y Chapare - Valles - Amazonia - Altiplano, superfície total em hectares: 12.763.114,62 com maior produção pecuária.

Conforme analisado pelo professor Luiz Bernardo Pericás em seu artigo *Processo de desenvolvimento da Revolução Boliviana*, na Bolívia a relação de classes, a clivagem étnica, a correlação de forças entre os setores apresenta-se como um conjunto de “elementos catalizadores de revoltas e motivos para que fossem impulsionadas as mudanças necessárias em determinados períodos históricos” (PERICÁS, 1997, p. 109).

Neste texto, o autor se concentra em analisar a relação orgânica na formação da luta de classes boliviana. Evidentemente, das raízes da colonização hispânica e seus herdeiros diretos, foi-se constituindo a pirâmide social baseada na exclusão - material e simbólica - dos povos originários no país. O capitalismo tardio cumpriu, na mentalidade dos *terratenientes*, a relação de trabalho promovida pela exploração da mão-de-obra indígena, em que estes recebiam parcelas de terras para trabalhar em troca dos serviços na maiorias das vezes sem remuneração.

<sup>3</sup> Base de projeção nacional até a metade de 2022 contabilizava em 12.006.031 habitantes (INE, 2022). O Censo Nacional de Poblacion y Vivienda do ano de 2022 foi prorrogado para 2024, decreto 4.760/22.

<sup>4</sup> Ficha Resumen Censo Nacional Agropecuario 2013. Disponível em: [http://sice.ine.gov.bo/censofichacna/c\\_listadof/listar\\_comunidades](http://sice.ine.gov.bo/censofichacna/c_listadof/listar_comunidades). Acesso em: 24 out. 2022.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a principal fonte de exportação na Bolívia era do estanho, que “entre 1900 e 1909 [...] já representava 40% do comércio exterior; entre 1910 e 1919 subia para 60%; entre 1920 e 1939 alcançava 72%; e entre 1940 e 1949 chegou a 75% do total do comércio exterior do país” (ANDRADE, 2007, p. 23). A concentração do produto permanecia entre os três magnatas da chamada “rosca”: Simon I. Patiño, Mauricio Hothschild e Carlos Aramayo com propriedade em 62%, 26% e 10% respectivamente.

A respeito desta divisão, o acúmulo da propriedade do estanho e seu excedente, a concentração fundiária deu-se “com a introdução de novas técnicas e construção de ferrovias, com a economia pré-capitalista extremamente atrasada no campo” (ANDRADE, 2007, p. 25), base social sobre a qual sobrevivia a elite<sup>5</sup> política boliviana - nas *haciendas* - que retardou o desenvolvimento de uma burguesia nacional.

Na cidade, por outro lado, o proletariado mineiro configurado a partir da concentração do estanho pela “rosca”, desenvolve ação político-organizativa, aliado com o movimento estudantil, a reivindicar “não apenas melhoria de condições de trabalho e melhores salários, mas também uma série de outras reivindicações de ordem político-social na esfera geral do país” (PERICÁS, 1997, p. 111).

Com a crise mundial refletida na quebra da Bolsa de Valores em 1929, e a queda internacional no preço do estanho, cerca de “37% do orçamento já se destinava ao pagamento da dívida pública” de modo que “em fins de 1930, o governo, em acordo com os grandes mineradores, impôs um programa de controle da produção e a cobrança de um imposto mínimo” (ANDRADE, 2007, p. 24).

Com a dívida pública em ascensão e a insatisfação social com o pagamento de altos impostos, a Guerra do Chaco em 1932 representou uma resposta à crise interna para retomada da autoridade política. O intento de disputar o território do Paraguai abundante em jazidas de petróleo<sup>6</sup> acionado com o então presidente boliviano Daniel Salamanca, em 1º de julho de 1931, rompe as relações com o Paraguai, marco inicial do conflito.

Simultaneamente, sob alegação de ameaças comunistas, Salamanca busca aprovar um decreto que lhe daria amplos poderes no Congresso, o qual foi negado. Portanto, “essa derrota e a agudização dos conflitos internos fizeram seu governo concentrar as energias nas questões

---

<sup>5</sup> “Fazendeiros, proprietários de minas, industriais, comerciantes, todos formavam uma oligarquia estável e com respeitável poder político, dirigiam a vida econômica e política da nação”. De acordo com Rafael Calvo Puente, “é um setor oligárquico e racista, de mentalidade colonial, parasitário do Estado, e desinteressado de tudo que possa levar ao desenvolvimento nacional” (ELTZ, 2021).

<sup>6</sup> “[...] as motivações originais da guerra estariam no confronto entre a Standard Oil norte-americana e a Royal Dutch inglesa, que detinha o direito de explorar supostas jazidas em território paraguaio” (ANDRADE, 2007, p. 26).

fronteiriças do Chaco” (ANDRADE, 2007, p. 26), bem como focar na repressão ao movimento operário e estudantil como argumento para validar o anticomunismo.

Isto posto, o exército boliviano era composto em maioria por indígenas, dentre os quais “milhares de soldados morreram de sede e fome” além de toda discriminação sofrida em campo:

Os índios aimarás e quéchuas continuaram segregados e humilhados pelos brancos e mestiços, mesmo nos campos de batalha. No interior do Exército essa discriminação também foi mantida. Oficiais e suboficiais brancos e mestiços desfrutavam de toda sorte de regalias enquanto os soldados eram privados dos mínimos cuidados médicos. Destreinados e inadaptados ao clima, os soldados-índios morriam com pouca consideração dos oficiais. A guerra não significou uma integração do índio à nação; pelo contrário, reafirmou toda a estrutura social de opressão, que ele já conhecia, e aprofundou ainda mais o fosso que separava a elite burguesa branca da maioria indígena ou mestiça (ANDRADE, 2007, p. 27).

Muitos desses não voltaram ao campo, engrossando nas cidades a massa de desempregados. Simultaneamente, nas zonas rurais a capitalização e a mineração do estanho estagnaram no período da guerra e propiciaram “o processo de destruição das comunidades indígenas e expansão das grandes fazendas” (ANDRADE, 2007, p. 27).

O discurso utilizado por Salamanca para aumentar o apoio nacional de adesão à guerra foi rumo à defesa da empresa estadunidense *Standard Oil*<sup>7</sup> e posterior nacionalização da mesma. Na tentativa de substituir o comando militar, em novembro de 1934, Daniel Salamanca foi deposto pelo Exército sendo, assim, Tejada Sorzano o sucessor a assinar o acordo de paz em 1935, carregando saldo de mortos em “cem mil homens eteve como desenlace uma derrota trágica da Bolívia que, além de humilhada nos campos de batalha, contrariamente ao pretendido, perdeu um quinto de seu território” (PERICÁS, 1997, p. 111).

Em 1936, Sorzano é deposto por um setor do exército conformado no período belicista que fez ressurgir militares como os coronéis David Toro, Germán Busch, Carlos Quintanilla, Enrique Peñaranda, que seriam os próximos a assumir a direção política do país. David Toro, destacado militar na Guerra do Chaco, assumiu a presidência com caráter intervencionista na economia, reafirmando o discurso de nacionalização da *Standard Oil* em uma relação de cooperação com os magnatas da “rosca”.

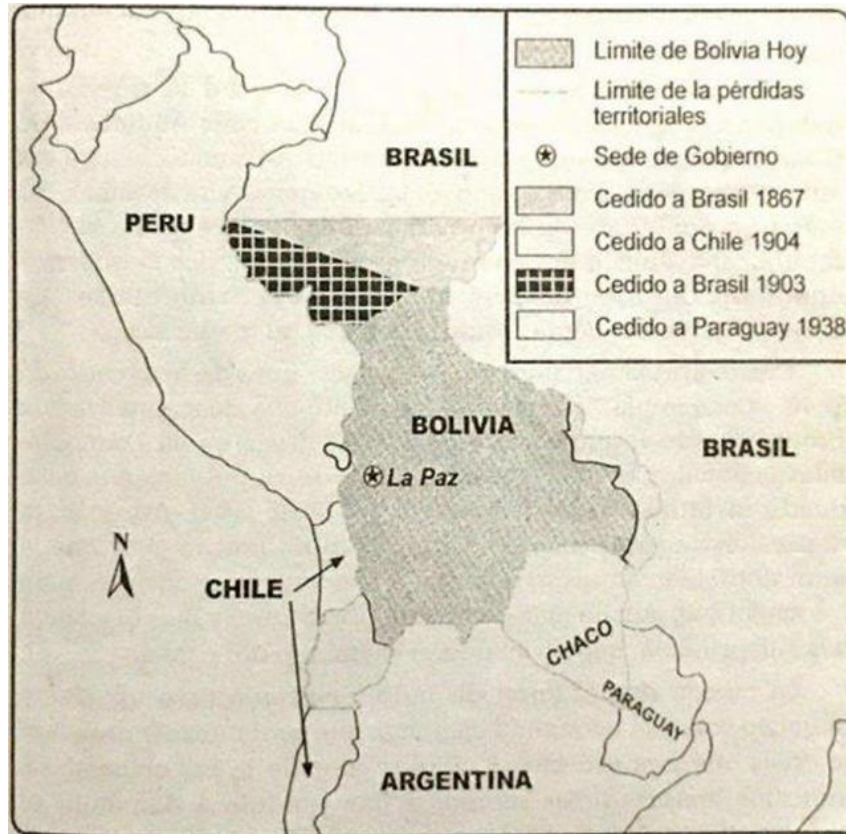
O governo de Toro adquiriu apoio popular sobretudo de setores urbanos sindicais com a criação da Confederação Sindical dos Trabalhadores Bolivianos (CSTB) em novembro de 1936, e por muitos foi creditado como regime de um “socialismo militar”. Todavia, Toro

---

<sup>7</sup> Companhia petrolífera norte-americana que detinha o direito de exploração das jazidas em território boliviano. Mais tarde descobriu-se que a empresa bombeava secretamente petróleo para a Argentina, aliada dos paraguaios.

assumiu postura repressiva com “perseguições, prisões e deportações de militantes de esquerda” (ANDRADE, 2007, p. 29) o que efetivamente ocasionou instabilidade política em seu governo, sendo então substituído por Germán Busch em junho de 1937.

**Figura 1 - Mapa da Bolívia e territórios cedidos**



Fonte: KLEIN (2015, p. 137)

Com a derrota na Guerra do Chaco (1932-1934) e crises no governo nas duas décadas seguintes, o operariado urbano articula-se em sindicatos e em formações populares que se mobilizaram por causas sociais, emergindo a revolução em 1952 orientada principalmente pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e pelo Partido Obrero Revolucionário (POR). O processo cresceu com a luta dos trabalhadores, mineiros, carabineiros e das classes populares urbanas, enquanto no meio rural efervescia a vontade de eliminar o latifúndio.

O poder eleitoral que evoca soberania popular de decisão última, foi instituído na Bolívia após duas décadas de instabilidade política e social promovida pelo governo militar e a instauração do neoliberalismo no país. Na Bolívia o sufrágio tornou-se universal (isto é, incluiu as mulheres<sup>8</sup>, os camponeses e as camadas populares historicamente excluídas

<sup>8</sup> Na Constituição de 1945, as mulheres foram consideradas aptas para o voto em níveis municipais por iniciativa

do processo eleitoral) com a Revolução de 1952, momento em que o partido *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) à frente da classe operária e camponesa, contra a elite oligárquica conhecida como “la Rosca”, armou-se, ocupou asruas e latifúndios, e realizou sua primeira eleição presidencialista com o sufrágio (ainda) censitário.

A Revolução Boliviana, que foi um processo de expressão nacionalista e conotação socialista, emergiu sobretudo contra a elite e a burguesia locais com seu tipo capitalista predatório e tardio. Consequência de um modelo semifeudal de acumulação, o empresariado boliviano não desempenha a função para um desenvolvimento nacional, mas cumpre o servilismo ao capital internacional. O setor da mineração em maior contato com o centro econômico mundial contrastava com o trabalho servil no setor agrícola e este com as grandes concentrações de terra.

Vale destacar que, além da instituição do sufrágio, que em primeiro momento não caminhou nos moldes democráticos, mas que “teve seu lugar em um domínio das elites tradicionais” (Mansilla, H. C. F., 2006, pp.276-277), a Revolução avançou para o projeto de nacionalização das minas e reforma agrária. Neste momento, os demais países latino-americanos – principalmente Brasil, Equador e Peru – passavam por suas ditaduras militares enquanto no país boliviano a democracia plena no exercício do sufrágio avançava.

O sufrágio universal passou por três principais etapas de desenvolvimento: da revolução para o povo, do povo até o partido e do partido ao parlamento. De acordo com análise sistemática feita pelo professor Salvador Romero Ballivián (2008), a Revolução de 1952 retirou o poder das mãos da aristocracia e foi o ponto de partida para transformação do poder em poder popular. Ocorre, pois, que a influência do voto universal foi mais atuante nas zonas rurais “em categorias populares [...] habitadas, sobretudo, por campesinos de língua aimará e quéchua” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 16).

Isto porque a oligarquia regional determinava o voto de seus empregados, especialmente com os camponeses. Nas palavras de Romero Ballivián:

Para la formación revolucionaria, el carácter democrático del régimen reposaba en sus medidas sociales a favor de los obreros, los campesinos, los sectores asalariados, en la redistribución de tierras, en la recuperación de las propiedades mineras para el Estado, en la movilización popular, no en el pluralismo, las garantías ciudadanas, las elecciones transparentes, el equilibrio de poderes, el Estado de derecho. La elección con sufragio universal constituyó la oportunidad de demostrar la movilización revolucionaria más que el ejercicio de un derecho individual (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 18).

---

mais da elite política que do movimento propriamente feminino. Em 1950 foi discutido na Câmara de Senadores ampliar o voto das mulheres para todos os poderes públicos, mas não foi aprovado na Câmara de Deputados (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 14).

Nos governos do MNR (1952-1956; 1960-1964) houve um tipo de “co-governo” com a Central Obrera Boliviana (COB) de modo a garantir a soberania partidária- sindicalista no Parlamento. A estrutura social boliviana progrediu com a revolução dos anos 1950. Com alfabetização e urbanização ampliadas, o governo militar depara-se com uma sociedade mais organizada o que tornou possível, em certa medida, frear possíveis golpes eleitorais<sup>9</sup>.

O segundo período de governo do MNR terminou com o golpe de Estado em novembro de 1964 liderado pelo general René Barrientos, então vice-presidente do país. O golpe teve amplo apoio civil como marca da desagregação do núcleo original do MNR. Um desses principais setores foi o campesinato no chamado pacto ‘militar-camponês’, que “deu uma sustentação de massas aos militares, o que lhes permitiu enfrentar e neutralizar o sindicalismo mais mobilizado com relativo êxito” (ANDRADE, 2005, p. 138).

Os decretos de 1965, ancorados na Constituição de 1945 redigida sob o interesse das oligarquias do estanho, recrudesceram as reações violentas contra os movimentos sociais organizados e as perseguições políticas tornam-se rotineiras. Aumentaram também a resistência ao regime especialmente organizada pelos mineiros<sup>10</sup>. A sede da COB é ocupada por militares e proibida a manifestação de greves por decreto.

Conforme investigado pelo professor Everaldo Oliveira, o exército “como expressão concentrada do débil aparato estatal da classe dominante” convivia sob pressão constante de dois polos equidistantes: o enrijecido “movimento sindical e de esquerda dopaís” herdeiros da experiência de 1952, e por outro, o grupo oligárquico submetido a interesses econômicos e políticos “da política exterior dos Estados Unidos, amparados por seus aliados no interior” (ANDRADE, 2005, p. 142).

Everaldo, ancorado em Florestan Fernandes, delineia o perfil e características mais gerais dos regimes militares do período:

A impregnação tecnocrático-militar do Estado e o funcionamento do governo militarizado são altamente similares em todos os quatro casos (Brasil, Argentina, Bolívia e Peru). O que varia são as funções históricas dos Estados e as identificações políticas do governo militarizado –pois em um plano se configura, em toda a plenitude, a ditadura militar polarizada através da reação e da contrarrevolução burguesas; e, no outro, a ditadura militar pretende configurar-se com uma espécie de bonapartismo acima das classes, polarizando-se através de um nacionalismo

<sup>9</sup> Isto porque o voto censitário não fora abolido com a Revolução, o que significou um constante perigo de fraudes eleitorais, bem como de instalação de ditadura militar, como as que acometiam os países latino-americanos.

<sup>10</sup> “Um dos acontecimentos mais eloquentes ocorreu em 18 de setembro de 1965, quando cerca de 200 mineiros atacaram a sede da polícia de Llallagua com dinamites para tomar armas. O exército foi obrigado a se deslocar da cidade próxima a Catavi para reprimi-los, porém, outro contingente mineiro atacou o próprio quartel das tropas. Em todos esses combates, morreram 82 pessoas e 200 ficaram feridas” (ANDRADE, 2005).

revolucionário oscilante (embora, concretamente, tenha tentado medidas exclusivas de “revolução dentro da ordem”, e de “revolução contra a ordem”) (ANDRADE, 2005, p. 142-3).

A repressão na Bolívia a movimentos sociais e de resistência complementa a política de abertura para multinacionais e exploração dos recursos naturais, isto é, a implementação do neoliberalismo no país. Os governos de René Barrientos (1964-1969) e Hugo Banzer (1971-1978) foram os que mais colaboraram com os Estados Unidos na abertura de capitais estrangeiros, ao passo que os de Alfredo Ovando (1969-1970) e Juan José Torres (1970-1971), diversificaram a abertura econômica com outros países, além da dominação estadunidense.

Foi no regime de Banzer, um dos períodos mais longos e mais repressivos, que ocorreu o chamado “milagre econômico boliviano” que consistiu em um crescimento anual de 5,7% do Produto Interno Bruto (PIB), sobretudo com o alto preço das exportações de petróleo e estanho. O militar, um dos mais destacados correspondentes da Operação Condor no Cone Sul, recebeu recursos bélicos e financeiros para golpear o antecessor Juan Torres sob alegação deste ser um “esquerdista”. Além do mais, os direitos trabalhistas foram subsumidos em todos os setores sociais (estudantis, sindicais, imprensa, etc).

Através de uma fraude eleitoral, Banzer foi destituído pelo general Juan Pereda Asbún, que herda da década anterior a hiperinflação oriunda da dívida pública que tornou o seu mandato mais curto, acabando no mesmo ano do golpe eleitoral. Nos próximos - últimos - quatro anos de regime militar, o país experienciou uma sucessão de governantes no poder (Figura 2).

**Figura 2 - Presidentes Bolívia 1978-1982**

<b>Ano/Período</b>	<b>Governo</b>
24 nov. 1978 - 8 ago. 1979	David Padilla Arancibia
01 nov. 1979 - 16 nov. 1979	Alberto Natusch Bush
16 nov. 1979 - 17 jul. 1980	Lidia Gueiler Tejada
17 de jul. 1980 - ago. 1981	Luis García Meza Tejada
04 set. 1981 - 19 jul. 1982	Celso Torrelio Villa
21 jul. 1982 - 10 out. 1982	Guido Vildoso Calderón

**Fonte:** Elaboração própria

Em 10 de outubro de 1982 com as eleições gerais, Hernán Siles Zuazo foi eleito presidente em um período marcado pela turbulenta desestabilização econômica. Neste cenário, e com a ampliação de políticas liberais além da rápida industrialização, a fragmentação do voto se acentuou. Em 1985, ano de reeleição presidencial de Paz Estenssoro,

o país enfrentava uma crise hiperinflacionária, “[...] el MNR compensó con la llegada de nuevos electores, de clases medias y altas, identificados con el proyecto de Gonzalo Sánchez de Lozada, percibido como renovador y modernizador” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 24).

Outro destaque dá-se para o desenvolvimento - desigual - regional que se dá na Bolívia nos anos da ditadura acompanhada pela diversificação social. O MNR que teve o operariado como base de apoio desde a revolução até sua retomada do poder em 1985, dissolveu-se com as diversas organizações que se sustentaram nos anos ditatoriais, a exemplo da *Consciencia de Patria* (CONDEPA) - fundada em 1988 – que agrega o setor minerador concentrado, sobretudo, em Potosí, e do *Movimiento al Socialismo* (MAS) - fundado em 1973 – que unifica o grupo campestre de coccaleros, sobretudo em Cochabamba.

O que foi apresentado até aqui visa contribuir, mesmo que brevemente, com o panorama político-social em que transitou a sociedade boliviana desde a revolução nacionalista em 1952, seus principais agentes e táticas de luta (a liderança do MNR, a força motriz do setor mineiro organizado e ideologias de construção de uma nação boliviana), o período de regime militar, suas conexões regionais e estratégias de abertura econômica, um processo permanente na realidade nacional.

Será tratada adiante a retomada democrática no pós ditadura, dando atenção especialmente para o recurso do referendo popular como método de *democratização da democracia*, isto é, de ferramenta útil para recompor a instituição pública e direcionar os interesses de classe. Compreende-se que a clivagem entre os setores sociais, suas demandas e o papel do Estado ressoam como conflitos estruturais admitidos (quali e quantitativamente) através do mecanismo de consulta pública, “nova” fase institucional.

### **Democratização da democracia: o quarto poder do referendo e conflitos estratégicos**

A primeira experiência de referendo popular no país foi na reforma constitucional de 2004, e estabeleceu que a “Bolívia asume la forma de gobierno “democrática representativa y participativa” (ELENA, 2008, p. 1). Tratou pontualmente da “escolha” entre privatizar ou nacionalizar o principal recurso estratégico, os hidrocarbonetos, em meio ao conflito acerca da Guerra da Água iniciada no ano anterior. O projeto de lei consistiu em cinco perguntas principais e que se fizeram redundantes, além de não ter alcançado toda a população nacional. A saber:

“¿Está usted de acuerdo con la abrogación de la Ley de Hidrocarburos No. 1689 promulgada por el presidente Gonzalo Sánchez de Lozada?  
 2. ¿Está usted de acuerdo con la recuperación de todos los hidrocarburos en boca de pozo para el Estado boliviano? 3. ¿Está usted de acuerdo con refundar Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos [YPFB], recuperando la propiedad estatal de las acciones de las bolivianas y bolivianos en las empresas petroleras capitalizadas, de manera que pueda participar en toda la cadena productiva de los hidrocarburos? 4. ¿Está usted de acuerdo con la política del Presidente Carlos Mesa de utilizar el gas como un recurso estratégico para el logro de una salida útil y soberana al océano Pacífico? 5. ¿Está usted de acuerdo con que Bolivia exporte gas en el marco de una política nacional que: cubra el consumo de gas de las bolivianas y bolivianos; – fomente la industrialización del gas en territorio nacional; – cobre impuestos y/o regalías a las empresas petroleras llegando al 50% del valor del valor de la producción del y el petróleo en favor del país; – destine los recursos de la exportación e industrialización del gas, principalmente para educación, salud, caminos y empleos?” (ELENA, 2008, p. 6)

A ambigüidade das cinco perguntas reside no fato de apresentar uma falsa ideia de nacionalização da sua principal matéria-prima. Se, por um lado, a pergunta de número três intenta reativar a estatalidade da YPFB para o controle da produção dos hidrocarbonetos, a pergunta de número cinco, por outro, assume o caráter multinacional para extração do produto, sugerindo o pagamento das empresas de até 50% dos royalties e revertê-los para políticas públicas e de infraestrutura.

A emblemática pergunta de número quatro recomenda a renegociação da saída para o Oceano Pacífico com o Chile a partir do gás natural, o que na prática indica a postura da pergunta seguinte. A pergunta de número um, portanto, busca revogar o decreto de lei nº 1689/96 que prescreve “Por norma constitucional, los yacimientos de hidrocarburos, cualquiera sea el estado en que se encuentren o la forma en que se presenten, son del dominio directo, inalienable e imprescriptible del Estado. Ninguna concesión o contrato podrá conferir la propiedad de los yacimientos de hidrocarburos” (GACETA OFICIAL DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA, 1996).

Nesta pergunta, a revogação da lei significaria que o domínio do produto em questão abre-se para contratos além da empresa YPFB, abrindo concessões para empresas não-estatais. A jogada de Carlos Mesa é evidentemente a favor do empresariado *cruceño*, onde se encontram as maiores concentrações de jazida dos hidrocarbonetos.

**Figura 3 - A reconfiguração do petróleo na Bolívia**



Não obstante, a questão do referendo ativou conflitos de interesse entre, de um lado, sindicatos e movimentos sociais que exigiam a completa nacionalização dos hidrocarbonetos sem indenização às companhias petrolíferas, e por outro, a defesa para implementação da agenda liberal do ex-presidente Carlos Mesa. O partido do MAS, por sua vez, teve uma postura parcial no processo, incentivando aos membros e eleitores a aprovarem as três primeiras perguntas e promover “el NO a las preguntas 4 y 5, en virtudde que abrían la puerta a la exportación a Chile<sup>11</sup> y por considerar que las regalías debían elevarse a 50 por ciento” (MEALLA, 2004).

Em resultado, as três primeiras perguntas obtiveram 68,5% de aprovação, enquanto as duas últimas, 41,9% (ELENA, 2008, p. 8 ). Observa-se, portanto, que o intuito por detrás da reforma buscava favorecer o empresariado boliviano nos departamentos da chamada “meia-lua” (Santa Cruz de la Sierra, Tarija, Beni e Pando) que contém em seus territórios a maior parcela de reserva do gás. Outrossim, os Comitês Cívicos desse bloco regional, em especial o de Santa Cruz, introduziu um projeto de lei para convocar um referendo sobre as autonomias

<sup>11</sup> “Entre 1879 y 1884, se enfrentó Chile con las fuerzas unidas de Bolivia y Perú. Este conflicto alteraría de manera dramática no solo las fronteras de estas naciones sino, también, su memoria colectiva. Tras su triunfo, Chile anexó la provincia boliviana de Atacama, con lo cual La Paz pasaría a ser la capital de una nación sin salida al mar, y Santiago el propietario de sus depósitos de guano y minas de nitrato (salitre)” (SATER, 2016).

departamentais.

Trata-se da iniciativa por demandas de descentralização, que por sua vez, “no exenta de racismo por los mestizos de las tierras bajas hacia las zonas occidentales de componente más indígena, interviene también la intención de conseguir una mayor apropiación local de los recursos generados por la explotación del gas” (ELENA, 2008, p. 8). Em fevereiro de 2005 foi apresentado para a Corte Nacional Eleitoral (CNE)<sup>12</sup> um abaixo-assinado contendo 454.635 assinaturas para dar iniciativa ao processo de referendo de autonomias.

Em 2 de julho de 2006 o processo de *Referéndum Autonómico Regional* apresenta a pergunta:

“¿Está usted de acuerdo, en el marco de la unidad nacional, en dar a la Asamblea Constituyente el mandato vinculante para establecer un régimen de autonomía departamental, aplicable inmediatamente después de la promulgación de la nueva Constitución Política del Estado en los Departamentos donde este Referéndum tenga mayoría, de manera que sus autoridades sean elegidas directamente por los ciudadanos y reciban del Estado Nacional competencias ejecutivas, atribuciones normativas administrativas y los recursos económicos financieros que les asigne la nueva Constitución Política del Estado y las Leyes?” (ELENA, 2008, p. 8)

Evo Morales, presidente desde janeiro pelo partido do Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS-IPSP) torna público esta política a campanha contra o projeto tornar-se lei, porém sem sucesso. Em resultado, nos quatro departamentos da meia-lua o “Sí” obteve alcance de 62,2% dos votos válidos, nos outros cinco departamentos, o “No” obteve maioria com cerca de 63,3% dos votos válidos. No cálculo nacional, o “Sí” obtuvo el 39.4% de los votos emitidos, frente a un 53.5% para el NO” (ELENA, 2008, p. 8).

Ocorre, pois, que o referendo enquanto instrumento popular (efetivo por quórum, isto é, 6% para nível nacional, 8% para departamentos e 10% para municípios), está diretamente ligado ao Tribunal Constitucional que pode reavaliar o teor das perguntas e contestar os resultados. Na prática, (o que congrega a maior parte da crítica) o acesso às informações dos temas de referendo acaba, pois que “la adquisición de información es costosa, y para muchos electores puede resultar razonable dejar que sean otros quienes incurran en esos costos” (ELENA, 2008, p. 12).

Abre-se, portanto, dois caminhos e duas lacunas para o conflito entre classes na Bolívia. De um lado, o referendo como ferramenta última de poder popular com suas

---

<sup>12</sup> Destas, a CNE validou em 5 de abril do mesmo ano, 299.866 assinaturas com quórum superior ao requerido para autorizar o referendo (ELENA, 2008, p. 8).

limitações de atuação (as deliberações são efetivas para i) revogação de mandatos municipais, departamentais e nacional; ii) anulação ou aprovação de leis; e, iii) não interferência em assuntos fiscais e de segurança pública). Por outro lado, a lei de autonomias confere controle autárquico aos governadores departamentais.

Isto posto, demonstra importante ressaltar o papel jurídico-político que a CNE teve nestes momentos históricos. O órgão surgiu em 1956 ainda em governo de Victor Paz Estenssoro e teve como principais fundamentos “*haciendo dela independencia e imparcialidad pilares centrales de su identidad y de su papel en la democracia boliviana*” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 85), além de assegurar “condições de igualdade entre as diferentes listas de candidatos” (COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, [s.d.]).

Em estudo realizado pelo ex-presidente do Supremo Tribunal Eleitoral (STE) na Bolívia (2004-2008; 2019-2021), Salvador Romero Ballivián, a criação da Corte surge como resultado da reforma da legislação eleitoral (artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 621-C/74, de 15 de novembro), e emerge em combate e controle derivadas de experiências advindas principalmente nos anos de ditadura civil-militar no país, sobretudo, “*bajo la dirección de una institución independiente, ajena a los vaivenes de la coyuntura política [...] haciéndola menos vulnerable a eventuales presiones del Poder Ejecutivo*” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p.89).

Segundo Romero Ballivián (2008), a CNE perpassou três fases principais: de 1956 a 1985 “quando seu funcionamento não era permanente e muitas eleições eram realizadas sob o manto da suspeita de irregularidades devido ao controle do governo sobre a instituição”; depois, até 1991, em que “exerce suas atividades constantemente e os partidos o controlam, causando dúvidas sobre a legitimidade dos resultados”; e, finalmente, em 2007, momento em que “o sistema político aceita formar uma CNE autenticamente imparcial e independente, exigindo a realização de eleições irrepreensíveis que assegurem uma forte legitimidade de origem das autoridades eleitas.” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 77).

Com a revolução de 1952 e a implementação do voto universal pelo MNR, o objetivo era que “*su continuidad en el poder tuviese como fuente de legitimidad la voluntad popular expresada en las urnas*”, momento em que a CNE foi reconhecida para ser encarregada pela organização do processo eleitoral, que prossiga de maneira que seja “*un organismo electoral especializado y autónomo, por lo menos en teoría sin dependencia del Poder Ejecutivo o de cualquier otro Poder*” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 79):

“La CNE fue, por un lado, una institución revolucionaria: tanto por su origen como por el cambio que introdujo en la política, pues a partir de allí todos los procesos electorales fueron organizados por ella. Por otro lado y al mismo tiempo, la

institución no aportó ninguna innovación en las prácticas políticas, en realidad prolongó las que venían del pasado” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 79)

Na segunda parte do texto, Romero Ballivián adentra no recorte atualizado da condición de atuação do órgão na Bolívia, isto é, o autor esmiúça o revestimento autónomo da institución, constitucionalizada como *quarto* poder no país. Simultâneo às mudanças democráticas<sup>13</sup> - de histórica necessidade -, o CNE cumpre nos seguintes anos e procesos eleitorais, fundamental papel sociopolítico.

Trouxemos neste tópico duas principais experiências do referendo popular que atuaram para o interesse de classe e não para fundamentar a política nacional (reformas culturais, educacionais, agrária, etc.). No início do século XXI, a Bolívia aprovou através do plebiscito duas principais medidas de controle político-administrativo da produção e comercialização dos hidrocarbonetos.

Neste período e já com o governo popular de Evo Morales, a segregação regional reestruturou a velha política nacional consolidando o poder departamental em oposição ao ascenso da nova política, ou seja, da demanda indigenista em combate direto com a expansão do agronegócio e para a consolidação de direitos à terra. Será apresentado adiante como tal disputa entre os grupos foi nivelada com a Assembleia Constituinte e com a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, em 2009, do mesmo modo que essa manteve o Estado dependente da elite agrária.

## **1.2 A Constituição de 2009 como projeto popular democrático**

A bandeira levantada para transformar a Bolívia em Estado Plurinacional com a centralidade dos povos indígenas foi certamente um dos grandes destaques da campanha eleitoral pelo partido do MAS-IPSP. Juan Evo Morales Ayma à frente como representante de origem étnica aimará e sindicalista do movimento cocalero, e seu vice, o intelectual reconhecido, professor universitário e ativo militante da história nacional, Álvaro García Linera formaram a chave representativa que a Bolívia há muito desconhecia.

Entre as principais pautas apresentadas pelo programa do MAS-IPSP esteve o

---

<sup>13</sup> “Desde mediados de la década de 1980 y más claramente en la de 1990, se impuso una concepción de la democracia como un conjunto de reglas y de procedimientos para la alternancia pacífica y regulada en el poder, neutros con respecto a los fines de la política pública que pudiese aplicar cada gobierno. Se trató en buena medida del ideario liberal que no cree que le corresponda a un régimen arbitrar entre valores igualmente legítimos, como la libertad, la igualdad o la justicia social. En este esquema, el voto se convirtió en la piedra angular del sistema: se exigió que los partidos aceptaran que las elecciones eran el único camino para acceder al poder” (ROMERO BALLIVIÁN, 2008, p. 84-5)

planejamento de nacionalização das empresas estratégicas enquanto plano de soberania nacional, ampliação dos direitos indigenistas na centralidade política e maturação da democracia: “en Bolivia, los ciudadanos votaron masivamente a favor de los autores de la revolución [de 1952]” (ARCHONDO, 2006, p. 14). Por autores, o professor Archondo refere-se aos filhos da Revolução de 1952, herdeiros do movimento sindical e experientes combatentes nacionais.

O destaque nos serve também para compreender o caminho trilhado em processo de constituinte, sobretudo em relação aos atores envolvidos, o peso do Pacto de Unidade (PU) e principais emendas que estavam em curso anteriores à reforma constitucional. Assim sendo, sublinhamos algumas principais características do *novo* Estado boliviano a fim de esmiuçar o impacto destas na realidade do país.

Em seu primeiro artigo, a Constituição aprovada em Assembleia define o caráter do Estado:

“Bolivia se constituye en un Estado Unitario Social de Derecho Plurinacional Comunitario, libre, independiente, soberano, democrático, intercultural, descentralizado y con autonomías. Bolivia se funda en la pluralidad y el pluralismo político, económico, jurídico, cultural y lingüístico, dentro del proceso integrador del país” (REPÚBLICA DE BOLIVIA, 2009, p. 11)

Aqui a gelatinosa formação social boliviana intenta ser condensada. Abarca-se, portanto, toda diversidade cultural, linguística e o pluralismo econômico como constituintes da *Nação* boliviana. O projeto de “reconciliação” e “integração” entre e para os povos assume na forma das *autonomias* uma “redefinição” do Estado de Direito.

Destaque também pode ser dado para a descentralização administrativa e as autonomias, compreendendo-os como novos elementos políticos e conseqüentemente, o estímulo à emergência de novos atores autorregulados nos departamentos e prefeituras. Por um lado, a determinação possibilita e viabiliza as autonomias indígenas para seus territórios (reprodução da vida material e simbólica), e por outro, garante a autogestão das elites em seus respectivos departamentos (capital-agro-Estado).

A lei de autonomias revestida pela ação democrática, isto é, pela livre auto-regulamentação, foi - e é - na realidade, o método eficaz de intervenção nos assuntos políticos e econômicos de cada departamento. Os Comitês Cívicos se formaram para assumir o controle regional especialmente no que tange à administração dos recursos energéticos estratégicos e à lei de terras, evidentemente em manutenção do processo intercolonial entre os povos bolivianos.

Não obstante, o segundo artigo, que expressa o marco histórico-legal do direito do indígena, (re)formula:

“Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley.” (REPÚBLICA DE BOLIVIA, p. 11, 2009)

Neste artigo pode-se visualizar o definidor do que viria-a-ser o *novo* Estado boliviano, o *tipo* de governo e as *formas* de fazê-lo. A demarcação territorial e a recuperação histórica dos povos andinos e seus descendentes na cosmovisão política do país. Diante disso, desponta o direito à autonomia e ao território, demandas que perpassaram pelas determinações internacionais. A conferência de número 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada em Genebra, em julho de 1989, embute na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o sétimo artigo:

“Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estarespiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá- los diretamente.” (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO, 1989)

O regulamento foi retificado na Bolívia dois anos depois com a lei 1.257/1991<sup>14</sup> em que foram reconhecidos os direitos - já em disputa, sobretudo com as frentes organizadas, em maior concentração na Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB)<sup>15</sup>, que “desarrollaron un diálogo con el Estado, orientado a reformar la legislación boliviana e introducir aspectos del derecho consuetudinario” (PATIÑO, 1998, p. 3).

Após anos de mobilização as propriedades coletivas chamadas “Terras Comunitárias de Origem” (TCO), durante a gestão de Gonzalo de Lozada foram negociadas em 1994, baseadas em dois principais parâmetros: “la ocupación histórica delos pueblos demandantes y el principio de uso y manejo de recursos, en función a las actividades productivas” (idem, p.5)<sup>16</sup>. A Função Social sobre a terra foi uma condição para a demarcação, e estabelece no seu

<sup>14</sup> Ley nº 1257, 11 de julio de 1991. Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-L-1257.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

<sup>15</sup> A atuação dos movimentos populares organizados será desenvolvida no próximo tópico.

<sup>16</sup> Nas constituições de 1938 e a de 1953, o tema da reforma agrária foi tratado em torno da função produtiva, e

segundo inciso do artigo dois:

“II. La Función Económica Social en materia agraria, establecida por el Art. 169 de la C.P.E., es el empleo sostenible de la tierra en el desarrollo de actividades agropecuarias forestales y otras de carácter productivo, así como en las de conservación y protección de la biodiversidad, la investigación y el Ecoturismo, conforme a su capacidad de uso mayor, en beneficio de la sociedad, el interés colectivo y el de su propietario.” (QUISPE; HILARIÓN, 2011, p. 36)

No artigo 51 da expropriação das terras, àquelas não produtivas ocorreria sem indenização aos proprietários; o de número 52 dizia que o “cumplimiento de obligaciones tributarias, relacionadas con el impuesto a la propiedad inmueble agraria es prueba de que la tierra no ha sido abandonada” (QUISPE; HILARIÓN, 2011, p. 37). No que tange à distribuição de terras, a lei a estabelece “conforme a las necesidades económico-sociales y de desarrollo rural”.

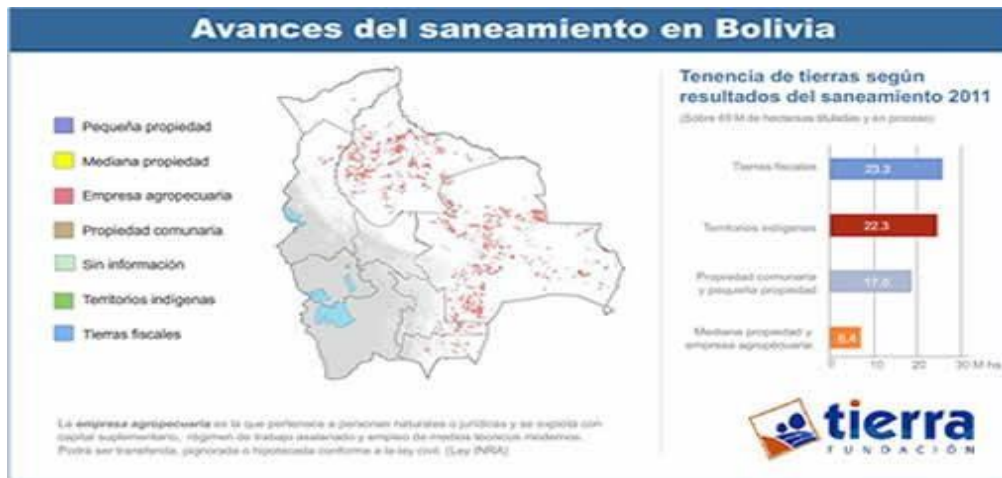
Em composição da constituinte a Ley No. 3545 denominada *Ley de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria*, promulgada em novembro de 2006, realiza mudanças substanciais no que diz respeito ao processo de saneamento das terras e da reorganização sobre a *Función Social da Propriedade Agrária*. A principal diferença até aqui refere-se à extensão “de crecimiento de la mediana propiedad es del 50% y de la empresa agropecuaria del 30 %. Para la empresa agrícola será calculada desde un 30% hasta un 50% según parámetro establecido en reglamento” (QUIPE; HILARIÓN, 2011, p. 43).

Destaque às específicas regulamentações, acima mencionadas, a fim de acionar o entendimento da questão fundiária na Bolívia para: i) a estrutura fundiária herdeira da colonização pouco se alterou mesmo com a Revolução Nacionalista de 1952; ii) a demarcação para terras indígenas e comunitárias fora resultado de convenção internacional; iii) a função econômica social é, ao mesmo tempo, condição para o item ii., também favorece às propriedades privadas com o pagamento de tributos como garantia de não-expropriação; iv) as empresas agrícolas podem variar da extensão entre 30% a 50%, e, v) a lei nº 3545 determina a regulação burocrática das TCOs.

---

as Cartas estabeleceram que “debe garantizar la propiedad privada siempre que el uso que se haga de ella no sea perjudicial al interés colectivo y que la expropiación se impone por causa de utilidad publica o cuando la propiedad NO cumpla una función social calificada conforme a ley” (QUISPE; HILARIÓN, 2011, p. 31-2)

**Figura 4 - Avances do saneamento na Bolívia**



**Fonte:** Desafíos de la problemática agraria en Bolivia. Fundacion Tierra. 2012

Sobre o parágrafo acima, o intelectual boliviano Fernando Mayorga (2017) define esse marco histórico como “una construcción discursiva/jurídica puesto que no existe colectividad que contenga esos cinco rasgos sociológicos, por ende, solamente el Estado tiene la prerrogativa de representar a dicho sujeto plurinacional” (MAYORGA, 2017, p. 3). Para o autor, a implicação reside na dependência de constantes acordos com o Estado, especialmente em uma relação em que “un hecho que pone en cuestión la existencia del movimiento indígena como actor político”, em contraste com os interesses estatais.

Outrossim, a concorrência e eleição a cargos públicos por lideranças indígenas, sindicalizadas ou não, é o que Mayorga chamou de “círculo/anéis” nesta relação demandas-decisões perante o Estado. São três os atores destacados pelo intelectual: o primeiro, são "las organizaciones de raigambre sindical que agrupan a campesinos, colonizadores y mujeres campesinas/indígenas (CSUTCB<sup>17</sup>, CSCIB<sup>18</sup>, CNMIOC-BS<sup>19</sup>)”; o segundo agrupa-se sobretudo com a CIDOB<sup>20</sup> e a CONAMAQ<sup>21</sup>, em especial afastamento com o governo do

<sup>17</sup> La Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia, creada en 1979, es la máxima entidad campesina con organizaciones departamentales, regionales, provinciales, centrales, subcentrales y sindicatos en todo el territorio. (MAYORGA, 2017, p. 11).

<sup>18</sup> La Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia está constituida por 24 federaciones regionales y departamentales que representan a más de un millón de miembros. También están afiliados comerciantes y algunas organizaciones son exclusivamente de mujeres. El término “comunidades interculturales” sustituye al de “colonizadores” y pretende dar cuenta de su identidad indígena y campesina. (MAYORGA, 2017, p. 11).

<sup>19</sup> La Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia Bartolina Sisa se fundó en 1980 y es una organización con presencia nacional que conjuga la identidad indígena y de género. Sus dirigentes han presidido la Asamblea Constituyente y ocupan cargos de dirección en el MAS. (MAYORGA, 2017, p. 11).

<sup>20</sup> La Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (Cidob) representa a los indígenas de tierras bajas y, desde fines de los años ochenta, agrupa alrededor de treinta pueblos de escasa población y que habitan en los llanos y la amazonia. (MAYORGA, 2017, p. 11).

MAS após o conflito no TIPNIS.

O terceiro incorpora a outros setores sindicalizados “como cooperativistas mineros, obreros, fabriles, trabajadores mineros asalariados, universitarios y jubilados que se agrupan en la Coordinadora Nacional por el Cambio (CONALCAM)” (MAYORGA, 2017, p. 4). Neste imbróglío observa-se, por um lado, a concessão jurídica ao direito à terra aos variados povos indígenas, e por outro lado, a disputa política dada a condição burocrática de acesso à terra enfrentada pelos movimentos em relação ao marco legal.

De todo modo, a democratização da democracia, que é uma das principais marcas do Estado Plurinacional por si, carrega determinadas limitações jurídicas para o acesso popular. Em outras palavras, ascender à esfera pública e com a Constituição reformada, a luta entre as classes e os interesses - dos recursos estratégicos - acentuou a histórica disputa entre os grupos.

No artigo 30 da Constituição de 2009, denominada “Derechos de las naciones y pueblos indígena originario campesinos”, especial atenção dá-se ao ponto quinze do primeiro inciso que corresponde ao direito:

A ser consultados mediante procedimientos apropiados, y en particular a través de sus instituciones, cada vez que se prevean medidas legislativas o administrativas susceptibles de afectarles. En este marco, se respetará y garantizará el derecho a la consulta previa obligatoria, realizada por el Estado, de buena fe y concertada, respecto a la explotación de los recursos naturales no renovables en el territorio que habitan.” (REPÚBLICA DE BOLIVIA, 2009, p. 25).

E ao ponto dezessete: “A la gestión territorial indígena autónoma, y al uso y aprovechamiento exclusivo de los recursos naturales renovables existentes en su territorio sin perjuicio de los derechos legítimamente adquiridos por terceros” (REPÚBLICA DE BOLIVIA, 2009, p. 25).

Em ambos excertos, não apenas o direito à terra é garantido, mas também a sua autorregulação: o Estado não pode interferir sem prévia consulta ou negociação em relação aos recursos não-renováveis, ao passo que afere aos habitantes o direito à utilização dos recursos renováveis.

Importante destacar a dualidade teórico-prática em torno da institucionalização destes direitos étnicos. Por um lado, o intelectual e ex-vice-presidente Álvaro García Linera contesta historicamente o *uso* do indígena como capital étnico da colonialidade. Em seu texto,

---

<sup>21</sup> El Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qollasuyo (Conamaq) se creó en la región andina en 1997 y agrupa a las comunidades aymaras y quechuas que constituyen una mayoría poblacional. (MAYORGA, 2017, p. 11).

*Autonomias indígenas e Estado multinacional* (2020), o autor estabelece as diretrizes socioculturais que condicionam a sobrevivência originária dos diversos grupos na Bolívia.

Em outras palavras, Linera demonstra de que maneira a colonização e a república desenvolveram e demarcaram a etnização<sup>22</sup> na divisão do trabalho: os grupos étnicos e a terra tornaram-se instrumentos que “ayudan a conformar los principios de diferenciación de clase enquanto condição capital” (LINERA, 2020, p. 282), de modo, portanto, a resgatar dentro do programa *masista* as prerrogativas históricas que foram institucionalizadas no Estado democrático Plurinacional.

Assim sendo, é interessante observar também a luta prática pela terra, buscando recuperar um conjunto de elementos e atores que formalizaram e se dedicaram a organizar e a viabilizar os pressupostos legitimados por lei. Atentar-se-á às reivindicações populares do programa indianista para o Estado Plurinacional e a como o mesmo foi executado.

Diante disto, é necessário esclarecer a escolha de dois principais atores coletivos - dentro de inúmeros - que se firmam na vida nacional e na política cultural enquanto *seres* entre disputa de poderes e interesses de classe: a Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e ao Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ). Estes grupos participaram ativamente na luta revolucionária pelo direito à terra e na construção do Novo Estado boliviano. São os mesmos grupos que por questões a ser abordadas, fracionaram o apoio ao ex-presidente Morales durante o golpe de 2019.

### **1.3 Frentes de atuação: CIDOB e CONAMAQ**

Com objetivo de investigar as condições que comprometeram a gestão de Evo Morales e consequente golpe em 2019, uma pergunta referencial para esta pesquisa deve-se ao descontentamento que se desencadeou entre a base de apoio - mais ou menos homogeneizada - e os diversos grupos indígenas e sindicatos trabalhadores nos anos subsequentes a Constituição do Estado Plurinacional.

Assim sendo, é importante representar, ainda que brevemente - há inúmeros trabalhos dedicados a isso -, alguns momentos que influenciaram o CONAMAQ e a CIDOB a desprender-se do programa *masista* e a ponderar acerca do fato de a resistência dos grupos de apoio em 2019 não se fazer suficiente devido à *crise de representatividade* enfrentada por

---

<sup>22</sup> Processo em que “al disociar la comunidad cultural de la soberanía territorial, crea la base estructural de los procesos de exclusión, discriminación y explotación social que caracterizan a los regímenes de ocupación. En ese sentido, las designaciones étnicas pueden ser también leídas como artefactos culturales y políticos de los complejos sistemas de enclasmiento social [...] (LINERA, 2020, p. 281).

Morales nos últimos anos de mandato.

O *Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu*<sup>23</sup> (CONAMAQ) se define enquanto “las Autoridades Originarias, permanentemente han organizado sus estrategias de lucha reivindicando principalmente la restitución de sus tierras comunitarias de origen que han sufrido el despojo y la usurpación” (CONSEJO NACIONAL DE AYLLUS Y MARKAS DEL QULLASUYU CONAMAQ [s.d.]). São organizados em três princípios básicos:

“primeiro, como povos originários, devem atuar um papel histórico próprio, o segundo, está a preocupação com o meio ambiente, e o terceiro, é de que os ayllus se mantiveram no tempo com capacidade de desenvolver e sustentar suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais, etc., sublinhando também seus princípios de multietnicidade e pluriculturalidade.” (LINERA, 2020, p. 324)

A organização fundada no departamento de Oruro em 1997 compreende a formação étnica de língua quéchua, aimará e uru das terras altas dos departamentos de LaPaz, Oruro, Potosí, Cochabamba, Chuquisaca e Tarija. É a congregação entre os *ayllus* nestas regiões com grande resistência à forma sindical de organização<sup>24</sup>. Em linhas gerais, trata-se de grupos de cosmovisão indianista com papel de destaque nas reivindicações legais das TCOs.

Ainda segundo García Linera, “o CONAMAQ mais que um movimento social com estrutura de mobilização, constitui uma organização de consulta e consenso para negociações e acordos formais com instituições governamentais” (LINERA, 2020, p. 331), isto é, as mobilizações populares são vistas como o último recurso para tornar explícitas suas reivindicações.

Não obstante, destacamos para este grupo em primeiro momento, a representação cultural através da *whipala*<sup>25</sup>. Não sendo, obviamente, exclusividade deles, configura determinado papel nos anos prévios e durante o golpe em 2019. Isto porque, referindo-se à resistência ancestral contra a colonização espanhola, por Tupac Katari II e Bartolina Sisa, a cisão entre a Bolívia ocidental(izada) e a Bolívia andina, a bandeira significou no recorte temporal, a expressão militar do rompimento com Morales.

<sup>23</sup> A respeito da nomeação, segundo a CONAMAQ “Antigamente pelos anos de 1700, a estrutura política territorial [...] Twantinsuyu estava dividido territorialmente em quatro suyus: Antisuyu, Chinchasuyu, Cuntisuyu e Qullasuyu. O Qullasuyu abarcava e ultrapassava o atual território republicano, quer dizer, os nove departamentos de Bolívia, [...]” (Plan Estratégico 2008-2013 del Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu "CONAMAQ", Chiquiaguemarka, 2008, p. 61)

<sup>24</sup> Em oposição sobretudo a *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) por seu apoio ao governo de Morales nos embates a respeito da construção da rodovia nos TIPNIS. Este ponto será aprofundado adiante.

<sup>25</sup> A *whipala* é uma bandeira dividida em 49 quadros. É um importante símbolo dos indígenas do altiplano não só boliviano, sendo encontrado também em manifestações no Peru e Equador. Na Bolívia, a bandeira passou a representar também os povos do oriente. Com a CPE, a bandeira começou a figurar como um dos símbolos nacionais ao lado da tradicional bandeira tricolor (vermelho, amarelo e verde).

Da mesma forma interessa a relação intrínseca tradicional, cuja reivindicação tinha sido feita ao ex-presidente, ou seja, a condição hierárquica de representação dentro da cultura através do *muyu*<sup>26</sup>. Isto interessa a este trabalho, mesmo que não adentrando a formação<sup>27</sup> histórico-cultural em si, pois, a concepção rotativa de comando foi um embate promovido em período de referendo em 2016, elemento-chave para compreender o processo.

Vale retomar nesta oportunidade, a transição ou o chamado “paralelismo” que envolveu a CONAMAQ e a CIDOB em volta do Pacto de Unidade (PU)<sup>28</sup>. Os encontros durante 2006 e 2007 tinham como fundamento estabelecer o consenso entre as reivindicações indígenas (e setores populares) em novo cenário político com a eleição de Morales e a mirada à (re)constituição do Estado boliviano.

De acordo com Garcés (2010, p. 84), em maio de 2007 foi apresentado a segunda proposta<sup>29</sup> deliberativa em torno do Pacto - com a participação de membros do MAS - que se constituía dentro dos aspectos centrais “como la comprensión del Estado como Plurinacional, la propiedad de los recursos de los bolivianos/as antes que del Estado, las autonomías indígenas y otros tuvieron que ser socializados, explicados y hacer que los acepten como parte de la propuesta constitucional”.

A Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB)<sup>30</sup> também presente na

<sup>26</sup> A representação hierárquica nos *ayllus* segue três níveis entre homens e mulheres, respectivamente: Jilakatas e Mama Jilakatas; os Malkus e Mama T'Allas; os Apu Malkus e Apu Mama T'Allas. A dupla deve passar pelo processo de liderança *t'aqi*, respeitando ao *muyu* que é a alternância de liderança em sentido anti-horário. Isto significa, que no período de um ano, o turno é revesado entre os integrantes que passaram pelo *t'aqi*. (FREITAS, C., 2012, p. 134).

<sup>27</sup> Ocorre, pois, que a formação deve-se a financiamentos externos, motivo de críticas sindicais ao Conselho. A CSUTCB acusa a CONAMAQ de pactista e vendida. Isto porque, “nas sublevações dos anos 2000, entre os indígenas aimarás e o exército em La Paz, líderes da CONAMAQ foram ao Palácio do governo para entregar um poncho e um bastão de mando ao general Banzer [...] ação muito criticada que gerou uma reorientação da atuação das lideranças na direção de posições mais contestatórias” (LINERA, 2020, p.332). Por outro lado, o Conselho alega falta de incentivo no governo MAS.

<sup>28</sup> “[...] creado formalmente en septiembre de 2004, es el espacio de articulación y encuentro de las organizaciones indígena originaria campesinas de Bolivia como resultado de un largo proceso de encuentros sectoriales a nivel de comunidades, instancias regionales y ámbitos nacionales [...] Está compuesto por las principales organizaciones matrices nacionales: la Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolivia - CSUTCB, Confederación Sindical de Comunidades Interculturales de Bolivia - CSCIB, Confederación Nacional de Mujeres Campesina Indígena Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” - CNMCIQB-“BS”, Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente Boliviano - CIDOB y Concejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu - CONAMAQ, además de la diversidad de organizaciones afiliadas a estas cinco importantes.” (GARCÉS, 2010, p. 13).

<sup>29</sup> Proposta a fim de garantir “...un Estado Unitario Plurinacional Comunitario, Libre, Independiente, Soberano, Democrático y Social”, enquanto documento formal para o Estado Plurinacional contendo em seus temas a conclusão em 300 artículos consentidos entre as organizações. Ver. (GARCÉS, 2010, p. 167-223).

<sup>30</sup> Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia –fue fundada en 1982 y tiene su sede en Santa Cruz de la Sierra. Actualmente, reúne a 34 pueblos indígenas del Oriente, Chaco y la Amazonía boliviana a través de sus 13 organizaciones regionales. Estos pueblos habitan en toda la región de Tierras Bajas, es decir, en 7 de los 9 Departamentos que hacen al país (Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija, Chuquisaca, Trópico de Cochabamba y Norte de La Paz) (COORDINADORA DE LA ORGANIZACIONES INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA, Disponible em: <https://coicamazonia.org/somos/>. Acesso em: 11 jul. 2022).

construção do Pacto de Unidade, com diretório sede em Santa Cruz, congrega em rede, “com centrais e subcentrais de 34<sup>31</sup> etnias bolivianas, localizadas predominantemente na região Amazônica e do Chaco” (BESSA, 2015, p. 56). Teve considerável impacto na região do oriente, influenciando na criação e desenvolvimento de diversas organizações locais em defesa dos povos das terras baixas<sup>32</sup>.

O principal eixo articulador da organização é o de incidir no Estado Plurinacional em processo de Constituinte (2006), da garantia institucional do direito à terra na divisão geopolítica nacional e da autonomia regional, bem como acesso à representação direta na composição administrativa do Estado. Em síntese seus pontos defendidos são:

“a) O Estado Plurinacional – no âmbito de sujeitos coletivos na conformação do novo estado, direitos não só de indivíduos, mas de nações; b) “Nossos territórios” – acesso às terras tradicionais, formas próprias de organização social e econômica; c) a propriedade dos recursos naturais nos territórios; d) por sua vez a autonomia indígena – fala do “Estado Unitário Plurinacional Comunitário”, autogoverno – livre determinação, entidades territoriais indígenas, municípios, regiões, suas facultades: executivas, normativas, administrativas – e ao mesmo tempo fala de formas próprias” (CIDOB, 2008)

O movimento atua desde sua organização pragmática cotidiana até a “pressão” em grandes marchas populares, com destaque para a décima marcha em 2011 em defesa do Território Indígena e Parque Nacional Isiboró-Securé (TIPNIS)<sup>33</sup> - debatido em escalanacional com envolvimento de variados setores urbanos.

Ambos os sujeitos coletivos (CONAMAQ e CIDOB) participaram no trâmite e

<sup>31</sup> Guaraní, Chiquitano, Ayoreo, Guarayo, Baure, Caninchana, Cayubaba, Itonama, Movima, Moxeño, Moxeño ignaciano, Moxeño Trinitario, Moxeño javeriano, Sirionó, Chimán, Moré, Yuracaré, Chacobo, Pakahuara, Cavineño, Yaminahua, Tacana, Machineri, Araona, Esse-Ejjas, Mosen, Yuki, Tapiete, Weenhayek, Leco, Toromonas, Guarasugwe, Joaquiniano, Reyesano. (idem)

<sup>32</sup> Central de Pueblos Indígenas del Beni (CPIB), Central Indígena de la Región Amazónica (CIRABO), Central de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), Asamblea del Pueblo Guaraní (APG), Organización de Capitanías Weenhayek (ORCAWETA), Central de Pueblos Indígenas de La Paz (CPILAP), Central de Pueblos Indígenas del Trópico Cochabamba (CPITCO), Central Indígena de Pueblos Originarios de la Amazonía de Pando (CIPOAP), Central de Mujeres Indígenas del Beni (CMIB) y Central de Pueblos Étnicos Moxeños del Beni (CPEMB).

<sup>33</sup> [...] Como área protegida opera desde el año 1965, mediante el Decreto Ley # 07401 que fue promulgado por el gobierno de René Barrientos Ortuño. [...] producto de la revolución agraria de 1952 y la ocupación - colonización - de tierras amazónicas en Bolivia [...] El TIPNIS como territorio indígena ha sido creado en 1990 mediante Decreto Supremo # 22619 en la gestión del presidente Jaime Paz Zamora. [...] La marcha en 2011 cuando “El gobierno boliviano de Evo Morales decidió hacer una carretera que atravesase el territorio indígena del TIPNIS y que comunique dos centros urbanos intermedios como son Villa Tunari y San Ignacio de Moxos. El proyecto carretero fue aprobado por el gobierno de Evo Morales en el año 2007 sin una negociación o Consulta Previa con los pueblos del territorio en cuestión. A partir de ello se desencadenó un conjunto de hechos que deterioraron profundamente la relación del Poder Ejecutivo con la dirigencia indígena amazónica y fue en el mes de abril del 2011 que la Asamblea Legislativa Plurinacional aprobó el crédito que otorgaba BNDES para la construcción de la carretera, lo que devenía en el ingreso de la maquinaria de obras a la región inicial del Parque (poblado de Isinuta) (PATIÑO, 2012, p. 10-11).

construção do Estado Plurinacional, na defesa dos direitos dos povos originários camponeses - que é uma demanda indianista histórica - envolvidos e resistentes ao Estado de Direito instituído, lutando por reformas populares e por representatividade.

A CIDOB assim como o CONAMAQ - e diversas outras em contexto apresentado - consistiram no que Tapia Mealla (2012) considera reorganização em dupla situação:

“Por un lado, en el Pacto de Unidad han estado en un ámbito de articulación en condición de autonomía política, para producir propuesta y el proyecto político del estado plurinacional. Al mismo tiempo, la mayoría de estas organizaciones se han aliado con el Movimiento al Socialismo (MAS) para participar de procesos electorales y entrar a instancias del poder legislativo, del ejecutivo y la asamblea constituyente por la vía de la alianza con este partido”(MEALLA, 2012, p. 97).

De acordo com o autor, esta segunda condição, em realidade, [os indígenas] “estaban pasando por una faceta de subordinación política en plano electoral o partidario-estatal”. Em outras palavras, o ex-membro do Grupo de Comuna<sup>34</sup>, - já destacado por Silvia Riveira, socióloga boliviana - compreende que o processo de autonomização indígena foi transformado em espaço burocrático de consenso e o que o mesmo aponta para um *novo tipo* de colonialismo interno.

Não obstante, Rivera Cusicanqui adentra na filosofia que a mesma cunhou de “*no-coetâneas*” para exemplificar a condição do indígena/subalterno na Bolívia. Tal formulação significa que não existe no tempo (passado, presente e futuro) a separação moderna do sujeito: o indígena é todo conjunto. Reafirma sobre o “ñawpax manpuni”<sup>35</sup> e adverte “El mundo indígena no concibe a la historia linealmente, y el pasado-futuro están contenidos en el presente: la regresión o la progresión, la repetición o la superación del pasado están en juego en cada coyuntura” (CUSIQUANQUI, 2010, p. 55).

Na prática, o movimento envolvido em espiral “marca una continua retroalimentación del pasado sobre el futuro.” e que “refleja una concepción del objeto de la historia en proceso de transformación continua.” o que consiste no ciclo dialético da história e na crítica do progresso histórico moderno. Assim, sua teoria da colonialidade interna corresponde ao movimento conflitivo em que fragmentos do passado permanecem no presente, bloqueando a geração de mecanismos de progressão histórica.

<sup>34</sup> Em linhas gerais, o Grupo de Comuna teve como “núcleo de organização do grupo, no seu começo, foi sem dúvida composto por Álvaro García, Raquel Gutierrez, Luis Tapia e Raúl Prada [...] era um grupo que proporcionava um espaço de discussão política constante e semanal, no qual se reuniam muitos militantes e intelectuais para discutir política e conjuntura boliviana, e por outro lado publicava livros assinados coletivamente [...]” (SANTAELLA GONÇALVES, 2012, p. 51). Sua atividade perdurou entre 1999- 2010.

<sup>35</sup> Em tradução literal do aimará significa “mirar hacia atrás que también es un ir hacia adelante”. Oprimidos pero no vencidos (Rivera Cusicanqui, 1984).

Rivera constrói a coexistência “simultânea de una multiplicidad de capas, horizontes o ciclos históricos” que traduzidos na condição no-coetânea do indígena (especialmente o da etnia aimará) revela um tipo de estranhamento ao discurso nacionalista e integrador caracterizadas em formas anacrônicas e contraditórias de opressão, sendo, portanto “la experiencia de discriminación racial que produce sentimientos de extranjería y exclusión en su propio país” (ACCOSSATTO, 2017).

A manutenção da hierarquia sociocultural assentadas na estrutura racista que condensa a estratificação social, revela que na sociedade boliviana:

“(...) la inteligibilidad y la convivencia social son entonces fenómenos en los que no sólo se reúnen diversas y conflictivas identidades lingüísticas y regionales: en el presente coexisten seres intrínsecamente no-contemporáneos, cuyas contradicciones entre sí están más enraizadas en la diacronía, que en la esfera sincrónica del modo de producción o de las clases sociales” (CUSICANQUI, 1987, p. 10).

Rivera Cusicanqui introduz ideia de múltiplos planos da consciência histórica do campesinato indígena que estende para além da luta anticolonialista mas também sua identidade cultural. Para a autora, a “curta” memória do sindicato campesino se articula com a “longa” memória das lutas anticoloniais iniciadas na época colombiana que se entrelaçam para uma “identificação campesina-indígena boliviana”.

Ademais, a análise que condiz à “larga” memória “constituye un estrato más estable, históricamente más extenso, que aquél propio de la memoria corta”. É a memória referente a consciência da opressão colonial que mantém [o potencial] a força da resistência para “poner en marcha procesos que desarticulen esta condición histórica de subalternidad”. Do mesmo modo, tal memória converge com as memórias coletivas de trajeto “curto” estabelecendo horizontes históricos que sobrepõe e antagoniza “colaborando en complejizar la matriz estructural de dominación colonial” (ACCOSSATTO, 2017).

Na prática, a filosofia constituída por Rivera adianta considerações que seguirão explicadas, da “diferença” entre um Estado revolucionário e um reformista. Isto porque, em sua compreensão, os momentos catalisadores que ressurgem nas crises conjunturais -destaque para a antinomia raça e classe - articulam na memória passado-presente elementos comuns de opressão “produciendo un doble proceso: por un lado, resignifican el contenido de esa memoria colectiva y al mismo tiempo, reactualizan los proyectos políticos y sociales de un futuro por construir” (ACCOSSATTO, 2017).

A teoria do colonialismo interno em marco cognoscitivo/epistemológico desenvolvido por Rivera Cusicanqui nos permite compreender como as novas narrativas dos

movimentos sociais alinhadas aos processos de identificação como práticas políticas e horizontes de luta supõe “la emergencia y re-emergencia de sujetos políticos en América Latina [...] y se intercepta con procesos propios de la memoria colectiva del campo popular”.

Assim, embora discutido e reformado o Estado para constituir a plurinacionalidade enquanto organização social na Bolívia, o processo de (re)nacionalização das principais indústrias estratégicas e a recuperação do excedente das exportações, significou na prática que “es una nacionalización vinculada a un proceso [...] en lo que concierne a la organización de la producción y la transformación de la naturaleza, caracterizada por la mercantilización y la depredación” (idem, p. 100).

Isto posto, recobramos as concepções de García Linera a fim de promover o diálogo de Rivera com as práticas exercidas pelo Estado Plurinacional. Os desafios de integração e reconstrução em torno de uma *Nação* assume na Bolívia o embate indianismo/indigenismo.

A chamada quinta fase do Processo de Câmbio, por Álvaro García Linera em seu livro “Las Tensiones Creativas de la Revolución” (2012), o autor debate as relações de força e conflitos de interesses em permanente disputa na Bolívia. Analisa, pois, desde a construção coletiva da Assembleia Constituinte, o programa de nacionalização das empresas privadas, e a reversão do excedente produtivo para fortalecer setores historicamente excluídos<sup>36</sup>, que constituem o “Pressuposto do Estado” [tarefas do MAS contra] “la restauración conservadora del bloque empresarial” (LINERA, 2012, p.48)

Ainda, assinalado pelo autor, a Lei de Participação Popular - política de descentralização administrativa - em oposição ao separatismo - baseado no argumento *cruceño* (meia-lua) do início do século XIX e retomado em meados do século XX, com o Manifesto da Sociedade Geográfica que criticava o Estado pelo abandono das regiões leste -, buscou neutralizar a integração das elites regionais na estrutura do Estado (LINERA, 2020, p. 310).

Esse processo foi chamado por Linera de crise do “modelo neoliberal” em início dos anos 2000 - especialmente com a renúncia de Sanchés de Lozada em 2003 -, isto é, a perda do “controle de boa parte dos recursos do poder público”, que antes lhes “permitia influir de maneira direta na definição de políticas econômicas do país” (idem, p. 311). Trata-se da referência da reivindicação autônoma do Comitê Cívico de Santa Cruz.

---

<sup>36</sup> “[...] la redistribución de una parte del excedente económico (Renta Dignidad, Bono Juancito Pinto, Bono Juana Azurduy) y su redireccionamiento hacia los sectores anteriormente excluidos [...] créditos productivos con intereses reducidos en el ámbito urbano y rural, transferencias directas a los más necesitados, triplicación de los ingresos de alcaldías y gobernaciones, política de integración caminera, incrementos salariales, mayor atención a los sectores de salud y educación, etc.” (LINERA, 2012, p. 43- 44).

A oligarquia fundiária perdeu espaço político parlamentar na figura de Lozada e posteriormente, com a crise do gás com Carlos Mesa. A aposta, portanto, girou “em torno da agenda da autonomia, estão em jogo temas de poder político de grupos, classes e frações sociais” (LINERA, 2020, p. 312).

O *Diccionario de la Democracia Intercultural en Bolivia* (2020), no verbete “Autonomías” (TURIÑO GONZÁLEZ; SÁNCHEZ GARCÍA, 2021, p. 93-105) fala de sua sexta característica fundamental em que “El Estado admite diferencias entre las entidades autónomas, en lo referido a las competencias asignadas por tipo de autonomía y en la conformación de su estructura institucional del autogobierno” (p. 95). Na prática, a abertura na lei que permite autonomia diz que “es el gobierno de una unidad territorial determinada (LMAD, Art. 6, I, 1; II, 1), no el territorio” (idem, p. 97). Por exemplo, a autonomia departamental<sup>37</sup> é um tipo de modelo que “estas entidades emergen por delegación de su población mediante lademocracia representativa, muy propios del modelo republicano-liberal” (TURIÑO GONZÁLEZ; SÁNCHEZ GARCÍA, 2021, p. 97).

Assim, chega-se ao embate a respeito dos alcances de grupos de interesse com essa “brecha” constitucional. Em outras palavras, o espaço de atuação autogestionada – pelos governadores alinhados, se não, presidentes de seus respectivos Comitês Cívicos -corroborra a organização de elite e frações da burguesia nacional em detrimento do espaço e alcance das organizações de base popular.

Neste ínterim, destacamos a Frente Cívica Pró-Santa Cruz (em período de crise e golpe, na presidência de Luís Fernando Camacho, candidato as eleições de 2020), e subsequente - correlato - cristianismo como principal ferramenta ideológica social. Por autodefinição, o Comitê representa em plano de trabalho:

“Proyectar al contexto nacional e internacional la vigencia de los valores democráticos, universales y los derechos humanos, la recuperación del estado de derecho, la seguridad jurídica, la independencia de poderes y la institucionalidad democrática” (COMITÉ PRO SANTA CRUZ, 2019).

Com o mesmo projeto de “detener la rueda de la historia” (ROSNES, 2010, p. 72), ao programa do MAS, que em 2007 é formada a Junta Democrática de Bolívia é “un órgano interinstitucional con la presencia de los Comités Cívicos de Pando, Beni, Chuquisaca, Cochabamba, Santa Cruz y Tarija” (ROSNES, 2010, p. 70). Além da Junta, também foi criado o Concejo Nacional Democrático (CONALDE), em novembro do mesmo ano. Ocorre,

<sup>37</sup> Em processo descentralizador, as autonomias seguem desde a departamental, a municipal, a regional e a AIOC. (idem, pp. 95-96).

pois, que o plano foi por si a realocação do excedente produtivo das indústrias estratégicas para a região da Meia-Lua. A “batalha pelos 11%” - conquista promulgada em meados do século XX - sob o argumento genérico e racista de que a região “presenta el índice de desarrollo humano más alto del país” (COMITÉ PRO SANTA CRUZ, 1957).

De todo modo, os reclames tornaram-se atitudes e convergiram a uma parte substancial de apoiadores. A Unión Juvenil Cruceñista (UJC) de caráter fascista<sup>38</sup> empreendeu diversas ações violentas contra seguidores do MAS após a Constitución Política del Estado (CPE) e segunda reeleição do MAS.

Dessa forma, nossa pesquisa até aqui se debruçou a demonstrar e ler a formação social boliviana por um viés histórico e a compreender o caráter da luta de classes baseada na questão da raça e da terra. A herança colonial que mantém a oligarquia na influência política (regional) e na econômica (nacional), representada com o extrativismo e sustentada nas crises democráticas, dicotomiza e submete as forças sociais *dentro da* burocracia estatal.

A investigação passou a olhar a consolidação do latifúndio como sistema explorador desde a formação da chamada “rosca”, que perpassou a Revolução de 1952 e se estendeu até a experiência dos referendos na “lei de autonomias” e da conquista de repasse dos *royalties* departamentais. O grupo dominante, que não é homogêneo, ascendeu à esfera política sobretudo com a fundação dos Comitês Cívicos que atuam na administração a nível nacional (alongando-se principalmente na fiscalização e saneamento das TCO’s).

Destarte, na antinomia dos grupos destacou-se a atuação do CONAMAQ e da CIDOB, frentes organizadas na luta pela terra e pela seguridade dos direitos históricos das comunidades indígenas, seja pela demarcação dos territórios e sua autonomia, seja na ampliação dos ayllus. Formados no Pacto de Unidade, ativos construtores do programa político para o Estado Plurinacional e diligentes inspetores da governabilidade pelo MAS-IPSP, foram atores centrais do processo até aqui analisado.

Assim sendo, o próximo capítulo busca aprofundar os movimentos pendulares de crise no país. Ampara-se em contribuições teóricas a partir de experiências dos autores pesquisados, buscando compreender a crise de 2019 como reiteração movimento de manutenção dos interesses dominantes na secular estrutura do país.

---

<sup>38</sup> Assunto que não foi pesquisado a fundo neste trabalho, por razão do tempo, mas a temática emergente no país boliviano, e diga-se de passagem, pela América Latina, será sumamente importante em investigações posteriores.

## CAPÍTULO 2: AS DUAS BOLÍVIAS E O ESTADO PLURINACIONAL

Nos meses que sucederam o golpe de outubro de 2019 até as eleições presidenciais em agosto de 2020, ficou evidente a demonstração do *real* interesse de classe na Bolívia, isto é, a reabertura para o livre mercado com a (re)privatização das empresas de captação e mercantilização dos recursos estratégicos, a retomada da soberania classista da elite branca na busca do poder através da repressão armada e o investimento da diplomacia a *la derecha latinoamericana*. Esses grupos de interesse relativamente adormecidos nos últimos catorze anos no país reaparecem na cena política boliviana de modo a (re)acender a revisão do debate acerca do Estado e representação em reagrupamento dos grupos dominantes.

O que aqui é apontado como sendo as duas Bolívias trata-se, portanto, de esclarecer metodologicamente - com vistas a compreender a crise política enfrentada no país nos últimos anos de mandato do governo Morales - a reparação, ou melhor, a rearticulação no revezamento do poder por parte dos grupos de interesse que dividem - historicamente- o país entre a elite-branca oligárquica e a Bolívia andina.

Ao tratar no capítulo anterior - ainda que brevemente - de temas acerca da transição democrática ao referendo popular, do papel da CNE e da CPE em 2009, e destacado alguns sujeitos coletivos de antagonismo social e luta de classes, seguimos na direção dada para compreender a estratégia Evo-Linera na - inédita - promulgação, manutenção e consequente crise do Estado Plurinacional da Bolívia em meio à histórica organização política nacional para exclusão e subalternização do indígena.

Não obstante, a questão da terra e do indígena estende-se para a questão do território e de autonomias. A descentralização política e a autonomia departamental administrativa apresentam-se como as duas primeiras estratégias de manutenção do governo Morales. A Lei de Autonomias como último recurso político do então presidente Carlos Mesa ressurgiu em 2006 como demanda territorial-econômica, isto é, compondo os interesses de captar o excedente produtivo departamental (mineração em Oruro, hidrocarbonetos em Tarija, agroindústria em Santa Cruz, etc), chamado por García Linera de “centralidade geográfica de poder” (LINERA, 2020, p. 306).

A instituição das autonomias departamentais decorre, sobretudo, do poder de veto do referendo e da possibilidade de acionar a autonomia e autogestão de áreas de preservação e habitação principalmente indígenas, as TCOs e os Territórios Indígenas Originario Campesinos Titulados (TIOCs). Neste ínterim, cabe assinalar a divisão do trabalho, de perspectiva neoliberal e privatizante, concentrada na região. Isso também aponta para uma

“territorialidade estatal não moderna, de tipo senhorial” (LINERA, 2020, p. 308), e “é a constatação dos limites regionais de uma burguesia que não se anima a tentar dirigir o país [...] recuando ao seu domínio regional para disputar ali o controle, compartilhado com as petroleiras, do excedente de gás existente” (LINERA, 2020, p. 313).

A descentralização administrativa segue na mesma linha estratégica. A oligarquia fundiária nunca apresentou *interesse* nacionalista, de desenvolvimento interno, mas ao contrário, seu interesse é o de controlar o excedente regional e manter a divisão social do trabalho a serviço da elite fundiária. Portanto, a dispersão federativa do poder para imersão municipal do programa de governo com a Lei de Participação Popular (LPP) revela uma tática para *homogeneização*.

Na prática, exhibe-se no quadro decorrelação de forças dentro do Estado Plurinacional: a) pretexto de reformas econômicas da elite *cruceña*; b) reparo de desenvolvimento nacional; e, c) aumento da polarização do tipo classista, étnico e regional. A respeito desta última, García Linera, sob influência gramsciana, denomina a situação como um “empate catastrófico”, pois segundo o autor:

“Nenhuma dessas polaridades ou desses blocos de poder, porém é capaz de sobrepor-se aos outros ou seduzi-los. [...] Um empate catastrófico surge quando não existe a capacidade de uma hegemonia completa, mas uma confrontação irresoluta por essa hegemonia entre duas proto-hegemonias, o que gera processos de confrontações permanentes de baixa intensidade, de confrontos e desgaste mútuos que impedem que alguma delas expanda sua liderança sobre o restante da sociedade.” (LINERA, 2020, p. 315)

Enquanto contraproposta o intelectual boliviano sugere que o mais sensato seria, portanto, a de (con)ceder uma “redistribuição pactuada do poder estatal” (LINERA, 2020, p. 315), o que na prática levaria a “uma ampliação dos direitos dos setores mais excluídos a uma redistribuição negociada das oportunidades econômicas da sociedade”. O Estado Republicano na Bolívia passou, segundo García Linera, por quatro etapas de crise no início do século XXI, isto é: “i) manifestação da crise; ii) transição ou caos sistêmico; iii) surgimento conflituoso de um novo princípio de ordem estatal; v) consolidação do Estado” (LINERA, 2020, p.290), evidentes nas sublevações em outubro de 2003 e consequente renúncia do então presidente Gonzalo Sánchez Lozada, o que “sem dúvida marcou o ingresso à etapa de transição” (idem, p. 291)

Da *época revolucionária* decorrente (entre várias) da crise supracitada afloraram três componentes da polaridade política que corporifica a Bolívia: a base étnica-cultural (indígenas, q’aras-gringos), a base classista (trabalhadores/empresários) e a regional (Oeste-

Meia Lua), sendo nesta e na primeira, os núcleos onde se conglomeram os polos à *direita* e à *esquerda*, respectivamente. O período em que se desenvolve a época revolucionária é “relativamente longo e de intensa atividade política” onde:

“a) setores, blocos ou classes sociais antes apáticos ou tolerantes com os governantes lançam-se abertamente a desafiar a autoridade e a reclamar direitos ou petições coletivas por meio de ações de mobilização direta; b) uma parte ou a totalidade desses setores mobilizados propõe-se ativamente a apropriar-se do poder do Estado;

c) setores importantes da cidadania dão apoio e adesão a essas propostas e pretensões, fazendo com que a separação entre governantes, que tomam decisões, e governados, que as acatam, comece a se dissolver pela crescente participação da massa em assuntos políticos; e d) incapacidade por parte dos governantes de neutralizar essas aspirações políticas, com a conseqüente polarização do país em “soberanias múltiplas” que fragmentam a sociedade” (LINERA, 2020, p. 292)

O desafio que permanece na sociedade de classes boliviana dividida territorialmente - e de modo complementar, isto é, em que um determina a condição do outro-, é enfrentado pelo partido do Movimento ao Socialismo (MAS) em campanha eleitoral e diálogo com os setores sociais a fim de viabilizar a reconciliação do Estado com a conjunto da sociedade e “pôr fim à exclusão cultural, fundamenta-se numa profunda reforma estatal que habilite [...] o reconhecimento da multiculturalidade social, e portanto, a necessidade de construção de uma estrutura político-institucional de tipo multinacional” (LINERA, 2020, p. 197-8).

O reconhecimento das múltiplas identidades étnicas surge como projeto de reforma do Estado que avançou para a construção de um programa de homogeneização em três protótipos: i) autonegação étnica, aquela que mantém a constante reconstituição das identidades excluídas com o surgimento de projetos indianistas secessionistas por parte do Estado; ii) potencialização de projetos de autonomia nacional indígena, ou seja, a formação de novos Estados que origine um corpo político nacionalista que viabilize as propostas de autodeterminação; e, iii) desenhar uma nova estrutura estatal que integre na distribuição de poderes e na normatividade constitucional a diversidade etnocultural e pluralidade civilizatória de organização do mundo coletivo.

Em relação a esta última, empreendida pelo governo masista como resultado de estratégia de atuação política, consistiu na reconfiguração da nacionalidade heterogênea em multi- sociedade homogênea. Desprende-se daí, portanto, as seguintes questões: como efetivamente, transformar a Bolívia em um país soberano com diretriz pluricultural? Como construir uma racionalidade alternativa ao modelo vigente? De que modo é possível integrar as históricas e amplas contradições sociais concernentes à materialidade, economia, religião e cosmovisão política? Como é possível nivelar a crise como método de transição de classe?

Assim, o próximo tópico tratará, portanto, de questões que possibilitaram disputar o terreno das relações de força, especialmente étnicas, em atenção às condições que influíram na crise de representatividade do Estado.

## 2.1 O expediente do nacional-popular e sociedade *abigarrada*

*“La soberanía, en efecto, es un requisito de la nación y no sólo su adjetivo” (ZAVALETA, 1983, p. 96).*

A principal ferramenta de transformação social realizada com a Constituição de 2009 foi o emprego do idioma quéchua e aimará como segundas línguas nacionais. A questão sugere dois caminhos analíticos: o primeiro corresponde à representatividade cultural histórica com a eleição de Evo Morales, isto é, exequível (re)centralidade cultural no país em disputa com o oficialismo do castelhano que permanece como instrumento de dominação primária; o segundo - complementar - restitui o projeto de *nação* boliviana, reinserindo a *baixa cultura* na vida nacional e, assim, reconstruindo-a em sentido histórico e concreto. Isto porque a língua nacional (castelhano), empregada para função e conexão mercantil/econômica, para a subsunção do trabalho e como universalização da visão racional do mundo, *sempre* foi sinônimo de exclusão e conflitos sociais.

O sociólogo e escritor boliviano René Zavaleta Mercado (1935-1984) em *Notas sobre a questão nacional em Bolívia* afirma que “la formación del Estado nacional y de la nación misma es algo no concluido en absoluto” entendendo por nação “la construcción compleja de cierto grado de centralización y homogeneidad en torno al mercado interno” (ZAVALETA, 1983, p. 87). O pesquisador chama atenção para o fato de a Bolívia não ter homogeneizado o projeto de nação necessariamente pelo fator racial que impediu o “reconhecimento” nacional, que por sua vez determina o *modus vivendi* entre as línguas “que concurren a la nacionalización cuando no el símbolo de la destrucción de esas unidades a partir del centro nacionalizador” (ZAVALETA, 1983, p. 89).

Para Zavaleta, a identificação idiomática resulta na manifestação de uma solução nacional-popular, isto é, em seu *momento constitutivo* ideológico ou cultural e de *quem* ocupa o centro hegemônico. Evidentemente não se trata apenas do reconhecimento pluricultural de uma nação, mas efetivamente, de um programa que o conclua em si mesmo e alcance plena conformação social.

Neste ponto damos destaque especialmente para o elo unificador entre os setores, isto é,

a *nação*. A combinação<sup>39</sup> entre os sujeitos coletivos em núcleos de classe (trabalhadores agrários e urbanos, classe média) com a identidade indígena se funde e se desenvolve tendo em vista “las equivalencias y los sentimientos de pertenencia y de derechos políticos es la nación” (TAPIA, 2008, p. 72).

A este movimento popular, Zavaleta Mercado denomina como os constituintes da *massa*<sup>40</sup>, ou seja, “una forma de lo nacional-popular que articula comunidades que aparecen políticamente en lo nacional como sindicatos agrarios, los sindicatos obreros y las formas gremiales de organización de los sectores populares urbanos y estudiantes” (idem, p. 78). É a *fusão* política em *forma* de rebelião prática.

Neste início do século houve, portanto, dois episódios correspondentes ao tipo de revolta nacional-popular na Bolívia. Na conjuntura de projetos de privatização, a Guerra da Água em 2003 emergiu e congregou setores populares não apenas a posicionar-se contra o programa, mas de reconfigurar a estrutura econômica em relação aos recursos estratégicos no país, alimentando, portanto, “la victoria electoral del partido campesino que contiene el voto nacional-popular y comunitario” (TAPIA, 2008, p. 84), passa necessariamente “por la latencia de otras rebeliones”.

Lembre-se aqui do desenvolvimento feito por Antonio Gramsci (1891-1937) no que se refere ao *estágio* do nacional-popular. Ele critica o fato de o resgate acerca da literatura e da *alta cultura* italiana configurar o pensamento e síntese histórica não produzida pela memória nacional, mas por concepções externas e guiadas. A atenção de Gramsci está nas entrelinhas sobre a influência exercida na cosmovisão local, isto é, de como a *ausência* de uma literatura nacional (teatro, história, ciências naturais, etc.) impunha a hegemonia intelectual e moral vinda de cima.

Em termos práticos, a “questão” se estende a toda a cultura do nacional-popular, ao papel dos intelectuais e, conseqüentemente, à história nacional - unitária - construída *pelo* povo com a emergência de seus próprios intelectuais, e à sua experiência de massa. É nas notas sobre *O Príncipe* de Maquiavel que Gramsci identifica o nacional-popular com o problema da conscienciado Estado e da necessidade imprescindível da vontade coletiva para a formação do mesmo.

<sup>39</sup> Na experiência boliviana, Luis Tapia aponta três principais momentos de correspondência do nacional-popular, ou seja, “la revolución del 52, noviembre de 1979 y el ciclo que comienza en abril de 2000” (TAPIA, 2008, p. 75). Nos momentos, a articulação dos sujeitos mirava para reconfiguração do poder popular em projeto de nação.

<sup>40</sup> “Se trata de gente actuando más allá de la sociedad civil y la comunidad, aunque a partir de ellas, en un grado de fusión política que hace que no sólo sean obreros, campesinos o alguna otra identidad sectorial, sino parte del pueblo rebelde” (TAPIA, 2008, p. 78).

Em outras palavras, a vontade coletiva nacional-popular deve surgir como necessidade de irrupção simultânea dos diversos elementos da sociedade, urbana e camponesa, na vida política, essa consolidada e constituída na figura do moderno Príncipe, que será o “enunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total da civilização moderna” (GRAMSCI, 2017, p. 18).

Vale destacar aqui, que autores bolivianos se ampararam na contribuição gramsciana para elaborar a tradução de tal conceito à necessidade concreta de seu país de origem. Um dos principais núcleos teóricos de René Zavaleta, o chamado *momento constitutivo*<sup>41</sup> apresenta a chave-interpretativa da história social na Bolívia, pois retorna aos momentos-chave de interpelação de um grupo dominante (guerras, crises gerais, acontecimentos profundos que fundam o modo de ser de uma sociedade, etc) sobre o outro.

Em linhas gerais, para Zavaleta o problema da sociedade *abigarrada* atravessa a heterogeneidade de uma nação, referindo-se a contextos múltiplos “nos quais convivem mutuamente mais de um tempo histórico, o que implica não só modos de produção distintos, mas a coexistência de várias relações sociais jurídicas num mesmo momento e território” (MEALLA, 2002, p. 309) com a figura estatal representando o elo monolítico do moderno capitalista.

A configuração de uma sociedade organizada de formato monolítico e monocultural e, sobretudo, com a formação de um débil e tardio capitalismo, sobrepõe na Bolívia “diferentes civilizaciones en un mismo territorio y presente político y social” (MEALLA, 2002, p. 10). Assim sendo, a formação do Estado-nação que não incorpore a condição *multisocietal*, isto é, a coexistência das assimetrias político-culturais que visa alcançar em maior grau e medida a igualdade democrática, mantém-se abigarrado e conflitante.

Convém, portanto, esclarecer que a condição de uma sociedade abigarrada não se limita em delimitar criticamente a *diferença* no retalho social, mas de entendê-la como *resultado* de uma impossibilidade histórica de remendo. Isto significa que em vez de uma nação “lo que hay son diversas temporalidades y culturas que se mezclan de un modo variado y desarticulado”, em vez de território nacional há “muchos espacios que se viven regional y fragmentariamente”, no lugar de um modo articulado do modo de produção ocorrem “muchos modos de

---

<sup>41</sup> Refere-se Zavaleta à formação social das sociedades andinas, relacionado-as diretamente com o desenvolvimento da agricultura. O espaço predominava sobre o tempo e ainda com a dominação colonial, e mesmo após a independência, esses modos de vida andinos não foram abolidos, estabelecendo uma coexistência de diversos tempos históricos e modos de produção. (Cf. SANTAELLA GONÇALVES, 2012).

producción desconociéndose los unos a los otros, a cada instante” (GILLER, 2017, p. 3).

Por sociedade abigarrada e pelas múltiplas conexões temporais que estabelecem a condição de retalho social, a socióloga boliviana Silvia Rivera buscou compreender de forma sistemática tais formas constitutivas do ser coletivo em descompasso com a modernidade/etnicidade imposta sobre os grupos étnicos. A rigor, Silvia desnuda dois principais elos de análise tempo-espço: a memória de curto prazo e a memória de longo prazo.

Em seu artigo de 2009 republicado em 2015 pela revista Telar do Instituto Interdisciplinario de Estudios Latinoamericanos (IIELA) “*Violencia e interculturalidad. Paradojas de la etnicidad en la Bolivia de hoy*” Silvia evidencia o histórico discurso sobre os indígenas (terras altas e baixas) e do quanto o pensamento moderno ocidental implantou uma leitura determinista e racista acerca destes povos, limitando a ampla cultura “entre mestizo-criollos y no con ni entre los indios”.

Um principal fator - e já mencionado neste trabalho - deve-se à imposição linguística do castelhano “como lengua franca de valor universal, resulta también sintomático de esta sordera de las élites hacia los intercambios lingüísticos y epistemológicos en y con otras lenguas” (CUSICANQUI, 2015, p. 51). A isto a autora adverte sobre as interpretações mecanicistas sobre a realidade boliviana propiciadas pela limitação analítica em concorrência linguística-epistemológica.

O olhar sobre o indígena adjetivado enquanto “campesino” e por delimitação geográfica - reconhecimento territorial de trinta e seis comunidades indígenas na Revolução de 1952 - subsume sua condição histórica condicionando-o como *classe* “en la condición pequeño burguesa por ser pequeños propietarios, dueños de sus medios de producción”. Este imbróglío assume nos centros urbanos e universidades o debate a respeito da função sócio-histórica entre o indígena-campesino como “costal de papas” o de sumisa retaguardia de la avanzada proletaria”.

Foi participando do movimento katarista dos anos 1970-1980 que Silvia aproxima nesta última afirmação a contradição entre o “esquema” integrador perante a hegemonia do nacionalismo revolucionário e entre “la vía de la nación o por la vía de la revolución condenaba a las poblaciones indígenas a un destino subordinado” (CUSICANQUI, 2015, p. 52). A contundente crítica de Rivera incide sobre o *uso doméstico* revestido em discurso multicultural que “permitió recrear la imagen del indio como un ornamento retórico del poder”.

Aqui reside o eixo problemático da “aproximação” entre os *chamados* mestiços e os

indígenas uma vez que “estos “amigos de los indios” que ya no deberían hablar de los indios, sino con los indios y en su idioma, porque el detalle está en la asimetría lingüística”. Ocorre, pois, que Silvia enxerga um tipo de segregação socioespacial uma vez que “son los indios los que tienen que auto-traducirse” ao passo que estabelecer a divisão das 36 comunidades indígenas “cada uno con su territorio y sus fronteras, dibujadas en un mapa” concorre para uma “universalização” da cultura dominante.

A respeito do mapeamento das comunidades e/ou das Terras Comunitárias de Origem (TCOs), Rivera insere o debate acerca do *originário* que “sitúa a las sociedades indias en el origen, en un espacio anterior a la historia, un lugar estático y repetitivo en el que se reproducen sin cesar los “usos y costumbres” de la colectividad”, a este movimento ela resgata o conceito do antropólogo holandês Johannes Fabian de *no-coetaneidad*.

A rigor, o termo refere-se à dual modernidade que realoca os sujeitos em classes sociais onde exista uma elite branca que “se sienten contemporáneas, modernas, cosmopolitas” enquanto o *originário* mantém-se à margem das decisões civilizatórias, visto que:

“La condición de mayoría es la que permite a la sociedad indígena brindar su esquema interpretativo, su esquema de conocimiento y su posicionamiento político, como una posibilidad hegemónica que sea atractiva y que cuestione a los mestizos nuestra identidad” (CUSICANQUI, 2015, p. 55).

Nesta colocação a autora expõe a forma com que os povos foram submetidos a uma condição “clientelista”, consequência direta da Revolução de 1952, em que os sindicatos desempenharam e reiniciaram um processo civilizador com os mesmos, um projeto de cidadania integradora enquanto método mais ou menos eficiente para adesão do Estado com eles. Silvia é imperativa nesse debate, pois sua análise nos faz compreender uma relação vertical onde os grupos são inseridos no projeto Nação e não oposto.

No mesmo sentido, a primeira reforma agrária em 1963 organizada principalmente pelo MNR e “significou o fim das *haciendas* e do *pongueaje* [forma de escravidão camponesa] econômico. Havia, portanto, um sentido de gratidão e de submissão em relação aos responsáveis pela promoção da reforma agrária” (CUSICANQUI, 1984). Os mesmos acabaram condescendendo a uma *memória curta* e a uma *memória larga*, em que a primeira refere-se ao processo de reforma agrária e à insurreição de 1952 e o segundo, às lutas indígenas anticoloniais simbolizadas especialmente nas figuras de Tupak Katari e Zarate Wilka.

Têm-se uma contradição gelatinosa entre os povos em que: i) uma parte ampara-se a

Revolução Nacionalista para então incorporar-se a um projeto integrador; ii) outro grupo que resgata por ordem indianista o direito secular às terras (não enquanto um processo civilizador); e, iii) mediação por figuras representativas para acessar ao i e ao ii. A isto, Silvia analisa enquanto um processo histórico para a transferência “geracional de lideranças” o que na prática significou “uma forte vinculação com as estruturas do Estado” (HASHIZUME, 2010, p. 90).

Analisado pela autora, nos anos de 1960, foi possível “identificar uma disputa interna pelo comando dos sindicatos camponeses” de modo que os antigos dirigentes do MNR receberam forte crítica à tal associação. Um exemplo emblemático foi - o já mencionado neste trabalho - o chamado “Pacto Militar-camponês” em que eclodiram diversos confrontos entre “as forças operárias, que eram muito vinculadas aos partidos trotskistas e comunistas, e as organizações rurais comunitárias que tinham como uma espécie de “fermento ideológico próprio” contestador” (HASHIZUME, 2010, p. 91).

Defendido por Zavaleta em “Lo nacional-popular en Bolivia”, para se entender a formação da sociedade boliviana, é impossível (absurdo diria o autor) vê-la “a través de los indicadores que tienen pretensiones de validez general” (ZAVALETA, 1986, p. 159). Sendo investigada como uma questão de “método epistemológico”, Zavaleta indica que é necessário “aislar determinados acontecimientos susceptibles de explicar la historia”, ou seja, verificar nas *crises* “el funcionamiento de la totalidad incompleta” (GILLER, 2017, p. 3).

Decorre disso, portanto, o Estado Aparente, aquele que não pode/consegue unificar as incongruências históricas e debilidades políticas em permanência, ocasionando diversos episódios de instabilidade e conflitos sociais. Entendemos, aqui, ser Estado Plurinacional um parâmetro de formalização desses antagonismos operantes, o que será trabalhado no próximo tópico.

## **2.2 O multisocietal e pluralidade combinados**

As bases de análise estrutural empreendida por Zavaleta e continuada por diversos teóricos dedicados a compreender os entraves históricos que impedem a democracia plena como alicerce nacional, isto é, a assimilação total de todos os organismos (a) temporais que compõem a nação, requer investigação atenta, profunda, coerente e constante.

O trabalho exige a completa lucidez histórica (ou a mais aproximada possível) e seriedade artesanal. Artesanal na transmissão, tradução e atualização de como os processos acerca do tema são complementares, e ao mesmo tempo, estar ciente do distanciamento dele.

Assim, vale ressaltar mais uma vez que a presente investigação tem como objetivo principal identificar e analisar os mecanismos estruturais que conformaram Estado Plurinacional e, neste em específico, quais as condicionantes de sua crise com o golpe de Estado contra Evo Morales em 2019.

A preocupação de Zavaleta, ao demonstrar as *pontas soltas* que frustraram as investidas do nacional-popular em renovação plural, mantém atual a necessidade de compreender aqueles *nós* não conclusos. Em sua linha investigativa para identificar o multisocietal, o autor nota que há na Bolívia “diferentes tipos de civilización, la una agraria y la otra moderna capitalista” (MEALLA, 2002, p. 16) o que significa que cada qual corresponde a diferentes métodos de relação de trabalho, processos de produção e transformação da natureza e consequente demanda para o autogoverno.

Dentro da unidade estatal-territorial, o multisocietal compreende a reforma e a inclusão desta diversidade como igualdade política e jurídica atuando em co-governo de representação múltipla, o que corresponde na prática a descentralização administrativa com políticas afirmativas e democráticas, entendida como “autodeterminação das massas”. A tarefa se estende para “cada una de las instancias de gobierno local donde hay multiculturalidad de facto” (MEALLA, 2002, p. 19).

Ainda segundo o professor e marxista boliviano Luis Tapia Mealla, a Bolívia é um país multisocietal com formação histórica monocultural que corresponde “la clase dominante y cada vez más a estructuras meta nacionales y la presencia de la soberanía de otros estados en la política boliviana” (MEALLA, 2002, p. 14). De modo que *o povo* boliviano é:

“un conjunto de creencias y definiciones que corresponden a los diferentes modos en que los otros pueblos, culturas y grupos sociales piensan y experimentan su modo de pertenencia e integración siempre incompleta y conflictiva a las estructuras económicas y políticas” (MEALLA, 2002, p. 14).

O autor também indica através da ótica zavaletiana que os expedientes do nacional-popular, auges e processos de rebelião organizada, desenvolveram-se como produto de conflitos sociais e demandas de integração (exemplos da Revolução de 1952, o katarismo no final dos anos 1979 e mobilização nacional na Guerra da Água e do Gás, no início dos anos 2000), o que configura a história comum *do* boliviano.

A integração orientada por Zavaleta como complemento da metodologia do indianista Fausto Reinaga (1906-1994), isto é, a respeito das *duas* Bolívias, a ocidental e a andina, sinalizam caminhos opostos para o mesmo propósito. Reinaga assume a complexidade étnica e

social na Bolívia radicada nas estruturas e superestruturas e sustenta que a única condição para conciliar o Estado deve ser através da revolução índia e a sobreposição destes à *cholaje blanco-mestizo*. Isto porque “la lucha entre estas dos sociedades no permite que se produzca la síntesis” (ÁVILA ROJAS, 2017, p. 201) entre o Estado e sociedade civil, entendendo Reinaga a autoctonia indianista no Estado que “no tiene una postura favorable a la conciliación o integración con cualquiera de los modelos y proyectos de Estado-nación moderno, sin importar su procedencia ideológica” (idem).

Reinaga adverte para a questão da autoctonia enquanto (única) forma de reconquista do sistema político do *Tawantisyu* e para “la organización de la “unidad india” libre de su condición colonial” (ÁVILA ROJAS, 2017, p. 202). O autor é contundente na sua crítica à colonização seguida pelo imperialismo, e reforça que a *nação* boliviana é o índio: a unidade histórica, racial, linguística, religiosa e econômica, ou seja, a comunidade autóctona, o que requer o autogoverno do índio, sua capacidade de decidir a constituição de suas próprias instituições, a forma, portanto, como o povo organiza seu próprio regime político e territorial.

No manifesto de *A Revolución India* (1969), Reinaga estabelece um programa conciso para uma nação com estratégia prática contra a dominação do branco e do mestiço atuando nas estruturas históricas de poder, da persistência colonial-ideológica sobre os povos indígenas.

Ambos os pensadores, Zavaleta Mercado e Reinaga, seguem na mesma preocupação: a *condição* do indígena na sociedade de classes boliviana. O primeiro com perspectiva integradora e o segundo com a libertadora. Nos dois casos, a premissa do ente estatal figurada no passado, presente e futuro de um país heterogêneo, oprimido e explorado perpassa a linha histórica. Dois autores que influenciam ativa e atualmente na ideologia *emancipadora* da população andina para plena constituição do poder popular.

Trata-se, portanto, de seguidas propostas para construção de uma racionalidade alternativa para diluir o conflito histórico que divide a Bolívia praticamente ao meio. Nas duas perspectivas, a atuação do Estado é determinante no processo e deve assimilar os organismos heterogêneos que comprometem a equidade social: a agrária-comunitária e o capitalismo moderno extrativista.

Cumprido destacar a racionalidade alternativa como sendo uma concepção filosófica para redirecionar não apenas a *consciência* epistemológica, mas também a ética, debate surgido com a crise da modernidade. Em outras palavras, a proposta “refere-se sempre a um universo intersubjetivo historicamente constituído, e é parte de um complexo no qual está associado à ação e à transformação”, e significa olhar “a partir do interior de uma realidade histórico-social, desde entidades sociais historicamente constituídas e, como todas, em uma

relação de poder” (QUIJANO, 1995, p. 87).

Quijano se inspira no desenvolvimento do pensamento político de Jose Carlos Mariátegui (1894-1930), que se dedicou, entre outras coisas, a compreender “nas dimensões subjetivas, individuais e sociais das relações sociais e da experiência humana em geral” e dar “respostas teóricas eficazes às suas questões sobre a subjetividade, especialmente a individual” (QUIJANO, 1995, p. 88). Além disso, cingido de experiências e através do contato com diversos autores dedicados a desmembrar as questões sobre relações sociais e de poder no geral, Mariátegui elabora uma racionalidade integradora a partir da historicidade latino-americana.

Integradora porque requer do tecido histórico-social a compreensão dos elementos heterogêneos que compõem as relações intersubjetivas e ameaça colocá-las em (constante ou variável) conflito. Os diferentes modos de produzir sentido interpõem na subjetividade de um determinado grupo a organicidade e a manutenção cultural. A cultura que sobrevive não apenas da memória, mas da prática coletiva e da viabilidade burocrática para sua reprodução, constitui um dos atuais problemas relacionais na Bolívia.

Será abordado adiante a questão de quais ferramentas dispõe o Estado boliviano para intentar resolver o problema do meridionalismo no país. Quais as formas para equilibrar conflitos históricos concretizados em distinções raciais e na divisão do trabalho. Intentamos, assim, contribuir para o questionamento a respeito das crises que costuram a história boliviana.

### **2.3 O *tawantisuyu* na Bolívia: considerações mariateguianas para luta de classes no país**

José Carlos Mariátegui importante pensador peruano teve uma breve vida dedicada a analisar as estruturas e superestruturas de seu país de origem que mantém - praticamente - intacta a relação de classe e raça em disputa territorial e na divisão social do trabalho. O autor, autodidata em jornalismo (fato importante para desdobramentos práticos de sua vida, como a fundação do periódico *Amauta* (1926-1930) fez incessante estudo a respeito da condição do indígena peruano partindo de sua subalternização pós- *tawantisuyu*.

Dentro da vasta obra produzida pelo autor que perpassa os mais variados temas socio-políticos, culturais, filosóficos ou educativos, o presente trabalho atentar-se-á mesmo que ligeiramente, a discussões e soluções promovidas pelo autor e correspondentes a respeito da *condição* subalternizada do indígena em seu país de origem que estende para o caso boliviano

similaridades históricas e ações práticas coletivistas de *emancipação* social. Entende-se que o programa revolucionário mariateguiano condiz com as insurgências e reivindicações teórico-práticas que os povos indígenas na Bolívia reviveu durante os anos de mandato a frente com Evo Morales, no chamado processo decâmbio, e até mesmo em sua renúncia em 2019, objeto desta investigação.

A estrutura de trabalho sob regime colonial repartiu o Peru entre o latifúndio - herança do sistema gamonal<sup>42</sup> e a questão das raças fomentado no racismo ao indígena, problema étnico que *só* poderia ser resolvido com o cruzamento com as raças brancas superiores (MARIÁTEGUI, 1974, p. 25). O preconceito construído pelo europeu em relação à inferioridade indígena foram as bases que permitiram a exploração máxima de sua força de trabalho e diluição cultural ao decorrer da história peruana.

O autor também analisa que o interesse da exploração material derivou primordialmente da exploração material das raças, isto é, o valor das terras peruanas aliado ao atrasado desenvolvimento das técnicas produção impediam o acúmulo de excedente pela elite que encontra na força de trabalho indígena a compensação para a colônia. A combinação racismo-terra foi forte quesito de exploração, segregação e dependência nos países latino-americanos (a secular escravidão no Brasil e atual sistema policial e social predominantemente racista, por exemplo) que subsumiram na mentalidade (produção literária e midiática) das classes - especialmente da média- a naturalização da opressão dos corpos e da destruição paulatina de sua cultura ancestral.

Ademais, o sistema de latifúndios que obrigou o indígena que - em parte - não foi expulso de suas terras a trabalhar para os *encomenderos* e proprietários de terra favoreceu a domesticação e exploração constante dessa mão de obra. Para Mariátegui a emancipação e libertação material e imaterial dos povos deve seguir ao programa de recuperação das terras e educação ideológica com vanguarda construída a partir do proletariado urbano. Isto porque “tal vanguarda disporia daqueles elementos militantes de raça indígena que, nas minas ou centros urbanos, particularmente nesses, entrariam em contato com o movimento sindical e político” (GALASTRI, 2017, p. 27).

O fator do idioma também comporia a importante relação com o operariado urbano que “permitiria a esses trabalhadores cumprir eficazmente a missão de instrutores de “seus irmãos” de raça e de classe”. Contudo, os indígenas entenderiam e aceitariam apenas o

---

<sup>42</sup> “Gamonales” eram os latifundiários peruanos da região serrana, principalmente, que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão, muito parecido com a forma feudal, o que leva Mariátegui a caracterizar o fenômeno da pobreza camponesa como o problema da “feudalidad” peruana” (GALASTRI, 2017, p. 25).

diálogo com provenientes de sua etnia e falantes de seu idioma evitando assim, a subordinação ao branco ou ao mestiço.

Outrossim, a manutenção das castas peruanas que comprometeu o desenvolvimento de uma burguesia nacional e, ao contrário, a manteve na ordem do colonialismo interno e na dependência técnico-administrativa em relação a sua produção material em especial subordinação ao imperialismo europeu e norte-americano, respectivamente. Para o autor, na altura em que redigia suas considerações, a colonização demarcou os limites de um Estado não soberano e sua estrutura racista *deveria* ser combatida em chave organizativa-revolucionária pelo e para o indígena. Os elementos do comunismo incaico de ordem prática coletivista seriam a ferramenta primordial para reverter o atraso de toda sociedade.

No Peru, o problema do índio era necessariamente o problema da terra. Superar essa condição era (é) um dever histórico revolucionário. Para tanto, o indígena precisa desenvolver a consciência de sua subalternização, resgatar o que Mariátegui cunhou de elementos do socialismo prático (oriundos da base incaica de reprodução da vida material). Para ele, “é nessas mudanças que estariam as possibilidades reais da ideia de emancipação nacional, ou “o dinamismo de uma economia e uma cultura que tragam consigo o gérmen do socialismo” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 31). Nesse conjunto é que se (re)constrói uma racionalidade alternativa pautada “de um modo de elaboração da realidade a partir do centro de sua historicidade [...] é um processo constituído por elementos históricos heterogêneos e que não podem ser apreendidos de outra forma” (GALASTRI, 2021). Em outras palavras, o processo revolucionário é resultado de acúmulo histórico de lutas não lineares e não heterogêneas, mas que condensam a força motriz para libertação e superação dominadora.

O indígena “ante esta realidad, la única posibilidad de lograr una transformación era formar un partido de base obrera, a través del cual estos tomarían conciencia de clase [...] la supervivencia de elementos del socialismo practico en la agricultura, y la economía indígena, herencia de un comunismo incaico que había asegurado la subsistencia por medio de prácticas de redistribución” (ROGGIO, 2013, p. 34)

Para Roggio (2013) a chamada “estrutura de rebelião” presente nos povos indígenas na Bolívia deve-se ao fato que esses carregam em sua história de opressão e resistência transformações que possibilitaram a emergência de figuras representativas como sucedeu com Evo Morales em 2005. A Bolívia que em particularidade histórica carrega similaridades estruturais tais como os descritos por Mariátegui no Peru, manteve em sua configuração económico-social a alta aristocracia sem interesse nacionalista e com vistas a preservar a dominação partindo da discriminação racial.

Em termos gerais, todo esse processo histórico de experiências e de resistência étnica produziu na Bolívia um conjunto de transformações que impuseram no decorrer da história a criação de organismos práticos na conformação indígena-operário, a exemplo da Confederación Sindical de Trabajadores Bolivianos (CTSUB) e do Sindicato Nacional Campesino (SNC) no pós-revolução nacionalista de 1952, bem como o apoio - praticamente - homogêneo a candidatura e permanência de Morales para dirigência do país. Não obstante, vale ressaltar a insígnia de resistência alinhada ao projeto de descriminalização da folha da coca do conjunto de cocaleros oriundos de Chapare (no departamento de Cochabamba), evidenciado no movimento de “la marcha por la coca, la vida y la soberanía” fica evidente, portanto, que a chegada ao poder por Morales que “constituyó una revolución simbólica que trastocó el rol de sumisión que se les asignaba las minorías indígenas en el país y trajo aparejada una manera totalmente diferente mirar la cuestión indígena por parte de quienes ejerce el poder” (ROGGIO, 2013, p. 43).

Roggio converge para similaridades entre o pensamento político mariateguiano e a condição sociocultural do indígena boliviano para: i) memória e resistência (acúmulo histórico, projetos políticos, construção de identidade e subjetividade e sujeitos; ii) memórias de rebelião que implica em potencial revolucionário dos povos e descendentes indígenas o que significa “el señalamiento del potencial revolucionario que ello implica para el logro de las transformaciones proyectadas”.

Ademais, tais transformações em forma revolucionária se viabilizam através do partido de massas (o que agrega a todos setores da sociedade civil “campesinos, sectores gremiales urbanos y intelectuales y a los grupos que exigían representación por la lucha identitaria”). Nesta linha analítica, recobramos a proximidade com que Alvaro García Linera se nutre das considerações de Mariátegui e revela para a Bolívia em seu projeto de revolução social. A necessidade de adaptar o socialismo às particularidades e ao momento histórico emergente de cada país configura o que Linera chamou de “capitalismo andino” - “y quiénes son los sujetos revolucionarios deben pensarse en función de la realidad que vive cada sociedad” (ROGGIO, 2013, p. 43). A consciência entre classe e identidade étnica são fatores que em ambos países (Peru e Bolívia) se tornam incontornáveis potenciais pela luta dos povos originários pois “en sociedades donde la mayoría de los explotados pertenecen a una misma raza, [...] el factor raza se convierte en un elemento que contribuye a dar unidad a los movimientos sociales”.

As práticas comunitárias opostas ao individualismo gerado no e pelo capitalismo, servem de manobra para realocar o sujeito dentro de um pertencimento sociocultural encontra

nos povos originários da Bolívia e na questão da terra as prerrogativas instruídas por Mariátegui se convertendo em mobilizações pela detenção dos recursos naturais, oposição ao processo de privatização das indústrias e combate a “descampenização”. O pensamento e prática do colonialismo que insiste em manter os povos subordinados, assume na Bolívia aquilo que reforçou Mariátegui “o problema do índio é o problema da terra”.

#### **2.4 O Estado aparente e o Estado integral**

García Linera (2020) em conferência da XI Reunião Anual de Etnologia, La Paz 1997, apresenta o quadro nacional, ou melhor, o quadro de formação nacionalista empreendida historicamente pelos grupos dominantes e seus intelectuais em referência ao pós revolução de 1952. As elites mercantis acionaram em discurso o disciplinamento “político-cultural chamado a ‘incorporar’, na ‘nação’, na ‘cultura’, sujeitos supostamente ‘carentes’ delas” instrumentalizando através da monetização “os métodos para arrancar o indígena de um suposto primitivismo petrificado na comunidade agrária” (LINERA, 2020, p.155).

O projeto corresponde à “decapitação das realidades sociais com distinto conteúdo étnico-cultural e produtivo-organizativo” como investimento em “desestruturar a inacabada identidade material ‘indígena’” e avançar rumo a “expropriação indireta do trabalho”, isto é, na modernização do neoliberalismo. O Estado assumia (abertura econômica), portanto, a forma e conteúdo do moderno capitalismo clientelista monopolista.

É o que Zavaleta já havia compreendido com o instrumental marxiano para empreender as análises da formação do Estado-moderno e dos paradigmas da teoria política para interpretação do mesmo. Em seu artigo *Formas de operar el Estado en América Latina*, do livro *El Estado en América Latina* (1990), Zavaleta absorve as concepções de Antonio Gramsci a respeito do meridionalismo entre ocidente-oriental para averiguar sua formação histórico-política.

O autor entende com cautela a análise gramsciana sobre a continuidade/extensão da sociedade civil e da sociedade política nas superestruturas, para estabelecer os traços específicos locais. Nesta chave, destaca, portanto, a variável entre ambas, ou seja, interações históricas não harmônicas/inorgânicas. Depreende disto seu conceito de “equação social”, isto é, “el modo de entrecruzamiento entre la sociedad civil y las mediaciones y el momento político-estatal” (ZAVALETA, 1990, p. 178).

Por entrecruzamento, Zavaleta observa as desproporções, sobreposições e tensões na sociedade civil, tendo como eixo a mediação do Estado em relação contraditória com a

mesma. Em outras palavras, a formação social não dispõe de *fórmula* para que se resolvam as tensões existentes, uma vez que:

“Por razones propias de cada caso, hay ecuaciones en las que la sociedad es más robusta y activa que el Estado, ecuaciones donde el Estado parece preexistir y dominar sobre la sociedad, al menos durante períodos determinados, y sistemas donde hay una relación de conformidad o ajuste” (ZAVALETA, 1990, p. 177).

Decorre da análise zavaletiana duas situações permanentes na questão Estado-sociedade: a primeira e já discorrida, refere-se à condição abigarrada, isto é, heterogênea, colcha de retalhos, pontos sem nó, etc., e a partir dela, a segunda, que indica identificar a *posição* que ambos os organismos ocupam neste abigarramento. Parte constitutiva da crítica de Zavaleta ao que ele caracteriza como Estado aparente, aquele que por variações históricas não sustenta, ou melhor, não dispõe de ferramentas para equilibrar o conflito de classe e consequentes atritos sociais.

Não obstante, a base marxista da crítica zavaletiana consiste efetivamente na análise das condições materiais de reprodução do capitalismo na formação dos Estados modernos, na formação social do Estado boliviano. O terreno em que se desenvolvem as fases de determinação da infraestrutura sobre as superestruturas oferece os resultados de poder em forma de substância estatal material.

Em outras palavras, a substância estatal material é o controle dos meios de produção e excedente para circulação social. Podemos inferir, neste ponto, os limites e alcances no programa de nacionalização das principais indústrias de extração e comercialização dos recursos energéticos na Bolívia. O Estado produz e reverte o excedente, em oposição ao capitalista que o acumula, ele [o Estado] “lo hace al servicio de sus objetivos reales, que siguen siendo la calificación de la circulación de la plusvalía y la construcción del capitalista total” (ZAVALETA, 1986, p. 327).

A economia plural desenvolvida no Estado Plurinacional, a que abarca os tipos i) comunitários, ii) estatal, iii) social cooperativas e, v) privada, ocupa, na agenda nacional, uma mirada anticapitalista e anticolonial universalizada e apanha as variadas racionalidades produtivas para controlar os principais setores estratégicos e dialogar coma economia mista.

No artigo 313, das prerrogativas de racionalização da geração de excedente nas variadas formas, é garantido por lei “eliminar la pobreza y la exclusión social y económica, para el logro del vivir bien en sus múltiples dimensiones”, derivando em seis dimensões que atingem de igual maneira local e nacional, quais sejam:

“1. Generación del producto social en el marco del respeto de los derechos individuales, así como de los derechos de los pueblos y las naciones. 2. La producción, distribución y redistribución justa de la riqueza y de los excedentes económicos. 3. La reducción de las desigualdades de acceso a los recursos productivos. 4. La reducción de las desigualdades regionales. 5. El desarrollo productivo industrializador de los recursos naturales. 6. La participación activa de las economías pública y comunitaria en el aparato productivo” (REPÚBLICA DE BOLIVIA, 2009, p. 84).

Tem-se o *novo* modelo econômico que promove e amplia a pluralidade de bens e serviços em razão da diversidade dos setores que intervêm diretamente na economia. O programa de inversão pública baseada no modelo de substituição de importações para economia familiar e pequeno proprietário enfrenta o desafio prático de lidar com quem “controlan los sectores estratégicos y generadores de empleo y excedentes, es decir, las empresas estatales y las empresas privadas capitalistas” (VACAFLORES, 2017, p. 12)

O ponto aberto aqui refere-se à concepção zavaletiana no marco da materialidade estatal em oposição ao acúmulo do excedente na iniciativa privada. Efetivamente, a transformação econômica estende as possibilidades de reprodução da vida material para o desenvolvimento social e almeja alcançar a equidade burocrática, especialmente a que diz respeito à terra.

No caso da concepção de Estado integral, aquele em que a luta pela hegemonia entre os grupos sociais constrói a própria autonomia dos subalternos em oposição à dominante, Zavaleta busca entendê-la em seu contexto próprio. Definido em nota intitulada Conceito de Estado, Gramsci diz que “por Estado deve-se entender, além do aparelho do governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil” (Q6, §5, p.257). A distinção [puramente] metodológica feita entre a sociedade civil e a sociedade política por Antonio Gramsci corresponde ao intento de averiguar a função social de ambas dentro do que seria o Estado-nação, de modo que ambas atuam no plano das superestruturas, ou seja, o conjunto dos organismos de aparelhos privados que hegemonomizam no terreno das relações de força.

O Estado ‘racionaliza’ a vida social, é a expressão da sociedade civil e do tipo de produção, além de ser o “conjunto de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente não somente justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (Q15, §3, p.330). A constituição de uma nova hegemonia de classe na direção do Estado e especialmente sua unificação histórica “das classes dirigentes no Estado e a história dessas classes é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados” (Q3, §6, p.352).

Isto posto, compreendendo a concepção zavaletiana sobre o Estado aparente, García

Linera, em conferência da Universidad Nacional de Córdoba, em 2012, sustenta que sua acepção remete:

“A aquel Estado que ha renunciado a la universalidad, aquel Estado que ha renunciado a la construcción de la unidad y que deliberadamente ha asumido que solamente va a representar a unos, va a organizar a unos, va a beneficiar a unos, dejando de lado a otros, en contra de otros, frente a otros: Estado aparente.” (LINERA, 2012, p. 9)

Linera atribui a condição citada aos governos prévios aos exercidos por Evo Morales. Para o autor, “en una sociedad boliviana donde el 60% de los bolivianos son indígenas [...] nunca hubo indígenas gobernando Bolivia” em que o Estado funcionava como espécie de “casamata, es decir como feudo encerrado bajo unas gigantescas paredes frente al asedio, frente a los indígenas” (LINERA, 2012, p. 9).

Reforça também que a oposição da aparência do Estado não trata apenas da demografia e representatividade do indígena na direção do país, mas que “es una lógica civilizatoria que va más allá del idioma y de la piel, que tiene que ver con una construcción material y simbólica del mundo” (LINERA, 2012, p. 14). O Estado boliviano *era* aparente pois “desconocía en sus funcionamientos orgánicos, institucionales, estas otras lógicas organizativas de la justicia, de la política y de la economía”.

Por fim, Linera evidencia que “la clave entre pasar del Estado aparente al Estado Plurinacional y del Estado plurinacional al Estado integral” significa, portanto, reforçar a estrutura econômica material da sociedade “(sindicatos, gremios, federaciones de maestros, de estudiantes, de vecinos, de pobladores)” para que se possa construir um *poder* econômico “de actividad económica interconectada que vaya formando redes cada vez más amplia de universalidad económica entre ellos, paralela, complementaria y apoyada por el Estado”, absorvendo “gradualmente funciones de monopolio estatal” (LINERA, 2012, p. 14).

Linera atende à questão central das análises de Zavaleta, isto é, o Estado aparente deve ser impugnado a partir da constituição plena da *nação*, superar sua condição abigarrada, tendo como pressuposto a equação social e perspectiva do momento constitutivo para reunir de modo abrangente as condições materiais e simbólicas de desvelamento anticolonial e anticapitalista, ajustar a sociedade e conferir ao Estado à suaselhança.

Recorrendo à *crise como método* de conhecimento, Zavaleta desenvolve de modo dialético suas acepções conceituais e, em especial, a compreensão do momento conjuntural que da crise decorre, isto é, as tensões e os atores envolvidos produzem o conhecimento crítico que “es una consecuencia de la manera en la que suceden las cosas” (ZAVALETA,

1983, p. 19).

O conteúdo pragmático de análise histórica de Zavaleta remete aos momentos de organização do nacional-popular em enfrentamento direto com seus antagonicos. A Guerra do Chaco entre 1932-1934, a Revolução de 1952 e a crise política de 1979 são momentos em que “lo diverso adquiere una nueva “intersubjetividad.””, isto “porque se manifiestan y asumen de manera prácticamente inédita; así los trata, y, además los articula con los otros factores en juego durante esa coyuntura” (ANTEZANA; LUIS, 2009, p. 113).

Uma sociedade do tipo abigarrada produz/desenvolve esse tipo de crise, de modo que afirma o autor:

“La historia, como economía, como política y como mito se ofrece como algo concentrado en la crisis. Es en la crisis que es algo actual porque la crisis es un resultado y no una preparación. La crisis es la forma de la unidad patética de lo diverso así como el mercado es la concurrencia rutinaria de lo diverso. El tiempo mismo de los factores (y la principal diferencia entre un modo de producción y otro es la calidad del tiempo humano) no actúa de un modo continuo y confluyente sino en su manifestación crítica. La producción comunaria o parcelaria en la Bolivia alta, por ejemplo, es distinta en su premisa temporal agrícola a la oriental no sólo por el número de cosechas y las consecuencias organizativas del trabajo, sino también a la minera que ya es la supeditación o subsunción formal en acción. El único tiempo común a todas estas formas es la crisis que las cubre o sea la política” (ZAVALETA, 1983, p. 113).

Importante elemento da análise zavaletiana se refere ao *tempo comum que cobre* tempos implícitos “en los diversos modos de producción, presentes pero no articulados” (ANTEZANA; LUIS, 2009, p. 114). Pode-se compreender o tempo em comum que é o *mito*, sua autodeterminação onde “la masa enseña el aspecto crítico de su propia grandeza” (ZAVALETA, 1990, p. 86-87), com o *ethos* da “directa “democracia de masas”, em seu formato “más precisamente, la “forma multitud” (ANTEZANA; LUIS, 2009, p. 114).

### CAPÍTULO 3 - PODER EM DISPUTA: GOLPE EM 2019

Em novembro de 2020, início do governo de Luis Arce (Lucho) pelo Movimento ao Socialismo - Instrumento Político para a Soberania dos Povos e seu vice David Choquenhuanca, foi inaugurado o processo judicial denominado “Caso Golpe de Estado I e II” para investigar e identificar atores e motivações que precederam a renúncia do ex-presidente Evo Morales em novembro de 2019 bem como posteriores eventos de perseguição a dirigentes e apoiadores do partido.

A ex-senadora Jeanine Añez teve mandado de prisão cumprido em março de 2021 sob acusação de genocídio<sup>43</sup>, orquestrar o golpe de 2019 e medidas antidemocráticas com abuso de poder. Além de Jeanine, o ex-Ministro da Justiça e Transparência Institucional Álvaro Coimbra e o ex-Ministro de Energia Rodrigo Guzman também foram presos no mesmo dia. Ademais, pesquisas indicam que no início de 2019, o terreno para o golpe estava sendo planado através de interesses ligados aos governos de Donald Trump (Estados Unidos), Jair Bolsonaro (Brasil) e Mauricio Macri (Argentina). Foi declarado no começo do ano “que el proceso electoral boliviano estaba repleto de irregularidades, usando incluso el término de ‘potencial fraude’”<sup>44</sup>.

Neste ínterim soma-se o aumento massivo na criação de contas *fake* no twitter demodo a impulsionar a opinião pública nacional e internacional sob a mesma alegação. Publicado no site teleSurTV, em novembro do mesmo ano, “más de 92 mil cuentas creadas en el último mes participaron de algunas manera en la campaña contra Evo Morales”<sup>45</sup>.

O ex-presidente do Comitê Cívico Pro-Santa Cruz, Luis Fernando Camacho, também investigado no processo foi preso no final de dezembro de 2022, sendo apontado inclusive como “cabeça” ideológica do levante. Sua ativa participação durante os protestos em 2019, momento em que adentra ao Palácio de Quemado portando uma bíblia proferindo louvores

---

<sup>43</sup> A Asociación de víctimas fallecidos y heridos de masacre en Senkata (El Alto) “En criterio del Ministerio Público, Añez es responsable puesto que se declaró presidenta, emitió el decreto que habilitaba la participación de las Fuerzas Armadas en operativos de orden público y designó [...] con Mando absoluto en el caso de la Policía Boliviana, en fecha 19 de noviembre de 2019, procedió a la represión de sectores sociales en la ciudad de El Alto en proximidades de la planta YPFB-Senkata, y personas civiles desarmadas, quienes ejercían su derecho a la protesta pacífica.” Fiscalía imputa a Jeanine Añez por genocidio en caso Senkata. Disponível em: <https://www.eldiario.net/portal/2023/04/18/fiscalia-imputa-a-jeanine-anez-por-genocidio-en-caso-senkata/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

<sup>44</sup> Alfredo Serrano, 2019, “Bolivia. Los actores del golpe de Estado”, Resumen Latinoamericano, 5 de noviembre de 2020. Disponível em: <https://www.resumenlatinoamericano.org/2019/11/17/bolivia-los-actores-del-golpe-de-estado/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

<sup>45</sup> Masiva creación de cuentas en Twitter para legitimar golpe contra Evo Morales. TeleSur. 2019. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/bolivia-campana-coordinada-redes-legitimacion-golpe-estado-20191123-0005.html>. Acesso em: 03 jun. 2023.

como discurso legitimador do golpe. A investigação segue em curso com poucas informações sobre os delitos por que será julgado.

Pesquisas (TELLERIA; QUINTANA, 2021) também incluem a presença determinante da Organização dos Estados Americanas (OEA) e seu representante Luis Almagro em três situações pontuais:

“un informe preliminar que recomendó segunda vuelta, aún antes de terminar el conteo de votos; un segundo informe, también preliminar, de la auditoria, que si bien no habló de fraude, estableció “irregularidades” en el proceso; y una declaración del 12 de noviembre en la que afirma que el golpe lo había ejecutado el propio Evo Morales el mismo día de las elecciones” (CARCURO, 2019).

O trabalho revelado pelo CLACSO mostra o debate de interferências ideológicas e interesses geopolíticos vindo do governo norte-americano com atores-protagonistas na relação comercial bloco-sul. Trataremos adiante da disputa tecnológica para patentear a extração do lítio enquanto novo recurso energético mundial e o envolvimento de determinados grupos na crise política que se desenvolveu no país boliviano.

Outro elemento indispensável para a presente análise é a expressiva atuação das Forças Armadas e da polícia militar durante os atos de protesto em outubro e novembro de 2019. Foi manifesta através do Caso Golpe a conduta de Williams Kaliman, ex-comandante chefe das Forças Armadas, seja na “sugestão” de renúncia de Morales na noite de 10 de outubro, seja na convivência repressiva que sucedeu o fato.

Ademais, o inquérito denominado “Caso gás lacrimogêneo” demonstra a antecedente aquisição ilegal através de esquemas de propina para importação da arma e envolvimento direto do ex-ministro Arturo Murillo<sup>46</sup> no conchavo. A “compra” estimada em USD 5,6 milhões foi planejada para conter as insurreições populares de apoio ao ex-presidente.

Isto posto, o presente capítulo intenta atualizar fatos e análises quali e quantitativas em duplo movimento: prévia articulação para investir na propagação ideológica e repressiva de fraude eleitoral pela chapa Morales-Linera ao encontro da hegemonia enfraquecida da mesma, que resistiu (e resiste) em cédulas fracionadas, para sustentar a gestação de golpe antidemocrático.

Para isso, divide-se esta parte em três momentos analíticos sendo: i) estudo da atuação do partido MAS-IPSP e fragmentação histórica durante a terceira gestão Morales-Linera; ii) a ausência de uma construção de projeto militar para defesa do Estado e manutenção da

---

<sup>46</sup> Ex-ministro do governo interino da Bolívia é preso nos EUA acusado de suborno e lavagem de dinheiro. O Globo. Mundo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/ex-ministro-do-governo-interino-da-bolivia-preso-nos-eua-acusado-de-suborno-lavagem-de-dinheiro-25036496>. Acesso em: 05 jun 2023.

oligarquia-política no controle ideológico regional; e, iii) a disputa pelo lítio em chave golpista.

### **3.1 Juan Evo Morales Ayma e hegemonia falida: características teóricas paradiluição do equilíbrio consenso-coerção**

A formação do MAS-IPSP cumpre no final dos anos 1990 a duas primordiais demandas no país boliviano, sendo a primeira, necessária reconstrução democrática no pós-ditadura que perpassou seus vinte e dois anos na história nacional e, em segundo momento, a emergência de instrumentalizar a voz política dos povos originários renegados da constituição do Estado-nação.

Desde a atuação do MNR e da aliança campesino-operário durante meados do século XX, a ação política dos indígenas fragmentou a luta pela terra em discordâncias com o desenvolvimentismo urbano/agrário pujante para reconstrução socioeconômica do país. O movimento cocalero concentrado em Cochabamba, já destacado na figura de Evo Morales Ayma, deliberado em Assembleia pela Soberania dos Povos (ASP) - que viria a ser o MAS futuramente - articulou no “I Congresso sobre a Terra, Território e Instrumento Político” em 1995 para reivindicar a criação Instrumento Político pela Soberania dos Povos (IPSP).

Em 1997, sob disputa das eleições na ASP, o partido IPSP não pode concorrer ao pleito pois não teve seu registro validado pela CNE e Morales saiu da Assembleia no mesmo ano. Assim decorre a vinculação com o Movimento para o Socialismo Unzaguista (MAS-U), fundando assim o IPSP-MAS” (REZENDE, 2016, p. 6).

Conforme analisado pela professora boliviana Moira Zuazo (2009) a formação do partido decorre de quatro fatores: i) clivagem campo-cidade com atualização do modelo colonial do Estado boliviano; ii) crise do modelo neoliberal implementado durante os anos de ditadura; iii) crise de representatividade dos partidos políticos tradicionais e, iv) o processo de municipalização relacionado com a tímida emergência de uma cidadania global (entrelaçamento local-global). Já para o pesquisador da UNIRIO, Fabrício Pereira (2011), dentro do foco nas questões internas a fundação do MAS assume “uma opção estratégica fruto de um contexto de ascensão do neoliberalismo e de derrocada da esquerda tradicional” (REZENDE, 2016, p. 7).

Por outro lado, as considerações elaboradas por Álvaro García Linera (2008) defendem que a formação do partido tem prolongamento com os movimentos sociais:

“foi uma exigência de um cenário que combinou reconfiguração das classes sociais [...] e com uma dupla crise do Estado boliviano, que acabou por gerar um divórcio e um antagonismo entre o mundo político, suas instituições e o fluxo de ações das organizações civis” (GARCIA LINERA, 2008, p. 334)

Em termos gerais, os três autores concorrem na mesma linha argumentativa sob prismas diferentes. A decomposição dos partidos tradicionais no pós-ditadura expôs o debate nacional a respeito da recomposição pluriétnica do Estado em simultaneidade com a recente implementação modelo econômico-filosófico neoliberalista. É neste momento que ressurge a necessidade de restabelecer a categoria identidade nacional e seus múltiplos atores.

Aqui destaca-se a organização dos movimentos campesino-cocaleros que em fim do século XX sublevam as demandas em torno do MAS<sup>47</sup> para que se cumpra com: “primero, que sus demandas sean tomadas en cuenta en la plataforma política del «instrumento»; segundo, que se le abra el acceso a espacios de poder en el seno del «instrumento» a sus miembros” (ALTO, 2008), e que a lealdade ao partido “no es nada más que función del cumplimiento de estas dos «exigencias»”.

Essa forma(ação) é caracterizada por Harvé como “clientelismo interno” uma vez que “un sector como los cocaleros, [...] se ven beneficiados por el propio estatuto de «padre fundador» de su líder, Evo Morales, que les garantiza un acceso a ciertos privilegios como una fuerte representatividad en las instancias de dirección del MAS- IPSP”. Contudo, o autor identifica que o setor não pôde ser visto como “privilegiado” pois são “sometidos a un control social importante, [...] deben permanentemente rendir cuentas cuanto a su mandato” (ALTO, 2008).

Ademais, a figura carismática do líder Morales envolve em sua bancada parlamentar um expressivo número de apoiadores que “están en una relación de dependencia directa” seja por “causa de su indiscutible liderazgo en el seno del movimiento campesino-indígena, en otro por el vínculo personal que se establece entre el jefe de partido y su «invitado»”. Suas múltiplas “identidades militantes” tecem a capacidade em transitar por diversos setores (campesino, indígena, operário) e do estar “cara-a-cara” em variados processos históricos “dando así la imagen de un jefe conviviendo con sus bases, lo que le permite también establecer una relación directa con sus militantes sin tomar en cuenta la jerarquía oficial del instrumento político.”

Outro elemento importante para a ascensão de Morales na cena política e

---

<sup>47</sup> O MAS-U, originalmente era uma fração de uma agrupação de extrema-direita chamada Falange Socialista Boliviana. Fundado por Óscar Únzaga de la Vega em 1937 em Santiago (Chile) Para se desvincular do seu passado ideológico, o “U” foi retirado da sigla.

representatividade cultural deve-se ao cenário internacional no início do século, especialmente na tomada da hegemonia norte americana. É então que para os países latino-americanos a política antidrogas<sup>48</sup> surge com importância, do mesmo modo que a chamada “Onda Rosa”<sup>49</sup> constrói um círculo de resistência na emergência de governantes de espectro progressista, especialmente no cone-sul.

Conforme apresentado por Linera (2008), o destaque para a formação do MAS dá-se por sua “capacidade de recolher a memória nacional-popular, marxista e de esquerda formada nas décadas anteriores, o que lhe tem permitido uma maior recepção urbana, multi-setorial e pluri-regional a sua convocatória” (GARCÍA LINERA, 2008, p.390).

Isto é, Linera recorda que na história boliviana os elementos de insurgência populares acompanharam o movimento das crises políticas e das demandas históricas de resistência e unicidade campo-cidade. Ademais, em seu texto “*El evismo: lo nacional- popular en acción*” (2006), o autor evoca as três etapas para consolidação da estratégia de poder por Morales, que “es una estrategia de lucha por el poder fundada en los movimientos sociales [...] el núcleo articulador de esa estrategia es el discurso de la identidad y la presencia indígena” (LINERA, 2006, p. 27).

As etapas estratégicas desenvolvidas pelo MAS são para Linera “la resistencia local, en sus inicios, entre 1987 y 1995; la expansión en la búsqueda de alianzas, entre 1995 y 2001; la etapa de consolidación en el poder y de iniciativa ofensiva por llegar al poder, en el período 2001-2006.” (Idem, p. 25). Ou seja, desde o pós-ditadura o protagonismo de Evo deu-se estabelecendo e fortalecendo alianças entre os variados setores sociais.

Decorrido o período, a presença masista foi paulatinamente sendo ampliada alcançando principalmente a pequena política nas prefeituras e parlamento com suas cédulas ascendendo aos espaços públicos, movimento cunhado por Linera como “auto- representación político-estatal de la sociedad plebeya.”. Em estudo realizado por Almeida(2017) demonstra-se a manutenção de deputados e senadores eleitos pelo partido em Assembleia Constituinte

---

<sup>48</sup> A exemplo da “Operação Causa Justa” realizada em 1989 pelos EUA no Panamá, com invasão de mais de 20 mil soldados norte-americanos em busca de Manuel Noriega “primeiro estadista a ser acusado e punido por tráfico de drogas por outro país”. (ACUSADO... Outras Palavras, 2011).

<sup>49</sup> “A onda rosa se iniciou no final da década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez em 1998 [...] Na sequência, Ricardo Lagos, oriundo do Partido Socialista do Chile (PSCh), foi eleito em 2000 [...] Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) [...] Na Argentina, Néstor Kirchner se elegeu em 2003 [...] Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), venceu as eleições uruguaias em 2004. Em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia [...] No ano seguinte, Rafael Correa chegou ao poder no Equador [...] No mesmo ano, Daniel Ortega e sua Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) regressaram ao poder na Nicarágua [...] O ativista social Fernando Lugo chegou ao poder no Paraguai em 2008 [...] No ano seguinte Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), chegou ao poder em El Salvador” (SILVA, 2015, p. 67-94).

(2009) e em Assembleia Plurinacional (2014), conforme Figuras 5 e 6.

**Figura 5 - Eleições: Assembleia Constituinte 2009**

Deputados			Senadores		
Partido	%	Cadeiras	Partido	%	Cadeiras
MAS	68,46%	89	MAS	72,00%	26
PPB-CN	27,70%	36	PPB-CN	28,00%	10
Outros (2)	3,81%	5			

Fonte: OEB (2016)

**Figura 6 - Eleições: Assembleia Plurinacional 2014**

Deputados			Senadores		
Partido	%	Cadeiras	Partido	%	Cadeiras
MAS	67,70%	88	MAS	69,40%	25
UN	24,61%	32	UM	25,00%	9
PDC	7,69%	10	PDC	5,60%	2

Fonte: OEP (2016)

O fortalecimento da representatividade do MAS em paralelo com a rotatividade da oposição acompanha nas eleições presidenciais o crescimento da União Nacional (UN) liderado por Doria Medina, que em 2009, classificado em terceiro lugar, alcançou a margem de 5,65% dos votos válidos e em 2014 quadruplicou para 24,23% dos votos válidos, enquanto Evo Morales - praticamente - mantém seu alcance nacional em 64,22% e 61,36% respectivamente.

Conforme apresentado, a fragmentação paulatina dos grupos de apoio ao governo do MAS decorreu de episódios políticos incongruentes com a gestão comunitária, afins a uma inclinação ao progressismo extrativista. Compreende-se dessa abertura um duplo movimento: i) o despertar da elite agrária que combina táticas de manipulação nacional-internacional reafirmadas na luta de classes, no racismo estrutural e na exploração desenfreada dos recursos e mão-de-obra daquele país, e, ii) o esfacelamento do equilíbrio consenso-coerção em linha hegemônica proposta pelo partido afigurado por Evo Morales. Em outras palavras, como vimos demonstrando até aqui, percebe-se um governo que lida com uma hegemonia falida, especialmente nos últimos quatro anos antes do golpe.

Assim sendo, buscar-se-á adiante apresentar uma breve biografia política-cultural de Evo Morales a fim de estabelecer conexões com eventos (já discutidos neste trabalho) que

favoreceram sua ascensão ao executivo bem como sua queda do mesmo. O objetivo secundário, é completar nesta pesquisa a vida política de uma figura de destaque para as discussões conceituais que percorrem os governos latino-americanos.

### **Breves considerações biográficas sobre Evo Morales**

Juan Evo Morales Ayma nasceu 26 de outubro de 1959, filho de Dionisio Morales Choque e María Ayma Mamani camponeses na comunidade de “Isallavi, perteneciente al ayllu Sullka del cantón Orinoca, localizado en la provincia Sud Carangas del departamento de Oruro”. Teve mais seis irmãos “aunque solo tres sobrevivieron a los efectos letales de la pobreza”.

Tem dois filhos Eva Liz Morales Alvarado e Álvaro Morales Paredes nascidos em 1994 e 1995 respectivamente. Suas mães são Francisca y Marisol (na ordem) e eventualmente apareciam em atos oficiais junto de seu pai.

A pobreza esteve sempre presente em sua vida, especialmente na primeira infância fato que o fez sobreviver ao parto e sua parteira, “Luisa Morales, se ufanaba de haber salvado al bebé casi de milagro usando una masa compuesta por alcohol y harina” (ARCHONDO, 2009, p. 98). Em organização de algumas biografias se lê:

“en la cruel espera de aquel niño pastor de ovejas y llamas, quien, junto a la carretera y su padre, esperaba el paso de los autobuses, desde donde los pasajeros lanzaban cáscaras de naranja o plátano, de las cuales ellos extraían la pulpa residual. Evo usa esa anécdota para retratarse en el pasado magro y hacer visible el contraste con su presente más afortunado” (ARCHONDO, 2009, p. 99).

Em minucioso artigo realizado pelo professor e titular da *Universidad Mayor de San Andrés* (CIDES-UMSA), Rafael Archondo, a vida política de Evo Morales inicia-se em 1978 quando é recrutado para o serviço militar obrigatório “en el regimiento Ingavi de Artillería [...] Miraflores” onde inclusive “vistió el codiciado uniforme de policía militar”.

Recorda a biografia que em determinada ocasião, Evo foi enviado para Coripata no departamento de La Paz para “reprimir al campesinado que se resistía a someterse al entonces presidente de facto, Juan Pereda Asbún.” (ARCHONDO, 2009, p. 101).

Em 1980 liberado dos serviços militares, os pais de Evo se mudam para Puerto San Francisco, Chapare, Cochabamba e o jovem os acompanha. Sua família assenta-se em uma pequena propriedade de 10 hectares e iniciam “en nuevos cultivos: coca, naranja, plátano y arroz”. Neste momento a pequena agricultura da família Morales “subemprega” a “18 peones, con quienes madrugaba para sembrar y cosechar los frutos de la tierra” (idem, p. 102)

Em 1981 plena ditadura, um grupo de militares invadem a comunidade Chipiriri em Cochabamba e queimam a um campesino vivo. Este crime “desencadenó en él un enérgico compromiso en la defensa de sus compañeros de trabajo” e “aceleró su interés por la política”. No ano seguinte, Evo “se convirtió en secretario de deportes y de actas del sindicato “San Francisco”.

Alguns anos depois, em 1988 junto com outros líderes campesinos foi organizada a criação da Frente Amplio de Masas Antiimperialista (FAMA) sendo que sua atuação mais efetiva ocorre com a publicação da Ley 1.008/98 conhecida como “Ley 1008 del Régimen de la Coca y Sustancias Controladas” e “que proscribía el cultivo de coca en el Chapare”. Os cultivadores de Cochabamba “que de ahí en adelante quedarían clasificados como los cómplices más visibles del narcotráfico”. É neste momento que Evo encabeça “una lucha desigual contra todo el Estado boliviano y su principal aliado en esta faena: la embajada de los Estados Unidos” (ARCHONDO, 2009, p. 103).

Dois anos antes, Filemón Escóbar (ex-digirente mineiro, ex-membro cepalino) organiza a primeira “Marcha pela Vida” (1986) e teve papel fundamental na carreira política de Evo. Importante destacar que na política geral (oposição ao governo militar) houve durante o período duas principais alas ideológicas: a reformista pela Unidad Democrática y Popular (UDP) e a revolucionária proposta pelo Ejército Guerrillero Tupac Katari (EGTK).

O encontro de Evo com Escóbar o incentivou a uma luta institucionalizada através de processos eleitorais, fato que o motivou a construir um “discurso dual” em que por um lado “condujo al movimiento por la ruta electoral” e por outro articular em diversos momentos “una resistencia armada desde los cocales”.

O artigo de Archondo relembra um discurso feito por Morales em 1998 para “La Prensa” onde se fez ouvir e conquistar “simpatías entre los activistas revolucionarios” e que defendia “no es ningún extremo levantarse en armas en Bolivia si luchamos contra la injusticia y contra un gobierno que quiere aplastar al pueblo militarmente” (ARCHONDO, 2009, p. 104).

Conforme destacado por Archondo, a formação teórica-prática de Morales caminhou para uma construção combativa e ideológica em torno de seus pares. A convivência com Escóbar foi fundamental que “le ofreció un indianismo empalmado con las corrientes europeas pacifistas y ecologistas, generalmente adversas a la industrialización y al paradigma de progreso, entendido como acumulación”, ao passo que conhece Alvaro Garcia Linera “el representante más destacado de aquella izquierda, que intentó desencadenar una insurrección armada de corte etno-nacionalista a inicios de los años 90”.

Não obstante, a frente única armada organizada, reflexo da Revolução Cubana e dos levantes na Nicarágua e El Salvador reflete posicionamentos que em geral “se trata de la concepción de la guerra popular prolongada y del antiimperialismo clásico latinoamericano”. Decorre disto um tipo de “equilíbrio” ideológico permeado por Morales que se alternam mediante sua estratégia política.

Se por um lado, seu discurso reformista de caráter pacífico (“somos de la cultura del diálogo”), por outro “le permite canalizar la furia radical de muchos de sus seguidores, reacios a esperar los plazos que impone la democracia” o transformando numa figura “que usa métodos democráticos para alcanzar sus fines” (ARCHONDO, 2009, p. 106).

Em 1998, disputa o cargo de secretário executivo da Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB) contra Alejo Véliz dirigente em Cochabamba. Ambos renunciam a candidatura pois “no beneficiara ni afectara a ninguno de ellos” e indicaram para a transição, Felipe Quispe Huanca líder aimará e militante pelo EGTK.

Este evento trouxe a tona a habilidade política de Morales que concorre “como candidato a la cámara de diputados por la circunscripción 27”. A sua base cocalera especialmente a de Cochabamba elege quatro candidatos da ASP: “Evo Morales, Román Loayza, Néstor Guzmán y Félix Sánchez” fato que o distanciou de Alejo Véliz e a fazer um acordo com o MAS-U.

Em janeiro de 2002, parlamentares do Congresso decidem expulsar Morales, porém meses mais tarde a Corte Suprema “confirmaría que las acusaciones eran infundadas y el país entero se ocuparía de borrar del mapa político a los purgadores.”. Em junho do mesmo ano “Morales retorna al Parlamento tras haber obtenido más de medio millón de votos como candidato a la Presidencia” sobretudo com apoio de “una verdadera ola de solidaridad pro-cocalera entre los electores” (ARCHONDO, 2009, p. 113-114).

Neste ano a Guerra do Gás eclodiu e dividiu a Bolívia ao meio. Morales já iniciado na vida política participa dos movimentos de oposição ao governo de Sanchez Lozada e em poucos anos ascenderia ao cargo executivo daquele país. Os acontecimentos da referida insurgência:

“aceleraron los tiempos políticos y en diciembre de 2005 se celebraron elecciones generales anticipadas. Así, Morales convertía al MAS en el partido más grande de Bolivia y se transformaba en el hombre más votado de los últimos 40 años” (ARCHONDO, 2009, p. 116).

Archondo conclui seu artigo estabelecendo alguns principais pontos estratégicos que corroboraram para a construção identitária e fortalecida em uma ampla base de apoio por Evo Morales. A saber:

1- [...] “Él optó por las ideas de Filemón Escóbar, lo que le permitió seguir una línea consecuente de acumulación electoral que en solo diez años (1995-2005) [...]

2- [...] “la realidad represiva impuesta por la Ley 1.008 también lo llevó a amenazar a las autoridades con el desencadenamiento de una resistencia armada en defensa de la hoja de coca” [...]

3- [...] “En la disputa interna, Evo Morales logró desplazar a Alejo Véliz e imponer la supremacía del Chapare sobre el valle alto de Cochabamba. A partir de entonces, el brazo político de los sindicatos predefinió incruentamente la titularidad del mando” [...]

4- [...] “su enfrentamiento activo con la Embajada de los Estados Unidos le procuró una amplia red de aliados en el mundo” [...]

5- Hasta 2004, Evo contó con la cercanía ideológica de Filemón Escóbar. Sin embargo, transformado ya en figura política prominente y a un paso de la Presidencia, descartó su cooperación y reforzó su entorno con los ex dirigentes de la izquierda insurreccional que en la década del 80 se agrupó en torno al ECP.

6- [...] “en el gobierno iniciado en enero de 2006 destacan dos corrientes y una práctica articuladora o conciliadora. La primera es una postura nacionalista, que aspira a restituir la presencia del Estado soberano en la política, la sociedad y la economía. La segunda privilegia las reivindicaciones etno-nacionalistas y aspira a dar forma a autonomías indígenas con territorios reconstituidos.” [...]

7- [...] “tras dos décadas de vigencia, la vieja escisión de la izquierda boliviana post-UDP ha podido ser superada por el MAS. Los objetivos revolucionarios, predicados por su ala más socialista, aspiran a ser llevados a la práctica mediante el ejercicio del voto” [...]

8- [...] “Sin embargo, la puesta en ejecución de la nueva Carta Magna podría poner a prueba la relación nunca resuelta entre nacionalismo y etno-nacionalismo” [...]

Em termos gerais, Archondo por formação faz uma análise sistêmica e filosófica da carreira política de Evo, fatos imprescindíveis para se compreender sua atuação nos anos de presidência. O sociólogo boliviano, Fernando Mayorga nos apresenta leituras socioculturais para se compreender a construção carismática em torno do discurso étnico utilizado pelo mesmo.

Em seu texto publicado também pela Revista *Umbrales* (2009)<sup>50</sup> da Universidad Mayor de San Andrés (UMSA), Mayorga intenta responder “Evo: ¿liderazgo sin fronteras?” nos instigando a reconhecer sua habilidade em conectar duas demandas primordiais na Bolívia: a fricção da herança colonial em constante manutenção e a crise do Estado republicano mediante “los debates internacionales sobre ciudadanía multicultural” (MAYORGA, Fernando, 2009, p. 120)

Sua primazia reside especialmente em duas considerações: i) “Evo es una imagen glocal: local y global”, e ii) “En el último cuarto de siglo, mientras en Latinoamérica y en la región andina —sobre todo en el altiplano paceño— se producía la emergencia del movimiento campesino e indígena”.

A combinação da pauta local em torno das reivindicações étnicas no início do século XXI e da adesão internacional dos organismos formais, como “Organización Internacional del Trabajo (OIT) y la Organización de las Naciones Unidas (ONU), y en los eventos sociales antiglobalización y altermundistas (Foro Social Mundial)” que recoloca o indígena como “el nuevo “sujeto” de la revolución anticapitalista o protagonista del tránsito a la posmodernidad.” (idem)

A construção do discurso indigenista foi um mecanismo que reuniu o *sujeto* político (nação e povos indígenas, campesinos-originários) à *máquina* estatal “que recorre el texto constitucional como portador de derechos (colectivos)”.

Mayorga amparado nos conceitos desenvolvidos por Silvia Rivera identifica que nos três primeiros anos de mandato a ressignificação do sujeito “se traduce en una fórmula que contiene la “memoria larga” de resistencia aymara a la colonización” um movimento que transitou da revolução democrática e cultural para refundação do país e deste para a reconciliação nacional.

De modo geral, o consenso da literatura especializada em torno de uma figura carismática (nos termos weberianos não maquiávelicos), isto é,

“ciertas cualidades extraordinarias que tiene una persona, independientemente de que esas cualidades sean hipotéticas, atribuidas o reales. La legitimidad de la autoridad del líder carismático remite a razones que la racionalidad no explica, porque contiene una fuerte carga emocional y pone en juego aspectos simbólicos e identitarios.” (MAYORGA, 2009, p. 125).

Estes aspectos “imateriais” destacados pelo autor, devem ser entendidos enquanto

---

<sup>50</sup> UMBRALES n° 19. **Bolivia y el contexto político actual.** Disponível em: <https://repositorio.umsa.bo/bitstream/handle/123456789/956/R-19.pdf?sequence=1&isAllowed=y#page=97>. Acesso em: 20 jan. 2024.

“processos” especialmente apreciados em momentos de crises. Isto porque, as condições para uma liderança não dependem *apenas* dos atributos do mesmo nem da dos seus seguidores “sino de la concreción o no de las expectativas en juego.” Portanto, “autoridad carismática es específicamente inestable” e depende “de su capacidad para satisfacer las demandas materiales y simbólicas de sus seguidores”.

Isto posto, Mayorga analisa que a liderança carismática de Evo Morales, é na realidade “de carácter situacional” pois “las circunstancias de la crisis política desatada desde principios de la década actual definieron su arribo al poder [...] en portador de un proyecto de transformación política.”

Outrossim, Mayorga faz uma distinção entre o carisma de Evo com o populismo de dirigentes latinoamericanos, como Rafael Correa no Equador e Hugo Chavez na Venezuela. Isto porque a liderança de Morales não assume um esforço “o de organización de la “ciudadanía” como sujeto político” conforme ação de Correa, muito menos se pauta “a partir del aparato estatal con un nítido protagonismo de la institución militar” como no caso de Chavez.

Evo establece - necesariamente - una amplia red organizativa (cultural, sindical e comunitária) “que asumió nuevos y variados formatos de funcionamiento compacto a partir de la experiencia del sindicalismo en sus múltiples facetas. (MAYORGA, 2009, p. 127), e tem por característica um discurso com “una combinación de retórica radical y decisiones moderadas”.

Mayorga analisa, portanto, que em diversos momentos essa radicalidade discursiva “alimentó la polarización política creando condiciones desfavorables para la concertación en torno a las medidas gubernamentales” e em manejo da Lei de Autonomias “avanzó hacia el “centro” [...] al aceptar la disminución de niveles autonómicos (sobre todo el regional) que estaban nítidamente dirigidos a menoscabar la autonomía departamental”.<sup>51</sup>

Dito isto, esse breve histórico biográfico de Evo Morales cumpre com objetivo de compreender sua trajetória política e necessárias alianças formadas para sua manutenção enquanto dirigente, sindicalista e mandatário. Compreende-se que tais mecanismos construíram em torno do mesmo, uma ambiguidade entre sua base de apoio e setores da oposição, aspectos que coincidem com o tema desta pesquisa.

Assim, o próximo tópico tratará de analisar uma das principais categorias que estruturam a sociedade civil e política com vistas a entender no manejo quais principais

---

<sup>51</sup> Esse contexto foi apresentado durante o capítulo 1.

motivos com que as Forças Armadas foram coniventes e participíes do golpe de 2019.

### 3.2 O papel das Forças Armadas e da Polícia: disputa por poder

Em artigo publicado para o El País<sup>52</sup> um dia após a renúncia de Evo Morales, o intelectual boliviano Fernando Molina faz uma clara análise do comportamento militar dos fatos ocorridos. Com especial atenção ao ex-comandante em chefe das Forças Armadas Williams Kaliman Romero, encarregado por Morales em 2018 e declarado “*soldado do proceso de cambio*” que foi uma das principais chaves para a deposição do mandatário.

Dentro do período de vinte dias (20 de outubro a 10 de novembro de 2019), o país submergiu em crise civil de ordem pró e contra o resultado das eleições presidenciais daquele ano. Os apoiadores do partido e especial ao movimento chamado “*evismo*”<sup>53</sup> saem às ruas para manifestar repúdio à declaração de fraude eleitoral e acusar aos grupos de oposição do racismo estrutural na conduta dos fatos. Neste momento, o papel das Forças Armadas e da polícia é determinante no sentido antidemocrático de repressão às manifestações e ao direito constitucional.

Os constantes conflitos<sup>54</sup> então mencionados formaram no conjunto, um dos principais motivos para o anúncio de renúncia do Evo - fato que leva estudiosos e especialistas a desconsiderar o evento como golpe de Estado<sup>55</sup> - que declara no seguinte trecho:

“[...] ¿Por qué decidí esta renuncia? Para que Mesa y Camacho no sigan persiguiendo a mis hermanos, dirigentes sindicales. Para que Mesa y Camacho no sigan quemando las casas de gobernadores del MAS en Oruro y Chuquisaca, de assembleístas, de concejales. Para que Mesa y Camacho no sigan secuestrando, maltratando a los familiares de nuestros dirigentes sindicales como en Potosí, del hermano Teodoro Mamanf. [...]” (La Jornada, 2019<sup>56</sup>).

<sup>52</sup> (MOLINA, F., 2019).

<sup>53</sup> “O evismo representa a emergência de um bloco histórico que não pretende romper com esse padrão de reprodução primário-exportador, mas sim de administrá-lo e reforçá-lo como instrumento para construir sua hegemonia política dentro da formação nacional boliviana. [...] o eixo da estratégia evista dá-se entorno do protagonismo do Estado como agente econômico e redistribuidor dos recursos” Siqueira, D. P. de. (2018). O evismo doze anos depois: revolução burguesa nos marcos de uma economia dependente. Cadernos CERU, 28(2), 104-144. <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v28i2p104-144>.

<sup>54</sup> O relatório produzido pelo Grupo Interdisciplinar de Especialistas Independentes (GIEI-Bolívia) através Comissão de Direitos Humanos da OEA, detalhou o ocorrido que ficou conhecido como “Massacre de Sacaba”, que resultou na morte de 9 vítimas e cem feridos (G1, 2021).

<sup>55</sup> “Descartaremos, entonces, el concepto de «golpe de Estado», entendido en su sentido de putsch, «blanquismo» o conspiración externa al proceso político concreto y, por tanto, sin responsables: un producto exclusivo de la voluntad ajena, concepto que absuelve al gobierno de Morales de todo error y que minimiza su desgaste de 14 años en el poder. Nos quedaremos, más bien, con este péndulo revolución- contrarrevolución, como expresión de la fractura social que divide a la sociedad boliviana”. Disponível: Bolívia: ¿golpe o (contra)revolución? Nueva Sociedad (nuso.org). Acesso em: 01 set. 2023.

<sup>56</sup> Golpe de estado en Bolívia. Mensaje de Evo Morales. Disponível em:

Em trecho adiante, o ex-mandatário denuncia o “golpe cívico” e a conivência da polícia que “puede plegarse para atentar contra la democracia, contra la paz social, con violencia” e de que [era] sua obrigação “como presidente indígena, presidente de todos los bolivianos, buscar esta pacificación.”. Não obstante, a atuação da polícia e das Forças Armadas encaminhou-se para duas situações diametralmente opostas: a passiva e a ativa. A passividade da polícia que por sua vez acessa às ruas e aos pontos de bloqueio para ativar sua posição veemente contra a reeleição de Morales e de aceno ao cenário de fraude eleitoral.

Do mesmo modo, as Forças Armadas cumpriram com a ativa função de “proteger” a população boliviana contra a “tirania” perpetuada em regime “ditatorial” (argumento resgatado pela instituição partindo do resultado das eleições no referendo em 2016) ao passo que, ao sugerir a renúncia de Morales, revela a frágil relação construída entre os poderes.

Evidentemente, consideramos o conjunto de proposições ideológicas, étnicas em âmbito nacional e principalmente internacional que se sobrepõem na Bolívia - e em outros países latinoamericanos -, o moralismo construído em torno do preconceito e da criminalização da folha da coca (discurso anunciado desde a posse de Morales em 2006, que centraliza a ancestralidade de sua representação política na defesa da produção e reprodução cultural-econômica da mesma).

Em pesquisa sobre o tema, Anselmo Nascimento (2022) retoma o projeto de (re)conciliação e (re)condução das Forças Armadas “porque um país sem Forças Armadas não seria um país livre, soberano, e por isso deve-se fortalecer-las” (MEJÍAS, 2007, p. 4). É notório que Morales foi um crítico à instituição enquanto dirigente do movimento cocalero e ao seu “plano de erradicação forçosa da coca, atuando de forma violenta contra a cultura da folha e os direitos humanos de camponeses e ativistas sindicais” (NASCIMENTO, 2022, p. 23)

Contudo, o projeto revolucionário foi uma tentativa de integrar os interesses “do desenvolvimento econômico, social, político e cultural de nosso país” ao passo que os variados setores da sociedade “devem pensar em fortalecer, potencializar as nossas Forças Armadas [...] que apoiarão e estarão presentes nos processos de transformação desse projeto revolucionário” (MEJÍAS, 2007, p. 4-5).

Durante os dois primeiros mandatos de Morales, a relação baseou-se na reconstrução democrática através de reformas sustentadas em três pilares que, segundo Sonia Mejías, parte de “la creación de un marco jurídico que establezca la norma que hade regir la defensa y las

relaciones civiles-militares; un plan de modernización; y un importante aumento del presupuesto para financiar dicha reforma”.

Em primeiro lugar, o marco jurídico ocorreu durante a reforma na Constituição de 2009 que estabeleceu como missão das FFAA a de “defender y conservar la independencia, seguridad y estabilidad del Estado, su honor y su soberanía; asegurar el imperio de la Constitución, garantizar la estabilidad del gobierno legalmente constituido y participar en el desarrollo integral del país» (artículo 244).” O *Plan Nacional de Desarrollo* (2007) em suas diretrizes reafirma que a política de defesa nacional tem “el objeto de restablecer y fortalecer las capacidades institucionales.” e para “la protección del territorio y su población, así como la defensa de sus recursos naturales de carácter estratégico ante amenazas de índole externa e interna” (DASSO, 2020). No marco da disputa territorial de saída para o Oceano Pacífico contra o Chile, a instituição obteve no período “el proceso de modernización y equipamiento de la institución castrense comenzóa crecer de manera exponencial”.

De cunho disciplinar, foi criada em Santa Rosa Del Paquí, no departamento de Santa Cruz, a Escola Militar Anti-imperialista Abya Yala de formação descolonizadora, contraposta à formação recebida na Escola das Américas pela grande parte dos militares bolivianos. A oferta foi dirigida a “todos os militares que quiserem passar ao grau de capitão geral das Forças Armadas curseem obrigatoriamente cursos anti-imperialistas<sup>57</sup> com debate sobre teorias sociais e geopolíticas” para os que assumam papel da defesa e segurança nacional “tenham uma compreensão latino-americana da realidade, fora dos padrões imperialistas” (INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 2016).

Não obstante, o intento foi reconfigurar a soberania em defesa dos direitos populares e de que “nunca mais um militar boliviano venha a disparar contra um civil, nem permita que estrangeiros venham e roubem os recursos naturais do país”. Em discurso de inauguração, Morales lembrou da centenária história de resistência popular no período ditatorial<sup>58</sup> vivenciado no país e de que o imperialismo europeu e norte-americano construíram e

<sup>57</sup> “O trabalho de formação dos oficiais também envolverá a Nicarágua e o Equador. E um dos primeiros teóricos latino-americanos a ministrar aula é o sociólogo argentino Atilio Borón, que ficará a cargo do primeiro módulo do curso. Dentre as cadeiras que serão ministradas estão a Teoria do Imperialismo, Geopolítica do Imperialismo, Geopolítica dos Recursos Naturais e Estrutura Social Boliviana” (INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 2016).

<sup>58</sup> Cabe destacar que durante a criação da Escola “Morales dijo, en un acto de recordación de las víctimas de las dictaduras militares, que las Fuerzas Armadas no habían sido culpables de los horribles actos que estas dictaduras realizaron y que se habían limitado a obedecer las órdenes de la derecha civil y del imperialismo. Esta afirmación levantó polvo y no se repitió desde entonces, pero la relación entre el gobierno y las organizaciones de víctimas de las dictaduras, que buscan un reconocimiento pecuniario por su sufrimiento, no ha sido fácil, tanto porque el gobierno no quiere irritar a los militares como por razones presupuestarias. En 2017 el gobierno formó una Comisión de la Verdad, que debe encargarse de procesar las cientos de solicitudes y los reclamos que se han dado en torno de esta cuestión” (MOLINA, 2018).

mantiveram o imaginário que a instituição “não crê na soberania popular e tudo o que querem é controlar a energia, a tecnologia, a economia e dominar o mundo. Aqui, lutaremos contra isso”.

O papel das forças armadas durante o golpe de 2019 pode ser compreendido inclusive a partir da definição do ato. Para Barbé (1998), “golpe de Estado consiste em uma ação impulsionada por órgãos estatais.”. Os meios coercitivos utilizados para conquista do poder, seus objetivos e o emprego da violência a apoiadores do partido e/ou da figura de representação entram no rol da definição de golpe de Estado. Em estudo feito a respeito sobre o tema, o professor Rafael Araújo (2021) resgata a análise feita por Karl Marx em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* para tecer considerações acerca do golpe na Bolívia, tema do presente trabalho.

Araújo retoma na seguinte passagem elementos referenciais para o tema:

Durante as jornadas de junho todas as classes e partidos se haviam congregado no partido da ordem, contra a classe proletária, considerado como partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Tinham “salvo” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. Tinham dado como senhas a seu exército palavras de ordem da velha sociedade - “propriedade, família, religião, ordem” - e conclamado à cruzada da contrarrevolução: “Sob este signo vencerás!” A partir desse momento, tão logo um dos numerosos partidos que se haviam congregado sob esse signo contra os insurretos de junho tenta defender o campo de batalha revolucionário em seu próprio interesse de classe e sucumbe ante o grito: “propriedade, família, religião, ordem (MARX, 2006, p. 26-27).

As reflexões sobre o comportamento civil em iniciativas golpistas, a manipulação de imagens e símbolos auxiliam na compreensão do golpe em Morales. Araújo reutiliza o discurso acionado principalmente na figura de Luis Fernando Camacho acompanhado da classe média boliviana em favor das privatizações e da propriedade, reivindicações religiosas e pela família, como componentes primordiais na configuração de golpe. Camacho adentra no Palácio de Quemado em 10 de novembro de 2019 “com a Bíblia em mãos, colocou-a em cima da bandeira tricolor e, ajoelhado, fez uma oração [...] Camacho continuamente afirmou: “A Bíblia vai voltar ao Palácio do Governo” (ARAÚJO, 2021, p. 13). Outro ocorrido de importante destaque foi a queima da bandeira *whipala*, símbolo dos povos originários e instituída como referência nacional na Constituição de 2009. Torna-se evidente que as ações desvelam o racismo ao símbolo e ao seu significado sociocultural, além da intolerância religiosa promovida pelo discurso cristão.

Isto posto, demonstra-se ser incontornável a discussão, mesmo que breve, a respeito da atuação militar nos atos golpistas e na repressão posterior a grupos de apoiadores do partido e

do Evo. A instituição que é o braço forte do Estado apresenta na história boliviana a incrustação do racismo que divide o país entre o andino e o branco. Os grupos dominantes e de oposição que alimentam o ódio aos povos originários e repudiam a coletividade que surge antagônica ao modelo de propriedade privada enxergam na prática daqueles povos um constante perigo para a manutenção do sistema excludente imperante no capitalismo boliviano.

Assim, o próximo tópico tratará de compreender a exploração e comercialização do lítio que converge para duas situações conflitivas no país e que sugere a coordenada relação com os eventos de 2019. A primeira trata da necessidade econômica frente ao atraso tecnológico e dependência externa global. A segunda, a antagônica relação socioambiental, de nacionalização e exploração mista do metal.

### **3.3 O ouro-branco como necessidade histórica**

O lítio (elemento químico descrito na sigla Li<sup>59</sup>, número atômico 3, grupo 1 dos metais alcalinos) devido a sua maior eletropositividade e menor densidade reage de forma exotérmica com a água e o ar. É encontrado na natureza em formação rochosa, em fontes de água mineral e oceanos.

Em estudo realizado pelo USGS (US Geological Survey, o serviço geológico norte-americano), a Bolívia possui a maior reserva mineral do mundo distribuídos entre os departamentos de Potosí e Oruro no Salar de Uyuni (Brasil Escola, 2021). Suas características químicas propiciam uso nas baterias de íon-lítio (presentes em praticamente todos dispositivos eletrônicos atuais) e serve como componente na produção de baterias para carros elétricos - aposta mundial na substituição do uso de combustíveis fósseis.

Também é utilizado para outros fins, como tratamento de bipolaridade em psiquiatria (ou depressão aguda) na forma de carbonato, combustível de foguetes (devido a rápida combustão e baixo peso), na forma metálica e também em refrigeração de usinas nucleares (boa capacidade calorífica em estado líquido de 180,5 °C a 1342 °C) (NOVAIS, [S.D.]).

Na ordem mundial, as preocupações em torno da substituição dos combustíveis fósseis para caminho de energia limpa (não-renovável no caso do lítio) têm ativado o debate e favorecido propostas de comercialização para os países que possuem reserva (além da Bolívia, se encontra em grande proporção também no Chile e na Argentina).

---

<sup>59</sup> Descoberto em 1818 pelos químicos suecos Johan August Arfwedson e Jöns Jacob Berzelius (NOVAIS, [S.D.]. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/litio.htm>. Acesso em: 20 set 2023.

Em nível local, a Bolívia enfrenta dupla situação de conflito perante a exploração do mesmo. Por um lado, a dependência tecnológica para com países “de primeiro mundo”, o que implica a concessão para empresas privadas; por outro, a manutenção do capitalismo extrativista em histórica luta por soberania e emancipação econômica. Durante o governo de Evo Morales, a exploração do mineral já era tema de discussão acerca da soberania dos recursos estratégicos<sup>60</sup>.

Em campanha eleitoral o candidato promoveu uma ampla estratégia para a soberania através da nacionalização das empresas extrativistas e dos excedentes produzidos. Com o “Decreto Supremo No. 29117 del 1 de mayo de 2007 el Estado adquiere el derecho de facto sobre la administración, la explotación, el procesamiento y la comercialización de estos recursos” (STRÖBELE-GREGOR, 2012, p. 27). Contudo, a extração do metal é demasiado cara e depende de alta tecnologia para que este seja evaporado e reutilizado nas funções acima citadas.

Não obstante, houve, anterior ao programa de Morales, tratativa de caráter neoliberal através da concessão a empresas estrangeiras à frente da extração. Conforme pesquisado por Ströbele-Gregor, ainda no governo de Paz Estenssoro entre 1988 e 1993 as negociações com “la empresa Food Machinery Chemical Corporation (FMC), anteriormente Lithium Corporation (LITHCO)” firmaram em contrato em 1992 a exploração das reservas de lítio.

Ocorre que o contrato do tipo “partilha de risco” conferia o pagamento antecipado do imposto às empresas “del 2,5% de la venta neta y el 10% del IVA” o que na prática aumentou a contribuição tributária nacional (o povo pagou pela negociação). Em poucos meses, ainda em 1992, o Legislativo altera o tempo de concessão e as condições de extração, além de aumentar o IVA (imposto antecipado ativo) de 10% para 13%.

A partir disso, a empresa (FMC) rompe o contrato e retira sua “tecnologia” do país. É importante destacar a pressão popular desde início das negociações pois “se oponía a una explotación tan poco favorable y a precios tan bajos de sus materias primas” (STRÖBELE-GREGOR, 2012, p. 28). As oposições ao tipo de extração e ao formato do contrato foram maiormente encabeçadas pelo Comité Cívico de Potosí. Desde então, a proposta econômica para comercialização do lítio manteve-se “congelada” até a retomada por Evo Morales em

---

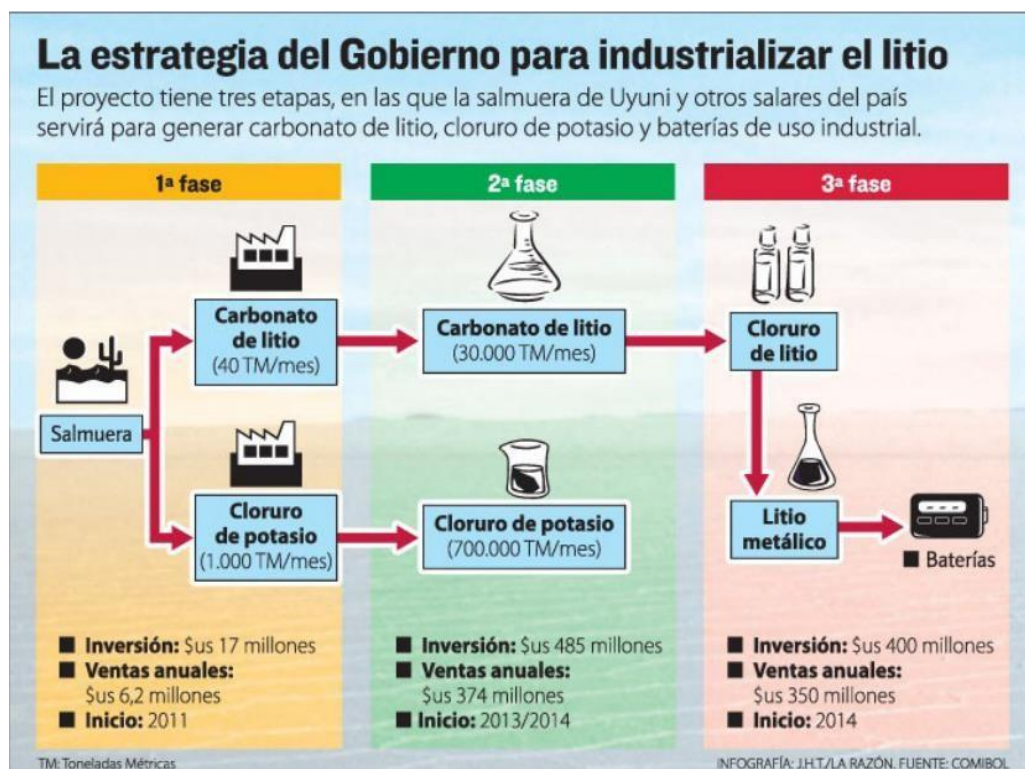
<sup>60</sup> Em realidade “El 2 de julio de 1974, el Gobierno boliviano declaró mediante Decreto (No. 11614) las reservas de minerales de las provincias Nor Lipez y Sur Lipez, entre otros, como Reserva Fiscal, es decir como recursos estratégicos.<sup>62</sup> Esto fue ratificado por el presidente Paz Estenssoro mediante Decreto 21060, Artículo 53, del 29 de agosto de 1985.<sup>63</sup> Concretamente, la Reserva Fiscal del Salar de Uyuni se precisa el 16 de mayo de 1986 mediante el Decreto Supremo 21260. Este estatus fue confirmado nuevamente mediante Ley 2564 del 9 de diciembre de 2003, en la que se define con exactitud la delimitación de la Reserva Fiscal del Salar, entre otras.” (STRÖBELE-GREGOR, 2012, p. 23)

período de campanha eleitoral (entre 2002 e 2005).

A principal diferença na promessa (e até “convencimento”) para os apoiadores gira entorno da nacionalização das empresas de extração (em defesa da gestão com a criação da “Gerencia Nacional de Recursos Evaporíticos, GNRE, un departamento de la institución estatal Corporación Minera de Bolivia, COMIBOL”) e quebra do anterior modelo neoliberal. Mesmo que “no se han desarrollado estructuras económicas fundamentalmente nuevas en el país” a política nacionalista de Morales foi de que a “Bolivia financiaría la industrialización del litio y de otros recursos evaporíticos con fondos propios” (STRÖBELE-GREGOR, 2012, p. 30).

Constitucionalizado em artigo 369/2009, define-se que “Los recursos naturales no metálicos existentes en los salares, salmueras, evaporíticos, azufres y otros, son de carácter estratégico para el país”.) pressupondo a alta prioridade para iniciar a extração e mercantilização (fornecedor da matéria-prima) a nível mundial. O programa de engenharia para a tal finalidade consistia em três etapas principais:

**Figura 7 - Estrategia do Governo para industrializar o lítio**



Fuente: COMIBOL 2010/La Razón, 22.10.2010: Bolivia inicia sola el proceso para industrializar el litio

O investimento para industrialização começa em 2010 quando se “ha comprometido un total de 902 millones de US\$ para el proyecto, puestos a disposición en forma de créditos

por el Banco Nacional de Bolivia” Sob o lema “socios, no patrones”o governo declara que as relações de exploração serão por cooperação tecnológica na produção das baterias.

As negociações perpassaram por diversos países, “acuerdos o memorandos de entendimiento con los Gobiernos de Irán, Brasil, Finlandia, Francia y Venezuela, con la empresa estatal coreana Resources Corporation y con las empresas japonesas Mitsubishi Corporation y Sumimoto Corporation” Como apontado por Juliana Stroebele, as estratégias do governo boliviano também buscaram preservar as relações bilaterais em compromisso de “negociar con potenciales inversores y elegir las mejores ofertas de cooperación para cerrar contratos atinados” (p. 38).

Em 2019, ano do golpe em Morales, a divulgação de acordo de exploração com parceria mista (público-privado) com empresas chinesas provocou a posição contrária e da proposta de soberania nacional. A parceria com o consórcio chinês Xinjiang TBEA Group-Baocheng incluía a exploração primeiramente dos salares em Coipasa e de Pastos Grandes e construção de uma “fábrica de baterias de íon-lítio na China”. As negociações também avançaram com a empresa alemã *ACI Systems*, em que “a parceria assim concluída abria o mercado europeu ao lítio da Bolívia e atendia a uma necessidade estratégica da indústria automobilística alemã (a maior da Europa), que não produz baterias” (MARIETTE, 2020).

Em entrevista pós golpe para a TV Fórum, Evo Morales denunciou o interesse norte-americano no impedimento nas negociações com os países supracitados, em que declara:

“o golpe ao lítio é porque temos as maiores reservas de lítio do mundo, maiores que as do Chile e da Argentina, e tínhamos um projeto de industrialização do lítio por conta própria, e os Estados Unidos não perdoaram essa nossa política. Estávamos experimentando já com plantas piloto para fabricação de baterias de lítio e outros produtos com valor agregado. Assim, poderíamos ter mais soberania na hora de definir o preço internacional do produto” (FARINELLI, 2020).

Assim, a denúncia de Evo permite entrever o seguinte caminho: o permanente modelo de negociação com empresas estrangeiras, uma vez que o país não detém recursos tecnológicos e essa dependência histórica o mantém refém da parceria externa e, ao mesmo tempo, denuncia uma disposição boliviana para readmitir um papel de exportador primário e submissão ao neoliberalismo.

É válido afirmar que as negociações também sugerem ambiguidade no discurso de nacionalizar as empresas, ou melhor, direcionando o excedente pelo e para o país, tendo em vista que as parcerias pressupõem a partilha do mesmo e então, manutenção da dependência nacional ante o mercado internacional.

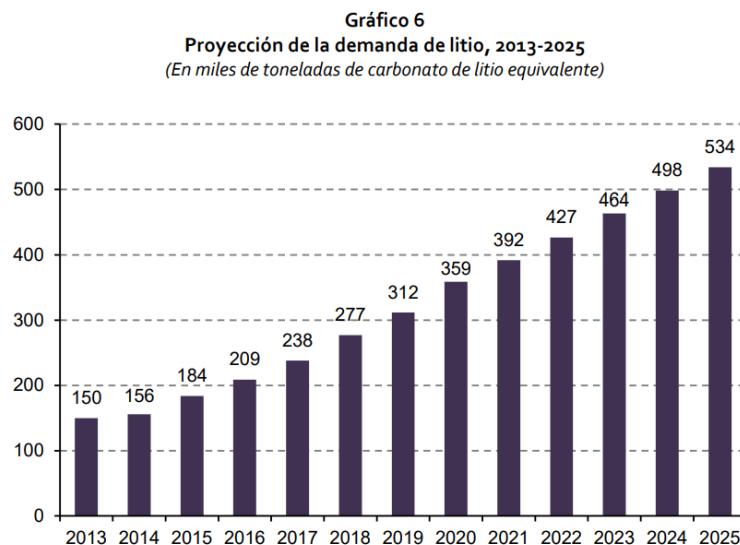
Todavía, é importante destacar que a nível internacional a preocupação em torno da substituição de matrizes energéticas, especialmente fundamentadas pelo Acordo COP-21 de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas realocam o país em um protagonismo com possibilidades de fortalecer sua posição global.

No que se refere às ODS, em especial a de objetivo número 9 “Construir infraestructuras resilientes, promover la industrialización inclusiva y sostenible y fomentar la innovación” e à sua meta orientada de “Promover una industrialización inclusiva y sostenible y, a más tardar en 2030, aumentar de manera significativa la contribución de la industria al empleo y al producto interno bruto, de acuerdo con las circunstancias nacionales, y duplicar esa contribución en los países menos adelantados” (OBAYA, 2019, p. 57).

Contudo, o problema da industrialização do lítio também gira em torno dos resíduos produzidos “cuya modalidad de tratamiento no ha sido especificada aún” especialmente na eliminação “de los cloruros” cuja “parceria” com a empresa alemã ACI Group “debería contribuir a disminuir la cantidad de residuos.” Analisado pelo economista Martín Obaya, a capacidade do Estado de estabelecer o desenvolvimento sustentável do recurso “dependerá, críticamente de que la Estrategia comience a generar rentas a partir de la explotación de los salares”.

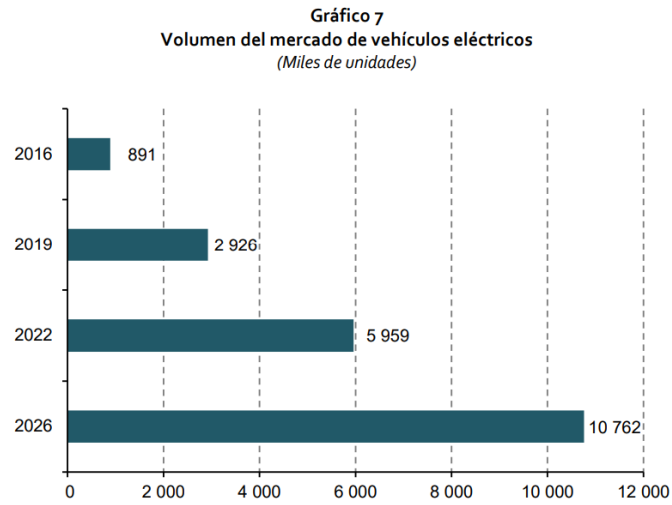
Também analisado pelo economista a demanda por lítio em projeção para 2025 (Figura 8):

**Figura 8 - Projeção da demanda de lítio, 2013-2025**



**Fonte:** Deutsche Bank (2016).

E para consumo de veículos elétricos em projeção para 2026 (Figura 9):

**Figura 9 - Volume de mercado para veículos elétricos**

**Fonte:** BIS Research Analysis

Ambos gráficos demonstram o significativo aumento das demandas internacionais para atender ao mercado de veículos elétricos. Concorre, portanto, ao interesse estratégico do país boliviano em acordo nacional para implementação de indústria extrativista em concordância com interesses locais de desenvolvimento sustentável, comunitário e popular.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É extremamente complexo pesquisar, organizar e estruturar um trabalho a respeito de qualquer evento sobre a Bolívia. Inicio essas considerações finais assim: afirmando que a riqueza política e cultural que se oferece ao estudo político latino-americano permite infinitas possibilidades de análise.

Surgem e ressurgem novas e velhas condições de sobrevivência social, econômica, política que abalam as estruturas estabelecidas, mas não as destroem para ser refeitas. Não é intenção desta pesquisa avaliar e condicionar caminhos para uma política revolucionária. Nesta altura, a investigação revelou paisagens, processos complexos e sérios, atores e movimentos, filosofias e entendimentos para além do olhar iniciante.

A história dos povos andinos resiste secularmente ao mandato de opressão da branquitude expressada em racismo e exploração, à constante depreciação política e ideológica de sua cultura e modo de viver, de suas tradições e formas de produzir a vida.

Mantém-se na estrutura e superestruturas (seguindo raciocínio gramsciano) a dominação plena e completa sobre os grupos subalternos, do branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, e da sociedade sobre a natureza, dominações que dão funcionalidade à estratégia geral da exploração da força de trabalho e reprodução do capital.

Como parte modesta de um esforço histórico de resistência também no âmbito das ideias, esta pesquisa buscou estabelecer as conexões locais, regionais e internacionais que formaram o cerco a um presidente eleito. Alguns atores e os setores envolvidos foram expostos, e as variáveis são muitas. Portanto, esboçamos algumas tramas dessa tessitura golpista - situações, problemas, etc - que procuraram desvelar uma parte dos motivos do golpe de Estado de 2019 na Bolívia, no âmbito de outras tantas variáveis cuja abordagem não foi possível.

A multiplicidade de elementos possíveis de se abordar neste trabalho e todos de relevância histórica estão nas entrelinhas da intenção da autora desta pesquisa. Contudo, em termos práticos a pesquisa conclui, respectivamente, nos capítulos: I) a luta de classes, na pior das hipóteses, pode sempre resgatar as condições mínimas da democracia. Os movimentos revolucionários foram a força motriz de uma força maior ainda: a manutenção de uma resistência que atravessa o tempo-espaço.

No capítulo segundo, buscou-se amparar os momentos que os movimentos precisaram avançar e recuar para alcançar o propósito libertador. Debruçamos em três perspectivas originais e sumariamente incontornáveis: o marxismo zavaletiano e suas contribuições valorosas em crítica/sugestão teórico-prática de superação das condições históricas de opressão entre povos não homogêneos, onde se reproduz o atrito histórico que mantém o indígena em subalternidade, ao mesmo tempo que atrelado ao seu opressor.

Depois, o indianismo de Fausto Reinaga, perspectiva central para uma organização plena, histórica, cultural e revolucionária do indígena. O radicalismo de Reinaga é revolucionário pois, bem como investigado por Mariátegui (guardadas as devidas proporções e intenções), o Tawantisuyu e sua forma coletiva de organização prática se opõe historicamente ao capitalismo.

O capítulo terceiro, por sua vez, trata de um momento histórico como possivelmente sugerido na análise teórica do primeiro capítulo, para interpelar a ascensão ao poder, na chave representativa-cultural, de um presidente indígena eleito em inédito fenômeno latinoamericano. Cumpre neste momento, compreender os agentes diretos que pressionaram a renúncia do ex-mandatário em forma de opressão a ele e aos seus apoiadores.

Os programas de nacionalização das empresas (guardadas as considerações da condição exportadora/fornecedora consequentes de uma histórica dependência colonial) por motivos evidenciados no trabalho, falharam na soberania estratégica em seu poder de mando. As variáveis são (sob várias perspectivas) intencionais, condicionais ou mesmo, não hegemônicas, mas que favoreceram a construção articulada de grupos oligárquicos (brancos) na disputa de poder.

Longe de ter concluído a discussão, esperamos que a questão complexa do golpe em Evo Morales e toda a sequência de eventos e atores correspondentes, coniventes e incitadores do discurso de ódio e racismo, tenham tido alguns condicionantes principais satisfatoriamente explorados ao longo deste trabalho. Esperamos, ainda, ter contribuído para avançar mais um passo, ainda que pequeno, na luta de classes no campo das ideias a favor das causas populares, dos povos indígenas e da soberania da América Latina.

## REFERÊNCIAS

- ACCOSSATTO, R. Colonialismo interno y memoria colectiva: aportes de Silvia Rivera Cusicanqui al estudio de los movimientos sociales y las identificaciones políticas. **Economía y Sociedad**, v. 21, n. 36, p. 167-181, 2017.
- ALTO, H. El MAS-IPSP boliviano, entre movimiento social y partidopolítico. **Anal. polit.**, Bogotá, v. 21, n. 62, p. 25-43, Apr. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S012147052008000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012147052008000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 18 Sep. 2023.
- ANDRADE, E. O. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ANDRADE, E. O. **Bolívia, 1964**: os militares também golpeiam. **Proj. História**, São Paulo, v. 3, p. 131-146, dez. 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2314/1406>. Acesso em: 25 maio. 2022.
- ANTEZANA J.; LUIS H. La crisis como método en René Zavaleta Mercado. **Ecuador Debate**, Quito, n. 77, ago. 2009. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/4339/1/RFLACSO-ED77-07-Antezana.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2022.
- ARAÚJO, R. P. Entre a revolução, a instabilidade política e a ruptura democrática: um olhar sobre a história do tempo presente boliviana entre 2006 e 2019. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-27, maio-ago. 2021.
- ARCHONDO, R. ¿Qué le espera a Bolivia con Evo Morales? **Nueva Sociedad**, mar-abr. 2006. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/que-le-espera-a-bolivia-con-evo-morales/>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- ARCHONDO, R. Breve biografía política de Evo Morales. **Rev. Umbr. Cs. Soc.**, n.19, p. 97-118, 2009. Disponível em: <https://www.yumpu.com/es/document/read/14138688/breve-biografia-politica-de-evo-morales-revistas-bolivianas>. Acesso em: Acesso em: 15 fev. 2024.
- ÁVILA ROJAS, O. O Estado y centralidad política en Fausto Reinaga y René Zavaleta Mercado: dos interpretaciones clásicas del pensamiento político para comprender el Estado Plurinacional en Bolivia. **De Raíz Diversa**. Revista Especializada en Estudios Latinoamericanos, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 187-213, 2017. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/deraizdiversa/article/view/58434>. Acesso em: 15 fev. 2024.
- BESSA, J. P. N. **Por nações afirmativas**: o estado plurinacionalna constituição Boliviana de 2009 e o papel da Confederación de Pueblos Indígenasde Bolívia (CIDOB). 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- CARCURO, M. B. **Bolivia**: golpe de estado y ajuste de cuentas. 2019. Disponível em: <https://www.clacso.org/bolivia-golpe-de-estado-y-ajuste-de-cuentas/>. Acesso em 03 jun. 2023.

CIDOB. **Plan Estratégico de la CIDOB (2007-2013)**. Santa Cruz de la Sierra: CIDOB, 2008.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. **Origem**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.cne.pt/content/origem>. Acesso em: 25 maio. 2022.

COMITÉ PRO SANTA CRUZ. **1957: Luchas cívicas y conquista del 11%**. 1957. Disponível em: <https://www.comiteprosantacruz.org.bo/announcement/1957-luchas-civicas-y-conquista-del-11/>. Acesso em: 02 jul. 2022

COMITÉ PRO SANTA CRUZ. **Plan de trabajo**. 2019. <https://www.comiteprosantacruz.org.bo/plan-de-trabajo/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

CONSEJO NACIONAL DE AYLLUS Y MARKAS DEL QULLASUYU CONAMAQ. **Quienes somos**. [s.d.]. Disponível em: <https://www.conamaq.org/quienes-somos/>. Acesso em 26 jun. 2022.

COORDINADORA DE LA ORGANIZACIONES INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA (COICA). Sobre COICA. [s.d.]. <https://coicamazonia.org/somos/>. Acesso em 26 jun. 2022.

CUSICANQUI, S. R. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CUSICANQUI, S. R. El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Temas Sociales**, n. 11, p. 49-64, 1987.

CUSICANQUI, S. R. **Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhichwa, 1900-1980**. La Paz: La Mirada Salvaje, 1984.

CUSICANQUI, S. R. Violencia e interculturalidade: paradojas de la etnicidad en la Bolivia de hoy. **Revista Telar**, San Miguel de Tucumán, n. 15, p. 49-71, 2015.

DASSO, A. Los militares antes del golpe: radiografía de las Fuerzas Armadas en Bolivia. **Nueva Sociedad**, Jan. 2020. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/los-militares-antes-del-golpe/>. Acesso em: 21 set. 2023.

ELENA, R. S. **Bolivia: El Referéndum**. C2d Working Papers. Centre for Democracy Studies Aarau (ZDA) at the University of Zurich, 2008. Available from: [https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/95829/1/C2D\\_WP13.pdf](https://www.zora.uzh.ch/id/eprint/95829/1/C2D_WP13.pdf). Acesso em: 18 Set. 2023.

ELTZ, A. H. Ocultação e participação indígena no conflito do Chaco - (1932-1935). In: RODRIGUES, B. P.; BORGES, A. C. S.; SENA, E. C. (Orgs). **Histórias afro-indígenas nas fronteiras**. Maringá: Uniedusul, 2021. p. 82-98.

FARINELLI, V. **Exclusivo à Fórum: Evo Morales chama de “Golpe do Lítio” o que viveu na Bolívia**. Abr. 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/global/2020/4/4/exclusivo-forum-evo-morales-chama-de-golpe-do-litio-que-viveu-na-bolivia-72264.html>. Acesso: 02 nov. 2023

FURTADO, C. **La economía latinoamericana: formación histórica y problemas contemporáneos**. 24. ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores S.A., 2001.

GACETA OFICIAL DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. **Ley 1689**, de 30 de abril de 1996. Disponível em:  
<http://gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/buscar/1689#:~:text=%2D%20Por%2%20norma%20constitucional%2C%20los%20yacimientos,de%20los%20yacimientos%20%20de%20hidrocarburos>. Acesso em: 16 dez. 2022.

GALASTRI, L. As lutas étnico-classistas na América Latina do século XXI: apontamentos sobre Equador e Bolívia. *Cátedra Mariátegui*, v. 10, p. 391-405, 2021.

GALASTRI, L. Mariátegui e as especificidades da luta de classes latino-americana: as questões da raça e do latifúndio. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 21, n. 38, p. 24-39, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/33241>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GARCÉS, F. **El pacto de unidad y el proceso de construcción de una propuesta de Constitución Política del Estado**. La Paz: Organizaciones Matrices del Pacto de Unidad, 2010.

GARCÍA LINERA, Á. El evismo: lo nacional-popular en acción. **OSAL** Observatorio Social de América Latina, v. 7, n. 19, p. 25-32, 2006.

GARCÍA LINERA, Á. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidade indígenas, obreras y populares em Bolivia**. Buenos Aires: Prometeu Libros y CLACSO, 2008.

GILLER, D. M. René Zavaleta, historiador de lo político. Seis propuestas para leer Lo nacional-popular en Bolivia. **Trabajos y comunicaciones**, [S. l.], n. 46, p. e045, 2017. Disponível em:  
<https://www.trabajosycomunicaciones.fahce.unlp.edu.ar/article/view/TyCe045>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: **Maquiavel, notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Disponível em:  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6891743/mod\\_resource/content/1/Quaderni-del-carcere-3\\_-Antonio-Gramsci-Cadernos-do-C%3%A1rcere-v.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6891743/mod_resource/content/1/Quaderni-del-carcere-3_-Antonio-Gramsci-Cadernos-do-C%3%A1rcere-v.pdf). Acesso em: 20 nov. 2022.

HASHIZUME, M. H. A. **A formação do movimento Katarista: classe e cultura nos Andes Bolivianos**. 2010. 222 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (IELA). Universidade Federal de Santa Catarina. **Uma escola militar anti-imperialista**. Ago. 2016. Disponível em:  
<https://iela.ufsc.br/uma-escola-militar-anti-imperialista/>. Acesso em: 21 set. 2023

KLEIN, H. S. **História de Bolívia**. 5. ed. La Paz: Libreria, 2015.

LINERA, A. G. **La potencia plebeya: acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares em Bolivia**. 2. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Prometeo, 2020. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15717/1/La->

potencia-plebeya.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

LINERA, A. G. **Las tensiones creativas de la revolución**. La Paz: La Razón, 2012.

MARIÁTEGUI, J. C. **Ideología y política**. Lima: Amauta, 1974.

MARIETTE, M. Na Bolívia, o leilão da cadeia do lítio. **Le Monde Diplomatique**. Brasil, jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/na-bolivia-o-leilao-da-cadeia-do-litio/>. Acesso em: 09 maio 2021.

MAYORGA, F. Estado plurinacional y democracia intercultural en Bolivia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. e329401, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/5tttBCnbvGVHPn4p3j4FgTw/#>. Acessos em: 14 fev. 2024.

MAYORGA, F. Evo: ¿liderazgo sin fronteras?. **Rev. Umbr. Cs. Soc.**, La Paz, n. 19, p. 119-133 set. 2009. Disponível em: [http://revistasbolivianas.umsa.bo/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1994-45432009000100006&lng=pt&nrm=iso](http://revistasbolivianas.umsa.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1994-45432009000100006&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 14 fev. 2024.

MEALLA, L. T. **La condición multisocietal, multiculturalidad, pluralismo, modernidad**. La Paz - BO CIDES-UMSAMuela del Diablo 2002. Disponível em: <https://repositorio.umsa.bo/handle/123456789/1530>. Acesso em: 05 set. 2022.

MEALLA, L. T. Los pueblos de tierras bajas como minoría plural consistente. In: BAUTISTA, R. et al. (Comps.). **La victoria indígena del TIPNIS**. La Paz: Autodeterminación, 2012. p. 253-295.

MEALLA, L. T. **Por el sí, por el no**: análisis de resultados del referéndum 2004. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2004.

MEJÍAS, S. A. La participación de las Fuerzas Armadas en la revolución democrática del MAS. El proyecto de Evo Morales. In: SEMANA IBEROAMERICANA SOBRE PAZ, SEGURIDAD Y DEFENSA, 4., 2007, Madrid. **Artigo...** Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado de la UNED, 2007, p. 445-472. Disponível em: [https://iugm.es/wp-content/uploads/2016/07/La\\_participacion.pdf](https://iugm.es/wp-content/uploads/2016/07/La_participacion.pdf). Acesso em: 05 set. 2023.

MOLINA, F. Patria o muerte. Venceremos: el orden castrense de Evo Morales. **Nueva Sociedad**, n. 278, nov./dez. 2018. Disponível em: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/10.TC\\_Molina\\_278.p125.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/10.TC_Molina_278.p125.pdf). Acesso em: 21 set. 2023.

NASCIMENTO, A. A. **A crise política boliviana de 2019 retratada no El País**: um estudo sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso. 2022. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

NOVAIS, S. A. Lítio (Li). Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/litio.htm>. Acesso em: Acesso em: 30 set. 2023.

OBAYA, M. Estudio de caso sobre la gobernanza del litio en el Estado Plurinacional de

Bolivia. 2019. Disponível em:

[https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/44776/S1900479\\_es.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/44776/S1900479_es.pdf). Acesso em: 15 fev 2024.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **C169**: Convenio sobre pueblos indígenas y tribales. n. 169, 1989. Disponível em

[https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_ILO\\_CODE:C169](https://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C169). Acesso em: 25 maio. 2022.

PATIÑO, S. P. **La marcha indígena del "TIPNIS" en Bolivia y su relación con los modelos extractivos de America del Sur**. GEOgraphia, v. 13, n. 26, p. 7-36, jun.2012.

PATIÑO, S. P. Los territorios indígenas como reivindicación y práctica discursiva. **Revista Nueva Sociedad**, n. 153, ene-feb. 1998. Disponível em <https://nuso.org/articulo/los-territorios-indigenas-como-reivindicacion-y-practica-discursiva/>. Acesso em: 25 maio. 2022.

PERICÁS, L. B. Processo e desenvolvimento da revolução boliviana. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 3, p. 109-122, 1997. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18988/14146>. Acesso em: 20 jun. 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005a. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 8-31, 2005b. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/KCnb9McPhytSwZLLfyzGRDP/?format=pdf&lang=pt> .Acesso em 25 out. 2022.

QUIJANO, A. El marxismo de Mariátegui: una propuesta de racionalidad alternativa. In ALCÁZAR, D. S. **El marxismo de José Carlos Mariátegui**. CONGRESO NACIONAL DE FILOSOFIA NO PERU. 5., 1995, Lima. **Anais...** Lima: Instituto de Investigaciones Filosóficas de la Facultad de Ciencias Humanas da Universidade de Lima, 1995.

QUISPE, P.; HILARIÓN, D. **Fundamentos para reglamentar la función social y la función económica social de la propiedad agraria**. 2011. Tesis de grado - Universidad Mayor de San Andrés, Ciudad de La Paz, 2011. Disponível em:

<http://repositorio.umsa.bo/xmlui/handle/123456789/13458>. Acesso em: 20 dez. 2022.

REINAGA, F. **La revolución India**. La Paz: MINKA, 1969. Disponível

em [https://enriquedussel.com/txt/Textos\\_200\\_Obras/Giro\\_descolonizador/Revolucion\\_india-Fausto\\_Reinaga.pdf](https://enriquedussel.com/txt/Textos_200_Obras/Giro_descolonizador/Revolucion_india-Fausto_Reinaga.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

REPÚBLICA DE BOLIVIA. Asamblea Constituyente. Honorable Congreso Nacional. **Constitución Política del Estado**. 2009. Disponível em:

<https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2009/7068.pdf>. Acesso em: 25 maio. 2022.

ROMERO BALLIVIÁN, S. Sufragio universal y democracia en Bolivia: una perspectiva de medio siglo. **Perspectivas Internacionales**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 11-36, 2008. Disponível em:

<https://revistas.javerianacali.edu.co/index.php/perspectivasinternacionales/article/view/1184>. Acceso em: 15 feb. 2024.

REZENDE, R. **O populismo de Ernesto Laclau e o Movimento ao Socialismo**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2016. v. 2. p. 1-16. Disponível em: [https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/REZENDE\\_SP17-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf](https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/REZENDE_SP17-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf). Acceso em: 15 feb. 2024.

ROGGIO, P. B. Memorias de Resistencias: puntos de encuentro entre el pensamiento de José Carlos Mariátegui y el acontecer boliviano a fines del siglo XX e inicios del XXI. In: PERRÉN, L. **Memoria, razón, locura**. Córdoba: EDUCC, 2013. Disponível em: [https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/18987/Roggio\\_-\\_Libro\\_-\\_Memoria\\_\\_raz\\_n\\_\\_locura.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://rdu.unc.edu.ar/bitstream/handle/11086/18987/Roggio_-_Libro_-_Memoria__raz_n__locura.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acceso em: 25 set. 2023.

ROSNES, A. **La lucha del poder en tiempos de cambio: un análisis del Comité pro Santa Cruz y su oposición al Gobierno central boliviano (2006-2010)**. 2010. 208 f. Tesis de Maestría, Departamento de Lenguas Extranjeras, Universidad de Bergen, Bergen. Disponível em: <https://bora.uib.no/bora-xmlui/handle/1956/4780>. Acceso em: 05 jun. 2022.

SANTAELLA GONÇALVES, R. Autodeterminação das massas em uma sociedade “abigarrada”: René Zavaleta Mercado e as bases para um marxismo renovado na Bolívia. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v. 2, p. 31-44, 2012.

SATER, W. F. **Tragedia Andina: la lucha en la Guerra del Pacífico (1879-1884)**. Santiago: Centro de Investigación Diego Barros Arana, 2016. Disponível em: <https://www.bibliotecanacional.gob.cl/sites/www.bibliotecanacional.gob.cl/files/2022-08/Tragedia%20Andina.pdf>. Acceso em: 14 fev. 2024.

SILVA, F. P. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista SURES**, n. 5, p. 67-94, feb. 2015. Disponível em: <https://ojs.unila.edu.br/ojs/index.php/sures>. Acceso em: 14 fev. 2024.

STRÖBELE-GREGOR, J. Litio en Bolivia: el plan gubernamental de producción e industrialización del litio, escenarios de conflictos sociales y ecológicos, y dimensiones de desigualdad social. **Working Paper Series**, n. 14, 2012. Disponível em: [https://www.bivica.org/files/bolivia\\_plan-litio.pdf](https://www.bivica.org/files/bolivia_plan-litio.pdf). Acceso em: 14 fev. 2024.

TAPIA, L. **Política salvaje**. La Paz, Bolivia: La muela del Diablo/Clacso Ediciones, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35159447.pdf>. Acceso em: 05 set. 2022.

TELLERIA, L; QUINTANA, J. R. Golpes de estado en América Latina en la era Trump: el caso de Bolivia (2019-2020). In: MORGENFELD, L; RAMÍREZ, M. A. (Coord). **El legado de Trump en un mundo en crisis**. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2021. p. 491-512. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/25866/1/El-legado-Trump.pdf>. Acceso em: 05 set. 2022.

TURIÑO GONZÁLEZ, E.; SÁNCHEZ GARCÍA, Á. Órgano Electoral Plurinacional (OEP),

Tribunal Supremo Electoral (TSE), e Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral (IDEA Internacional). **Diccionario de la democracia intercultural en Bolivia**. La Paz: OEP, TSE e. América Latina Hoy, [S. l.], v. 87, p. 178-179, 2021.

VACAFLORES, C. La economía plural en Bolivia. **Revista Apuntes**, n. 3, 2017.

ZAVALETA, R. M. **El Estado en América Latina**. La Paz: Editora Los Amigos del Libro, 1990.

ZAVALETA, R. M. **Lo nacional-popular en Bolivia**. La Paz: Editora Plural, 1986. p. 143-379.

ZAVALETA, R. M. Notas sobre la cuestión nacional en Bolivia. In. PALACIOS, M. et al. **La unidad nacional en América Latina: del regionalismo a la nacionalidad**. México: El Colegio de México, 1983. Disponible em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctv26d99j.6.pdf>. Acceso em 03 set. 2022.